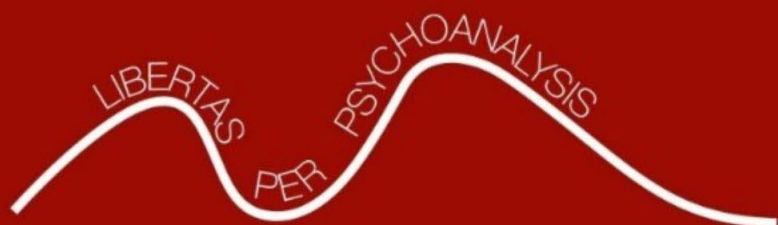


Revista Mineira de Psicanálise

Instrumento Oficial da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Minas Gerais

Volume 8 • 2025

**Papéis em Psicanálise: Cena pública e
cena privada**



sbpMG

SOCIEDADE
BRASILEIRA DE
PSICANÁLISE
DE MINAS GERAIS

Sumário

Editorial | 4

Papéis em Psicanálise: Cena pública e cena privada | 4

Artigos Convidados

Análise, para quem? | 8

Marília Botinha

O colapso da compaixão: Tirania branca e a catástrofe ambiental e racial | 16

Augusto M. Paim, Ignácio A. Paim Filho

Psicanálise e mal-estar na cultura: Transmissão e transformações | 39

Ane Marlise Port Rodrigues

Papéis em Psicanálise: cena pública e cena privada

Do privado ao público: Uma leitura metapsicológica dos papéis psíquicos | 57

Fauzi Palis Jr.

Adolescência e internet: A família em cena | 72

Paula Melgaço, Terezinha Féres-Carneiro

A travessia adolescente e o papel desempenhado pela masculinidade hegemônica: Uma perspectiva psicanalítica | 88

Estella Santa Bárbara Souza, Larissa Oliveira Silva, Marcella Jordanna Evangelista Moutim

Mulheres em análise: Ter sempre que mudar de papel, por alguém | 105

Candice Mariana de Oliveira

Neoliberalismo e subjetividade: O individualismo que adoece e inventa curas | 119

Ricardo Biz

Fragilização do psiquismo em tempos de precarização do trabalho | 134

Kátia Barbosa Macêdo

Editorial



Editorial

Papéis em Psicanálise: Cena pública e cena privada

"O sujeito está em constante formação, e sua personalidade é uma combinação de vários papéis que ele desempenha em relação ao outro, especialmente as identificações com os pais. Esses 'papéis' não são estáticos, mas refletem os desejos e repressões inconscientes do sujeito."

– Sigmund Freud, *O Ego e o Id* (1923).

"O teatro é uma representação da existência humana, onde os personagens não são mais do que máscaras que os sujeitos usam para escapar da autenticidade de seu próprio ser. A psicanálise, por sua vez, busca revelar essas máscaras e levar o sujeito de volta à sua essência."

– Sartre, *O Ser e o Nada* (1943).

A psicanálise se serve do teatro, tanto metaforicamente quanto literalmente, desde seus primórdios. Freud era um grande apreciador, fazendo uso de obras compreendendo a tragédia grega, Shakespeare, entre vários outros. Neste novo volume da Revista Mineira de Psicanálise, desejamos privilegiar um conceito advindo dessa figura: a ideia de **Papéis**, considerando suas mais diversas bifurcações.

Considerando a noção de uma “cena privada”, pensamos, por exemplo, no drama central da teoria psicanalítica: a cena edípica. Cena essa na qual processos absolutamente vitais para o desenvolvimento psíquico se desenrolam. Nos questionamos se os entendimentos em torno deste drama permanecem os mesmos e, caso não, de que forma podem ser estudados à luz dos posteriores desenvolvimentos teóricos e clínicos dos últimos cem anos.

Em conexão com essa ideia, pensamos também sobre o conceito de imagem e de representação, compreendendo a ideia de papel a partir de aspectos da personalidade, ou do ego. Aqui são possíveis inúmeras considerações, tanto metapsicológica quanto clínicas, que são absolutamente interessantes. Os analisandos, à medida em que trazem seus conteúdos para o analista, também encenam uma espécie de teatro privado de suas fantasias, nas quais o pai, a mãe, os irmãos, os parceiros, todos tendem a representar certos papéis perante o inevitável narcisismo do sujeito. Podemos também considerar a cena peculiar da análise, seja nestes conteúdos subjetivos, seja também em seus aspectos mais estruturais, compreendendo o enquadre, o contrato, e seus derivados (tempo, dinheiro etc.).

Transitando um pouco entre a ideia de uma cena privada e uma cena pública, também podemos nos questionar em torno dos diversos papéis sociais, como mãe, pai, professor, homem, mulher, família, sociedade... ao mesmo tempo em que representam papéis dentro de uma cultura, sabemos, na longa tradição analítica, do quanto a cultura é também representação interna do sujeito, de maneira que essas duas cenas, privada e pública, interagem constantemente nos processos do funcionamento psíquico.

Finalmente, dentro da ideia de uma cena pública, tomamos a psicanálise enquanto parte de uma realidade externa. A psicanálise enquanto instituição (e suas instituições). Sabemos que junto de uma trajetória de desenvolvimento teórico também existe uma longa trajetória institucional, com suas complexidades, conflitos, avanços, retrocessos e impasses. Seja dentro da Associação Psicanalítica Internacional (IPA), seja dentro das diversas organizações voltadas ao estudo e desenvolvimento da psicanálise, de que forma compreendemos seus papéis? Também nos toca olhar para o lugar da psicanálise dentro da sociedade, e de que maneira esse papel varia ao longo do tempo.

Hoje a questão da psicanálise “extramuros” é bastante relevante, à medida em que vemos diversas iniciativas de acesso ao tratamento psicanalítico florescerem ao redor do Brasil.

O tema se presta às mais variadas reflexões e contribuições. Assim, a Revista Mineira de Psicanálise convida psicanalistas, membros em formação, acadêmicos e demais interessados a contribuir com este próximo volume 8. Boa escrita!

O prazo para envio dos manuscritos será até o dia 20 de julho de 2025. As normas de publicação se encontram no site da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Minas Gerais (sbpmg.org.br). **As propostas devem ser enviadas para o endereço de e-mail sbpmg@uol.com.br.**

Leonardo Siqueira Araújo

Editor

Conselho Editorial da Revista Mineira de Psicanálise

Maria Goretti Machado

Cecilia Cruvinel Colmanetti

Artigos Convidados

Análise, para quem?

Marilia Botinha¹, Belo Horizonte

Resumo: O trabalho procura enfocar questões ligadas a analisabilidade levando em conta não somente a projeção de conteúdos representáveis, relativos ao processo secundário, mas vivências não verbais, ainda não representadas, atravessando parâmetros propostos pela psicanálise clássica e adentrando num campo de natureza regressiva, tais como as patologias narcísicas, os falsos selfs etc., que evocam outros instrumentais: maternagem, holding, manejo, rêverie. Levando em conta autores como Winnicott, Bion, Balint, Joseph, Green e outros.

PALAVRAS-CHAVE: Contratransferência; Identificação Projetiva; Falha Básica; Rêverie; Dor Psíquica.

Introdução

Ao pensar na busca por uma análise, também me pergunto para que ela se destina. Muitas vezes já ouvi leigos dizerem: Todos deviam fazer análise; é como um ato de higiene. Consigo entender estas colocações, mas penso que a análise ocupa um lugar específico, principalmente ajudar a aliviar as dores mentais. Aí passo a ser generalista e perguntar: quem não sofre de dor mental?

É importante entender o sentido de se fazer análise.

Penso então nas indicações de análise, sobretudo relembrando quem eram os pacientes de Freud e repensando quem são os pacientes de hoje. Houve mudanças?

Muitos desdobramentos ocorreram, inclusive de ordem social que impactam os psiquismos e alteram o funcionamento do trabalho, mas muito do que foi descoberto desde os primeiros tempos da psicanálise permanece.

Em 1904, Freud em seu Texto Sobre a psicoterapia, considerou que a psicanálise teria indicação para o tratamento de indivíduos com diagnóstico de histeria, obsessividade e abúlias.

¹

Membro Efetivo da SBPMG/SPRJ, Analista didata da SBPMG

Deveria-se levar em conta toda a personalidade do paciente, sendo a análise contraindicada aos que não possuísem razoável grau de educação e caráter bastante idôneo. estavam contraindicadas as pessoas que foram forçadas a procurar tratamento.

Os pacientes deviam ter um estado mental “normal”. Sendo assim, a psicanálise não se aplicava às psicoses, estados de confusão e depressão profundamente arraigadas, mas Freud sempre prevendo o futuro, disse ainda:” não considero de modo algum impossível que mediante modificações adequadas do método possamos ser bem-sucedidos em superar esta contraindicação e assim podermos iniciar uma psicoterapia das psicoses.

Voltando às suas indicações e contraindicações, a idade era algo observado, pois considerava que pessoas com mais de 50 anos não tinham plasticidade para o trabalho psicanalítico, assim como adolescentes, de um outro ponto de vista, devido ao fato de serem influenciáveis. Crianças também não estavam indicadas para o trabalho analítico.

Casos de risco como anorexia, quando há urgência em eliminar as manifestações, não deveriam receber este tipo de tratamento.

A contraindicação relativa à psicose apoiava-se no fato de que os pacientes eram considerados narcísicos e não desenvolviam a neurose de transferência, condição vista como necessária ao tratamento psicanalítico. Assim o campo da psicanálise privilegiava as neuroses.

Com Melanie Klein (1926) e Anna Freud (1945), as questões relativas à análise de crianças ganharam um novo enfoque. Também o tratamento de idosos é visto de outra forma, pois, passa a prevalecer a ideia que na análise, através da transferência, vivências da primeira infância e subseqüentes são repetidas e reencenadas. O próprio Freud afirmava esta possibilidade.

Fenichel (1945) manifesta uma posição próxima à de Freud, contraindicando a análise nas psicoses, nas psicoses maníaco-depressivas severas (hoje chamadas de transtornos bipolares) e nas esquizofrenias. Também nas perversões, nas adições e nas chamadas neuroses impulsivas — comparáveis aos atuais transtornos de personalidade limítrofe — o trabalho psicanalítico era visto como ineficaz.

Para ele, a Psicanálise poderia ter bom aproveitamento na histeria, na neurose obsessiva, nas neuroses pré-genitais de conversão, nas depressões neuróticas e nos transtornos de caráter e distúrbios psicossomáticos, estes últimos vistos como correspondentes a qualquer neurose.

Porém, Fenichel faz uma ressalva importante: nem sempre há uma distinção absoluta entre neurose e psicose. A possibilidade de relações objetais, mesmo nas psicoses, pode garantir um mínimo de capacidade transferencial, o que viabilizaria a análise.

Análise, para quem?

Ele também faz um apontamento importante para o que virá mais tarde, visto que considera a possibilidade de contraindicar a análise levando em conta aspectos não só do paciente, mas do próprio analista. Embora incipiente, esta questão aponta para o par analítico.

Em 1954, Leo Stone amplia o uso da psicanálise para o tratamento de distúrbios para além das neuroses. Embora concorde com as indicações anteriormente feitas para o uso da psicanálise, leva em conta os aspectos dinâmicos da personalidade do paciente. O indivíduo passa a ser visto em sua dinâmica de funcionamento e não mais só considerando um diagnóstico de sua patologia.

Edith Jacobson, ao estudar as depressões severas, abre caminho para o tratamento de pacientes borderline e de psicoses circulares.

O método psicanalítico ultrapassa, progressivamente, as indicações restritas às neuroses, abrindo uma gama maior de possibilidades de tratamento.

Retornando um pouco no tempo, para compreender elementos que influenciaram os avanços citados e que foram tema do Simpósio de Arden House, encontramos uma descoberta fundamental de Melanie Klein. Em 1946 Klein postula o mecanismo de Identificação projetiva, o que além de ajudar na clínica de crianças, leva a percepção da dinâmica de casos mais graves, sendo um passo adiante no entendimento dos processos de simbolização.

O neurótico, cliente por excelência da psicanálise e envolvido na problemática edípica, passa a dividir o campo com patologias de caráter pré-verbal. Nessas, a transferência manifesta-se em nível muito primitivo, frequentemente carregada de sentimentos angustiantes e ambivalentes, o que leva o analista a buscar novas referências.

Nesse campo em que o processo primário se impõe, e considerando o indivíduo sensorial, pré-verbal e desamparado, a formulação de Paula Heimann sobre a contratransferência torna-se uma ferramenta essencial.

Claro que contratransferência é um mecanismo que disponibiliza ajuda em qualquer tipo de análise, mas além de facilitar a interpretação de vivências neuróticas, também abre espaço para a participação do analista, que pode trabalhar com vivências tão primitivas, favorecendo uma relação de mão dupla com o par analista/analizando, o que se torna essencial em patologias tão primitivas.

Além da grande contribuição que este conceito trouxe a técnica psicanalítica, também rendeu o litígio entre Melanie Klein e Paula Heimann. O que ocasionou o afastamento do grupo Kleniano desta segunda analista.

Klein manteve sua posição próxima à de Freud quanto aos perigos que os sentimentos experimentados pelo analista podem ocasionar quando utilizados ou manifestos ao analisando.

Para ela, assim como para Freud, o analista deve ser opaco — uma ‘folha de papel em branco’, como dizia Freud — limitando-se a receber as projeções.

O interessante é pensarmos que o mecanismo postulado por Klein de Identificação projetiva, foi a porta de abertura para o atendimento de pacientes tão comprometidos como psicóticos e Borderlines. Tal mecanismo nos faz entender o funcionamento de quando partes do self do cliente são projetados para dentro do analista, e, portanto, fala de uma projeção até mesmo maciça de conteúdos relativos ao processo primário, sendo estes parciais, não simbolizados e que convocam o analista a uma experimentação vivencial, muitas vezes sem nome, despertando a contratransferência.

Assim a ideia de identificação projetiva a meu ver, leva ao conceito de contratransferência.

Aqui vemos um analista presente em um campo transferencial.

Então a psicanálise já não trabalha mais, tão somente, a projeção de conteúdos representáveis, relativos ao processo secundário, mas vivências não verbais, ainda não representadas, sensoriais, fortemente emocionais, de difícil atendimento.

O campo da psicanálise expande-se para além da postura freudiana de neutralidade, abstinência e interpretações transferenciais, alcançando também vivências regressivas precoces.

Tal possibilidade convida o analista a atravessar os parâmetros propostos pela psicanálise clássica e adentrar num campo de natureza regressiva, tais como as patologias narcísicas, os falsos selfs etc., que evocam outros instrumentais: maternagem, holding, manejo, rêverie.

Balint reforça a questão da impossibilidade de se trabalhar de forma clássica, através de interpretações habituais, com pacientes que sofreram uma “falha básica”, visto que são indivíduos com dificuldade em lidar com a realidade pela precariedade psíquica. Não estão num nível edipiano de desenvolvimento e seu superego se manifesta por expressões antagônicas, ora severo demais, ora com descaso em relação as figuras de autoridade. Seu sistema precário de representações impede sua sustentação psíquica. São pacientes que terão que ser ajudados a construir melhor o processo secundário, para que as palavras não sejam só descargas, mas possam estar ligadas a significados.

Nessa trajetória de contribuições, em 1975 Betty Joseph aborda os pacientes de difícil acesso, nos quais a contratransferência deve ser observada à luz dos processos de cisão da personalidade, que interferem e predis põem a diversos modos de funcionamento, como o falso self, os casos-limite e os distúrbios de caráter.

A autora descreve assim esta questão:

Análise, para quem?

Pretendo concentrar-me em alguns problemas da técnica, focalizando um grupo de pacientes bastante diversificado em sua psicopatologia, mas que apresentam, em análise, um ponto importante em comum. É muito difícil atingi-los com interpretações e, portanto, oferecer-lhes verdadeira compreensão emocional. Acredito que, no tratamento de tais casos, podemos observar uma cisão na personalidade, de modo que uma parte do ego é mantida à distância do analista e do trabalho analítico. Por vezes, isso é difícil de perceber, pois o paciente pode parecer estar trabalhando e cooperando; porém, a parte da personalidade disponível, na verdade, mantém escindida outra parte mais necessitada ou potencialmente mais responsiva e receptiva. Em alguns casos, a cisão assume a seguinte forma: uma parte do ego permanece à parte, como que observando tudo o que ocorre entre o analista e a outra parte do paciente, e impede destrutivamente um contato verdadeiro, utilizando diversos métodos de evitação e evasão. Em outros momentos, grandes partes do ego parecem desaparecer temporariamente da análise, resultando em apatia ou extrema passividade – frequentemente associadas ao uso intensivo de identificação projetiva.

Podemos dizer que estas dificuldades estão relacionadas com falhas iniciais que levam a uma problemática narcísica.

Winnicott nos auxilia ao refletir sobre a falha básica do ambiente: uma maternagem que não promoveu a vivência de continuidade do ser. O bebê, não tendo encontrado na mãe ou no cuidador um ego auxiliar continente, terá uma experiência subjetiva de ameaça que interferirá em seu desenvolvimento. Como forma de proteção, cria-se uma “casca”, o falso self, que manterá o self verdadeiro em um invólucro, impedindo-o de se desenvolver e levando a patologias, sensações de vazio, futilidade, irrealidade, até tendências antissociais graves, psicopatia, caracteropatias e psicoses.

Winnicott nos brinda com conceitos como holding e maternagem, que possibilitam a construção do desenvolvimento psíquico em situações em que houve impedimento decorrente da dificuldade de compreensão das necessidades do bebê, que tampouco teve seu gesto espontâneo reconhecido e nomeado.

Em vivências em que o ser experimentou grande desamparo, o narcisismo, que deveria servir de proteção ao tecido psíquico ainda incipiente, garantindo seu desenvolvimento, não consegue cumprir essa função. Dessa forma, o continente psíquico se rompe e a constituição emocional torna-se frágil e esburacada. Com esses pacientes, nós, analistas, ficamos expostos ao processo primário e, por meio da transferência e da identificação projetiva, somos convocados a participar desse estado vivencial.

Bion nos alerta para os ataques aos “elos de ligação”, que tentam destruir tudo o que pode ligar um objeto a outro. É a parte psicótica da personalidade que, usando principalmente a identificação projetiva, desfaz a possibilidade de pensar e elaborar. O analista diante de tanta precariedade psíquica precisa ser continente para vivências tão profundas de desamparo, angústia e perseguição. Temos que lembrar ainda, que quando o cliente está em posição esquizoparanóide, com sentimentos primitivos, sobretudo de perseguição, seu ego está em estado de fragmentação e demanda manejo, pois interpretações neste momento não fazem sentido e podem até levar a um impasse entre analista e analisando.

O cliente em situação de precariedade psíquica, com dificuldades de representar, simbolizar, está propenso a atuar. A ação substitui a fala. Para que ele possa atravessar o abismo que suas atuações causam, ele precisará de um analista que suporte suas tentativas de destruição e continue inteiro, possibilitando ao cliente entrar em posição depressiva, integrando vivências e através do holding adequado, reaver a esperança de recuperação. As falhas iniciais trazem, portanto, transtornos à organização da personalidade. Essas falhas, como já foi dito, relacionam-se à mãe ou ao cuidador que não conseguiu conter e acolher os sentimentos do bebê, nomeando-os e atribuindo-lhes significado. É necessário que a mãe possa tranquilizá-lo do medo do aniquilamento, sustentando o bebê e conseguindo conter a expulsão de mecanismos de deflexão da pulsão de morte sem se destruir. Caso falhas ocorram nesse processo, o bebê não se constitui de forma harmoniosa. Também Bion nos traz enorme contribuição através de vários conceitos e aqui eu destaco a Rêverie, ele nos diz:

se a projeção não for aceita pela mãe, o bebê sente que se retirou da sensação dele, de estar morrendo, o significado que esta possui. Consequentemente, reintrojeta não um medo de morrer, agora tolerável, mas um pavor indefinível, sem nome.

Através da rêverie será possível reconstruir ou mesmo construir significados que não foram formados ou danificados, de um tempo precoce do desenvolvimento. André Green (1982, 1995), nos diz que o que fica irredutivelmente infantil em nosso psiquismo é o afeto e isto nos fornece mais uma peça para o trabalho com pacientes tão sensoriais. Muitos autores poderiam ser buscados, muitos conceitos trabalhados, mas o que é imprescindível ressaltar é que no campo do trabalho analítico há espaço para o verbal, o que já está significado e leva a conflito.

Onde o trabalho das questões edípicas se impõe e o paciente trazido por Freud cria corpo. Mas também temos que levar em conta o não verbal, pré-edípico, não significado, sensorial. Ou seja, patologias primitivas fazem parte da indicação de psicanálise.

Análise, para quem?

Assim, todo trabalho analítico exige paciência e suporte interno para lidar com tantas questões de tantos lugares do desenvolvimento do psiquismo.

Isso nos mostra a importância de um instrumental multiteórico, que nos dê sustentação objetiva numa inserção tão subjetiva. Dores psíquicas inomináveis, vivências primitivas, experiências transferenciais e contratransferências, povoam o cenário analítico. Será preciso neste campo mais amplo de inserção psicanalítica dar representação ao que ainda está no pré-verbal, no sensorial ainda irrepresentável. Ajudar ao ego a se fortalecer criando mecanismos de defesa menos primitivos que ajudem a conter as invasões pulsionais. Este processo impõe que a dupla analista–analizando possa transformar dores psíquicas arcaicas em possibilidade de integração e de desenvolver um aparelho psíquico pensante.

O analista deve ter condição interna e desenvolver sua sensibilidade para entender a dor psíquica, a dissociação emocional e através da contratransferência, dispor de instrumental que possibilite conter e até ‘digerir’ tais conteúdo para que sua ação interpretativa seja suportável para o cliente, sobretudo para o cliente com um psiquismo tão prejudicado por falhas iniciais de desenvolvimento.

Segundo Gus:

O *setting* analítico precisa conter o temor de uma irrupção fragmentada, de uma sensorialidade bruta que necessita ser integrada através de uma nova visão pelo analista, que confere figurabilidade e representação a tais sensações tão primitivas. O analista, ao conter, interpretar e transformar estados emocionais carregados de tal sensorialidade – irrupções que representam um modo de defesa arcaico frente aos sentimentos de profundo desamparo causado pela severidade das identificações projetivas –, configura sua escuta como a possibilidade de dar novos significados aos fragmentos psíquicos mais primitivos de natureza oral (Gus & Gus, 2000).

Cabe ao analista preparar-se para poder desempenhar tarefa tão profunda e artesanal: ajudar a retecêr os caminhos afetivos e representativos do ser.

Sendo assim, a análise é, para muitos, um espaço de transformação; nosso conhecimento precisa ser profundo e plural pois plurais também são os pacientes da psicanálise.

Termino com uma frase de Neruda que ousou dizer que representa o ser analista: “Se cada dia cai, dentro de cada noite há um poço onde a claridade está presa; há de sentar-se à beira do poço das sombras e pescar luz caída, com paciência”.

Referências

Balint, M. *A falha básica*, Artes Médicas, 1993, pág. 15).

Bion, W. *Estudos psicanalíticos revisados*, Imago Editora Ltda., pág. 134, Rio de Janeiro, 1994, 3ª edição.

Gus, M - *Acting, enactment e a realidade psíquica "em cena" no tratamento analítico das estruturas borderline*, Revista Brasileira de Psicanálise.

Green, A – *O discurso vivo: Uma teoria psicanalítica do afeto*, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1992

Joseph, B. *O paciente de difícil acesso* (1975), in Melanie Klein Hoje, vol. 2, pág. 62, Imago Editora, Rio de Janeiro, 1990.

Winnicott, D. “*Classificação: Existe uma contribuição psicanalítica à classificação psiquiátrica?* (1959–1964), pág. 1.116, in *O ambiente e os processos de maturação*, Artmed Editora Ltda., Porto Alegre, 1983

O colapso da compaixão: Tirania branca e a catástrofe ambiental e racial

Augusto M. Paim¹, Porto Alegre

Ignácio A. Paim Filho², Porto Alegre

Resumo: O presente texto tem por objetivo trabalhar a interseccionalidade entre os princípios que norteiam o extrativismo ambiental e racial, que tem por agente operador o povo branco, com sua insana tirania, que implica no colapso da compaixão. Visando dar sustentabilidade a essa proposição dividimos nas especulações metapsicológicas em três tempos. No primeiro, abordamos o intercruzamento entre as problemáticas do (1) narcisismo, com suas identificações idealizantes; (2) a concepção antropológica freudiana da horda primeva à horda fraterna, essa constituída exclusivamente por homens brancos e com seus desdobramentos na permanência de fragmentos do pai da horda na raiz primitiva do Super-Eu, sendo este o responsável pela instauração da lei de um pai não castrado, com seus postulados individualistas e supremacistas. Encerrando esta primeira metade do escrito, retomamos a (3) intrigante questão da *Weltanschauung* construída a partir dessas compreensões da constituição do indivíduo e do ordenamento social. Num segundo tempo, retomamos o pensar freudiano e sua visão de mundo, caracterizada pelo antagonismo, entre nossa ordem cultural e a natureza, para, por fim, chegarmos ao debate acerca do existir violentamente da branquitude e seu compromisso, por vezes inconsciente, com o fim da espécie humana. Contudo, indo além desse cenário catastrófico, assinalamos possíveis saídas em prol de um novo tempo a partir das cosmovisões marcadas pela força do coletivo, dos povos quilombolas e dos povos originários.

PALAVRAS-CHAVES: Compaixão; Racismo; Meio ambiente; Destruição.

¹ Psicanalista, membro efetivo do CEPdePA, mestre em psicanálise pelo PPG de Psicanálise: clínica e cultura da UFRGS e supervisor da Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS. Rua: Felipe Neri 457/401 Porto Alegre/RS. Fone: 51998662099. E-mail: augusto.a.paim@gmail.com

² Psicanalista, escritor, membro titular e didata da SBPdePA, membro da Comissão Ubuntu da SBPdePA e membro pleno do CEPdePA. Av. Félix da Cunha 737/410. Porto Alegre/RS. Fone: 51999818458. E-mail: ignacio.a.paim@gmail.com

“Silencia-se a crítica exercida por essa instância [Super-Eu]; tudo que o objeto faz e exige é correto e inatacável. A consciência moral não encontra aplicação para tudo que ocorre em favor do objeto, na cegueira amorosa nos tornamos criminosos sem remorso” (Freud, 1921, p. 188).

“O que chamamos de civilização foi protagonista de um momento único: aquele em que a espécie que sempre temeu a catástrofe se tornou a catástrofe que temia. O que chamamos de humanidade é uma minoria dominante que converteu a espécie numa força de destruição capaz de alterar o clima do planeta e, a partir dessa mudança, alterar a própria morfologia da única casa que todos temos” (Brum, 2021, p. 99)

Um perigo letal chamada paixão

A temática da tirania - poder autoritário e ilegítimo - está em pauta. O terror diante da destrutividade do humano, com o humano e com a natureza, se torna cada vez mais proeminente. Este traumático nos convoca a refletir sua vinculação com a sanguinária crueldade - *cegueira amorosa* - em nome do qual a barbárie, com seus dispositivos anticompaixão, se instala e prolifera criando as condições para um viver *criminoso e sem remorsos*. Fixemos esta expressão.

Nesse sentido, nosso olhar, nossa escuta e nossa escrita direciona-se para o terrorismo, com sua tirania intrínseca - vidas negras, vidas dos povos originários e a vida da natureza não importam - que implica nas consequências lesivas do racismo na vida cotidiana dos povos racializados, com suas replicações no planeta terra: *força de destruição capaz de alterar o clima do planeta e, a partir dessa mudança, alterar sua própria morfologia*.

Ao usarmos a expressão contundente “terrorismo”, enquanto violência física e psicológica visando intimidação, estamos nos referindo a uma destrutividade sem lei e sem fronteiras, o racismo estrutural, com sua forma escravista, ideologias de poder calcadas na segregação, em suas múltiplas formas, que atingem os corpos, a psique negra e o modo de relacionar-se com o meio ambiente: mortes objetivas e mortes simbólicas atravessadas por uma insana crueldade - universo governado pelo assassinato da alteridade com seu etnocentrismo branco.

Com o objetivo de estabelecer um diálogo com essa trágica problemática - tirania branca/racismo/catástrofe ambiental/colapso da compaixão - nos propomos, como ponto de partida, a tecer algumas ponderações metapsicológicas sobre uma possível gênese para estes, com seus vínculos estruturais e demandas de satisfações narcísicas irrestritas.

Neste caminho nos reaproximamos das concepções forjadas por Freud, em 1921 e 1923, momento que capitaliza sua teoria sobre o processo identificatório, na constituição do sujeito e da ordem social, quando postula que a horda primeva e o pai da horda não morrem totalmente, a primeira permanece em estado potencial no inconsciente não recalcado do Eu, sendo a responsável por uma certa disposição “passivo-masquista” (Freud, 1921, p.205) do Eu; enquanto o segundo segue na raiz primitiva do Super-Eu, território das identificações primárias, com suas idealizações narcísicas.

Nestes cenários, ou ainda províncias, vigoram “sobrevivências”, tal qual “*fueros*”, com seu “persistente anacronismo” (Freud, 1896, p. 209); de um lado, as massas com sua “sede de submissão” (Le Bon, 1895, apud Freud, 1921, p. 206), e, de outro, a lei do pai da horda - representante maior da plenitude com seu falocentrismo - aquele que é a lei em si mesmo, no qual a castração não encontra morada. Condição paradoxal que no manifesto revela uma potência que, contudo, tenta encobrir sua impotência, pois no latente encontramos a fragilidade desse pai **não** morto que, para se manter no poder, necessita ser retroalimentado diuturnamente pelo indivíduo e pela massa.

Tal configuração determina o acontecer do “auto sacrifício”, da “fascinação” e da “servidão apaixonada” (Freud, 1921, p. 174, 175) do Eu em relação ao seu tirano, com suas consequências para a “prontidão para o ódio” (Freud, 1921, p. 175) diante de todo aquele que ousar instrumentalizar recursos para executar o assassinato simbólico desse pai, visando o nascimento do pai que se reconhece como castrado, que, portanto, está habilitado para ser o representante da lei. Sendo assim, temos: “o pai morto tornou-se mais forte do que fora vivo” (Freud, 1913, p. 171).

Nesse sentido, Freud assinala que essa herança arcaica adormece, mas não é destruída, sendo o motor da aptidão que o indivíduo e as massas têm para reviver essas condições das origens: o anseio pela ressurreição do pai assassinado. Quando esse reviver se instaura num povo, numa raça, numa nação... estão dadas as condições para o acontecer da tirania - fanatismo com suas repercussões no fascismo: pacto narcísico entre o tirano e seu povo: *Silencia-se a crítica exercida por essa instância; tudo que o objeto faz e exige é correto e inatacável*. Em tal contexto temos: “O líder da massa continua sendo o temido pai primevo, a massa continua querendo ser dominada por um poder irrestrito; em grau extremo ela é ávida por autoridade [...]”.

O pai primevo é o ideal da massa, que no lugar do Ideal do Eu domina o Eu” (Freud, 1921, p. 206). Ao reinstalar-se esse *modus operandis*, estabelecesse o primado patriarcal, símbolo maior do colonialismo - império do Eu-ideal em detrimento do Ideal do Eu - que determina que, todo aquele que insurgir-se contra o pátrio poder, será condenado de acordo com a lei daquele que ao mesmo tempo, legisla, julga e pune: poder autoritário e ilegítimo.

Sob esse prisma, ao refletir a lógica da racialização do outro, que não é considerado um semelhante, como também do meio ambiente, o líder e sua massa encontram uma maneira de drenar sua auto destrutividade, em destrutividade sobre o outro. Ao mesmo tempo ampliam suas reservas libidinais pelo sequestro do narcisismo, que abastece o autoconceito dos povos subalternizados: “negro bom é negro morto”; “não existe racismo no Brasil, porque o negro sabe o seu lugar”, ou ainda, a “terra existe para nos servir”, lugares estes que significam estar a serviço dos princípios imperialistas eurocêntricos, essa é a origem cruel da branquitude.

Antes de darmos sequência às nossas ponderações, julgamos necessário esclarecer que vamos tomar como sinalizador o postulado - a ideia coletiva construída pela Branquitude no decorrer de séculos - que faz do racismo, que atinge o povo negro, bem como a espoliação do meio ambiente, um ideário tirânico, sem um líder específico, mas ao mesmo tempo incorporado por todas as lideranças do colonizador europeu ao colonizador do nosso tempo: os homens passam, as ideias permanecem - *O que chamamos de humanidade é uma minoria dominante que converteu a espécie numa força de destruição*.

Portanto, a tirania do racismo sobre a natureza - esse ideário histórico, político, social e econômico, com seus desdobramentos nas concepções de sujeito e de mundo - é concebida por nós com uma das formas de apresentação da presença do poderio narcísico e tirânico do pai da horda, em sua relação visceral com a massa primeva. Este referido *status quo* encontra na cultura brancocêntrica as condições necessárias para sua efetivação: as massas nutridas pelo ideário racista, exercido por essa “ideia líder” tirânica, vivem e revivem a plenitude narcísica, da “recusa da feminilidade” (Freud, 1937, p. 358) fazendo do povo negro, pela transformação no contrário, o que inveja o pênis/falo/priapismo, e o que vive em ato o terror de uma postura passiva, feminina, diante de um outro branco/homem/humano.

Temos uma exemplificação dessa demoníaca condição, imposta nos rituais macabros de castração em ato, no corpo e na alma dos negros em diáspora, bem como sobre as terras colonizadas. Seguindo este pensamento, acreditamos que encontramos em Freud, na XXXI Conferência (1933), um assinalamento que remete de forma precisa à relação do Super-Eu e sua responsabilidade pela criação e manutenção de ideologias, com seu compromisso com a sustentação de um poder antidemocrático:

“A humanidade nunca vive inteiramente no presente. O passado, a tradição da raça e do povo vivem nas ideologias do Super-Eu [...]” (Freud, 1933, p. 87).

Sendo assim, qual o passado e tradição que vive no presente nas ideologias do povo branco? O mundo e o que nele contém existe por mim e para mim, portanto explorá-lo, em seus múltiplos sentidos, e dessubjetiva-lo é meu direito: concepção de mundo comandado pelo neoliberalismo.

Dando sequência às nossas ideias, julgamos que a palavra ideologia merece um olhar mais cuidadoso, quando nos encontramos com definições que revelam um carácter sombrio.

Deixando-nos levar por nossas especulações metapsicológicas, entendemos que a XXXV Conferência (1933) fornece subsídios para dialogar com o proposto na XXXI, no quesito ideologia. Buscando efetuar enlaces com essa concepção, que remete a visões universalistas de mundo, com sua tirania implícita e explícita, retomamos a problemática da *Weltanschauung* (Freud, 1933).

Nesta conferência, Freud nos brinda com a ideia que toda *Weltanschauung*, como visão de mundo, traz consigo a aspiração de explicar os interrogantes da existência humana uniformemente e de forma totalizante: “não deixa nenhuma pergunta sem resposta” (1933, p. 193).

Não obstante, sinaliza a presença de dois tipos de *Weltanschauung*, uma religiosa e outra científica. A religiosa implica em certezas dogmáticas não passíveis de questionamentos, regida pelo pensamento animista e religioso - “proibição para o pensamento” (Freud, 1933, p. 218), ausência de um exame crítico; de outro lado, temos a científica, regida pelo pensamento científico - “[...] esse examina mais rigorosamente a credibilidade dos sentidos de percepção, nos quais baseiam suas conclusões” (Freud, 1933, p. 207) - que comporta a dúvida e o não saber, com seus efeitos produtores de hipóteses, que circulam entre a aceitação e a eterna possibilidade de refutação.

Em consonância com essas proposições, acreditamos que as ideologias com maior carácter de destrutividade, que trazem consigo o estigma da tirania racial e ambiental, se aproximam de maneira significativa de uma *Weltanschauung religiosa* - com seus ideários monoteístas e universalista - berço do fanatismo branco. Seguindo essas pegadas, atrevemo-nos a aproximar o pensar de Chauí sobre ideologia, e a proposição freudiana de um W. religiosa.

Chauí adverte que não devemos confundir ideologia com um simples ideário: “[...] ideologia é um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e que esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política” (Chauí, 2004, p. 7).

Tendo essa perspectiva - ideia/líder e ideologia - como indicador, pretendemos trabalhar a problemática do racismo antinegro, com suas replicações no racismo ambiental e seus desdobramentos nas catástrofes ambientais, ou ainda, na expressão de Eliane Brum, o ecocídio (2021).

Para isso tomaremos como interlocutora a tragédia climática - que tem como principal ator o homem branco, herdeiro direto das ideologias coloniais - que se abateu sobre o Rio Grande do Sul neste ano de 2024.

Esta será analisada como um recorte, que retrata a realidade que se processa em todos os recantos da nossa casa planeta Terra. Contextos que acreditamos ser a exemplificação típica do processo de hipertrofia da paixão - *páthos*/desmetido encantamento por si mesmo - proporcionando a inibição de seu complemento, a compaixão - sentir com, trabalhar por; abrindo espaço para o livre circular do sadismo de um (sujeito branco) sobre o outro (negro/povos originários/natureza - os considerados objetos dejetos, não sujeitos) na organização social brancocêntrica: a biosfera sobre o efeito letal da pulsão de auto destrutividade e de agressão da Branquitude.

Seguindo esse itinerário recordamos e assinalamos, para explorações posteriores, a observação de Freud relacionando a “paixão extrema e o suicídio” (Freud, 1917, p. 111): o Eu sobrepujado por idealizações supremacistas do Super-eu.

Pegadas freudianas em pauta

Nas últimas gerações, os seres humanos fizeram progressos extraordinários nas ciências naturais e em sua aplicação técnica, fortalecendo o seu domínio sobre a natureza de uma maneira inimaginável. [...] Os humanos orgulham-se dessas conquistas e têm direito a isso (Freud, 1930, p. 335).

Freud, enquanto pensador atemporal, foi capaz de romper radicalmente com alguns dos ideais de sua época, em nome de sustentar sua teoria acerca da constituição do sujeito e sua articulação com a ordem cultural.

Cenário ilustrativo de tal afirmativa é a escrita, publicação e defesa em diversas conferências para a comunidade médica acerca da sexualidade infantil, pressuposto básico da teoria psicanalítica até a contemporaneidade: “se as pessoas fossem capazes de aprender com a observação direta das crianças, estes três ensaios poderiam muito bem não ter sido escritos” (Freud, 1920, p. 18).

Contudo, para além de suas descobertas únicas sobre o inconsciente e seus derivados, é necessário reconhecer que Freud, como teórico de seu continente, não teve qualquer intenção de romper com os postulados ideológicos mais basais de seu entorno.

Quando pensamos em termos da cosmovisão de mundo da Branquitude, é preciso demarcar que esta é uma construção ideológica específica e parcial. Com isso, queremos dizer que, para além do elemento já destacado por Freud em sua *Weltanschauung* religiosa - a saber, que ela pressupõe uma proibição ao questionamento e uma logicidade fechada em si mesma - a visão de mundo científica à qual ele se refere também detém suas complicações; pois, por mais que ela seja menos narcísica no sentido de se propor como verdade inquestionável, a cosmovisão científica europeia não abdica de seus postulados para realizar suas leituras acerca dos novos fenômenos com os quais se depara.

Isso é equivalente a dizer que, quando Freud escreve que “a principal tarefa da cultura, sua autêntica razão de ser, é nos defender contra a natureza” (1927, p. 246), ou ainda, “Nas últimas gerações, os seres humanos fizeram progressos extraordinários nas ciências naturais e em sua aplicação técnica, fortalecendo o seu domínio sobre a natureza de uma maneira inimaginável” (Freud, 1930, p. 335), ele está completamente imerso em um entendimento de que a civilização humana, assim dita de maneira genérica, apenas pode existir opondo-se à força da natureza, em um esforço constante de tentar dominá-la.

Há verdade nessas afirmações freudiana; de fato a cultura ocidental, construída sobre o modelo capitalista de relações sociopolíticas, apenas pode enxergar o encontro do humano com a terra consoante manifestação de oposições, resultado este que também se aplica a qualquer outro encontro dentro desta estrutura; contudo, ao problematizarmos o modo capitalista de compreensão deste evento, torna-se viável realizar uma abertura na busca de outros sentidos possíveis.

Tal movimento ganha nexos quando observamos na obra freudiana, diversas passagens apontando a identificação de Freud com os preceitos do capitalismo da época. Dois exemplos podem ser encontrados em seu texto mais traduzido: *O mal-estar na cultura* (1930). Nele, primeiramente, Freud faz referência ao mito hobbesiano em que o “*homo homini lupus* [o homem é o lobo do homem]; quem depois de tudo o que aprendeu com a vida e a história, tem coragem de discutir essa frase?” (1930, p. 77).

Discute a hipótese de que o ser humano é uma “besta selvagem que não poupa os de sua própria espécie” (p. 77).

Ora, por um lado temos a explanação teórica de que a agressividade, enquanto elemento de realidade psíquica, encontra-se dentro e não externo ao sujeito, modificação tributária do conceito fundamental intitulado pulsão de destruição:

No entanto, se pensarmos no quanto fomos malsucedidos justamente na prevenção contra essa parcela de sofrimento, surge a suspeita de que por trás disso também poderia estar uma parte da natureza invencível, só que, dessa vez, uma parte de nossa própria constituição psíquica. (Freud, 1930, p. 333).

Por outro, notamos um Freud alienado ao mito fundamental do capitalismo sobre a constituição do leviatã, essa estrutura mitológica com apenas uma cabeça e muitos braços que sustenta a ideologia meritocrática e competitiva do capital, defendendo a burguesia conforme uma classe que, se ocupa os lugares de maior privilégio, é exclusivamente por esforço e investimento pessoal.

Deste modo, para elencar o mesmo trono burguês, a classe operária - que de saída não detém os recursos para tal escalada - precisaria brigar entre si para ascender socialmente e conquistar tais lugares, silenciando os questionamentos sobre a jornada da classe dominante a este posto. Essa ideologia marca de forma contundente a relação do humano com outro humano, pela lógica da subalternização, caracterizando tal movimento como uma denúncia da tirania do capital; fazendo jus à tríade classificatória de classe, raça e gênero.

Uma segunda fala freudiana declara ainda mais sua desidentificação com os questionamentos políticos da época. No ponto V de seu escrito, comenta que:

Os comunistas acreditam haver encontrado o caminho para a redenção do mal. O ser humano é inequivocadamente bom, bem-disposto para com o próximo, mas a instituição da propriedade privada lhe corrompeu a natureza. A posse de bens privados dá poder a um indivíduo, e com isso a tentação de maltratar o próximo; o despossuído deve-se rebelar contra o opressor, seu inimigo (Freud, 1930, p. 79).

Aqui temos uma passagem em que Freud, para além de reiterar sua crença na naturalidade com que as relações humanas se configuram através de oposições, realiza uma crítica vaga e imprecisa sobre o que nomeia experimentos socialistas.

O que Freud toma por propriedade privada é o que se entende por bens materiais, moradia, por exemplo; quando bem sabemos que, para Marx, a propriedade privada que é questionada no capitalismo é dos meios de produção, classicamente tomados pelo campo e pela indústria; é sobre esse monopólio pela classe burguesa que a teoria marxista constrói sua crítica.

Deste modo, acompanhamos que o inventor da psicanálise subverte, ao mesmo tempo em que prolonga valores culturais de seu tempo, e, mais ainda, de sua terra; essa diferença sendo construída sob a perspectiva do acesso à sua obra.

Em 2010, Eduardo Viveiros de Castro, antropólogo vinculado à UFRJ, profere uma conferência na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP) intitulada “O antinarciso: lugar e função da antropologia no mundo contemporâneo”. Aqui, ele faz uma crítica ao narcisismo ocidental que, sem atentar-se à própria violência, no movimento de perceber e transformar o mundo - *Weltanschauung* científica - toma tudo aquilo que é alheio a si, o diferente, como “não nós” (Castro, 2010, p. 15).

Esse método é, para Castro, excludente por excelência, pois não pretende incluir o novo no conceito de nós a partir do momento em que o capta, mas sim, descrever o quão próximo ou distante esse novo está do conhecido, o nós, seria, nesta leitura, a régua da universalidade.

De saída, ele já apresenta duas torções do que vimos antes: primeiramente, questiona o conceito de animismo com o qual a psicanálise trabalha; é também Freud em seu renomado Totem e tabu (1913), mais especificamente no terceiro ensaio, que irá formular o pensamento animista como primeira etapa de um processo de desenvolvimento do humano rumo ao pensamento científico. Este seria a verdadeira forma de pensamento que ainda permeia nossa atualidade, aquela que aplica o método científico como forma de acessar o mundo material:

O animismo é um sistema de pensamento, ele não só explica um fenômeno particular, mas permite compreender o mundo como unidade, a partir de um ponto. No curso dos tempos a humanidade produziu três grandes visões de mundo, se dermos crédito às autoridades: a animista (mitológica), a religiosa e a científica. Entre elas, a primeira criada, o animismo, é talvez a mais consequente e exaustiva, a que explica de maneira cabal a natureza do mundo (Freud, 1913, p. 124).

Apontamos, a título de sinalizar a complexidade dessa temática, que encontramos no pensar freudiano, uma expansão do conceito de animismo, na medida em que Freud vai estabelecendo sua relação com o processo de pensar. No interior de uma concepção metapsicológica que visa trabalhar a gênese do pensar, temos que esta, se constitui de três grandes segmentos, orientados pelo conhecer e reconhecer a castração (a incompletude): o

pensamento animista, o pensamento religioso e o pensamento científico. O primeiro está na base dos demais pensamentos, vinculado ao mundo da magia, que caracteriza a visão de mundo interno e externo pela lógica do narcisismo primário - Eu ideal - que julga o saber da castração através do juízo de atribuição.

Destacamos que este pensar, também está associado a criação dos mitos, portanto, trazem consigo potencialidades criativas, para dar algum contorno aos mistérios da origem e destino da humanidade; o religioso, diante do saber da castração, reconhece parcialmente seus limites e elege um ideal fora de si, onde projeta suas idealizações narcísicas, regida por preceitos morais: eu não tenho, mas Deus pai tem; e o pensamento científico, como exposto na introdução deste texto, é balizado por um reconhecer mais pleno da realidade da castração, que implica em um trabalho de luto do ser majestoso que acreditávamos ser, em nome de um devir: Ideal de Eu, com suas potencialidades de construir princípios pautados por uma ética.

Entretanto, compreendemos que o lado restritivo da proposição freudiana, por exemplo, é conceber como modelo exclusivo de pensamento científico, o modelo forjado pelo eurocentrismo. Sendo assim, seu olhar para outros mundos e outras cosmovisões estará impregnado desta concepção. Neste caminho, lerá as culturas de outros povos como primitivas e fixadas exclusivamente na forma de pensamento animista.

Seguindo uma perspectiva decolonial, entendemos que as proposições afrocentristas e ameríndias trazem para a cena um novo/velho modelo de pensamento científico, onde o *animismo*, como forma do humano se relacionar consigo e com a natureza, não o *pensamento animista*, ganha uma outra configuração, que estará implicada na construção de outras epistemes.

Já Castro coloca que o animismo, tomado enquanto essa visão limitada e simplista do mundo, é um equívoco da Branquitude. Para ele, atribuir a todos os seres uma animação, uma alma, é uma complexificação completa das relações entre ser humano e mundo, justamente por tratar como humano tudo que existe: “ao contrário, se tudo é humano, tudo se torna extremamente perigoso. Se todas as coisas são dotadas de intenção, de vontade, de raciocínio e de capacidade de comunicação, administrar o mundo, viver, torna-se uma tarefa muito perigosa - muito mais do que para nós, que só temos que temer nós mesmos” (Castro, 2010, p. 20).

Em outras palavras, considerar tudo humano é ter de reconhecer todo o universo material enquanto um igual, enquanto pertencente ao nós e não como um outro diferente, oposto ou, ainda, inimigo. Para ilustrar, seu exemplo da cerveja e da onça é cabal: para a onça, o sangue da presa é sua cerveja, tal qual para o ser humano - sujeito no vocabulário psicanalítico - a cerveja é o líquido produzido do malte e do lúpulo.

O que se mantém constante em ambas as atribuições é a palavra cerveja e a ideia de ser “uma bebida boa que eu tomo coletivamente e fico embriagado” (Castro, 2010, p. 22). Deste modo, ele conclui, a partir do contato com a cultura dos povos ameríndios, que o universal para o indígena é a linguagem ou ainda a própria cultura, e o que passa a ser mutável é a natureza, que se transforma conforme a perspectiva do ser animado que a ela se refere.

Essa premissa se conecta diretamente ao segundo ponto de torção proposto por ele, o da tendência a perceber o mundo a partir de um prisma do binarismo ocidental. Essa dualidade aparece frequentemente na obra freudiana: pulsões do eu *versus* pulsões sexuais, pulsão de morte *versus* pulsão de vida, neurose *versus* perversão ou, ainda, a supracitada cultura *versus* natureza; e é esta última que precisamos revisitar. Castro, ao nos apresentar sua construção acerca do animismo, revela que a natureza é também, portanto, humana e, como tal, não pode servir como instrumento de uso utilitarista e irrestrito do *homo sapiens*.

Atribuir humanidade à natureza é o mesmo que dizer que é possível assassiná-la, atitude passível de acusação de homicídio, ela não ataca a cultura, ela se soma à cultura e seu extermínio é pôr em risco a própria civilização - prenúncio do que será denominado ecocídio?

Nogueira e Barreto (2018), em consonância com essa proposição, apostam no conceito de pluriversalidade, ou seja, “a coexistência de visões de mundo distintas e igualmente válidas” (2018, p. 630). Retomamos essa conceituação para abordar que, para além de uma cosmovisão que abarca a natureza enquanto par complementar da cultura e não sua antagonista, esse mesmo reconhecimento que amplia as possibilidades de percepção do mundo não comete o mesmo ato violento da Branquitude que se elenca hegemônica e, desta maneira, única, refutando como a-civilizadas ou equivocadas quaisquer outras proposituras, mas sim o contrário, entendendo que, mesmo neste formato sádico, essa cosmovisão branca e limitada é também uma forma possível de se absorver o entorno.

O pluriversalismo, por mais que surja a partir de uma episteme negra (Mogobe Ramose, 2011) não visa operar sobre o branco uma vingança simbólica como reparação histórica, não se associa a esse povo pela lógica da identificação com o agressor, optando por inverter essa lógica e ofertar ao colonizador uma comunicação não cruel, não tirânica, que (1º) apresenta um modelo de valorização da vida para além dos interesses materiais do capital, este que abusa da terra/natureza e dos corpos racializados e, ainda, (2º) reinsere a este povo o viés da compaixão, afeto expurgado de sua ideologia discursiva.

Gostaríamos de aprofundar tais dimensões.

Clima, racismo, tragédia e necropolítica - a tirania branca em cena

No dia 03 de maio de 2024, Porto Alegre, a capital do estado do Rio Grande do Sul e toda a região metropolitana vivenciou a chegada do caos. Caos este que se alastrou para todo o estado ao longo do mês; foram, ao todo, mais de 300 mil pessoas desabrigadas e 140 mortes confirmadas, pessoas que não conseguiram escapar da força das águas a tempo.

O Guaíba, um grande lago que recebe afluentes de várias regiões do estado e perpassa Porto Alegre, bateu o recorde de 5,3 metros de altura, superando o valor de 4,75 metros da última grande enchente que assolou a cidade em 1941. A razão imediata para tamanha catástrofe climática pode ser explicada através de uma confluência de fatores: (1º) massa de ar frio proveniente da Argentina que permaneceu bloqueada de seguir seu curso pelo encontro com uma (2º) massa de ar quente que se alojou no centro do país, aumentando a quantidade de chuvas especificamente na (3º) região da Serra e dos Campos de Cima da Serra, local conhecido por ser leito de nascentes de alguns dos maiores rios do estado - estava formada a tríade da calamidade.

Contudo, apesar de uma justificativa meteorológica resumir de maneira clara os ocorridos no estado mais ao sul do Brasil, essa confluência de fatores climáticos não é somente consequência da “prepotência da natureza” (Freud, 1930, p. 43), mas também, e sobretudo, uma resposta dela às intervenções violentas, decorrentes da tirania do humano sobre o seu território³. O ano é 2019, uma temporalidade exemplar, para caracterizar o negacionismo climático, com seus efeitos deletérios, em pleno século XXI. Este quadro, negacionista, vai organizar-se em detrimento do que estava sendo desenhado pelos ambientalistas desde meados do século XX, principalmente a partir da década de setenta, que vai culminar o acontecer da Eco-92 no Rio de Janeiro: está posto que a ação humana influencia nas alterações climáticas⁴.

³ Destacamos que a relação da capital gaúcha com o lago Guaíba pode ser vista como antropofágica - incorpora suas qualidades e expurga sobre ele o que tem de mais abjeto. Em suas histórias vamos encontrar a ação da tirania branca, por exemplo, na poluição e invasão de suas margens. O processo de aterro que teve início no século XIX e se estendeu pelo século XX vai avançar de maneira assustadora sobre as margens originais do nosso lago. Decorrente dessa invasão e conquista de território vamos encontrar construído, sob o seu leito soterrado: parte do nosso Patrimônio Histórico, Estádio Beira Rio, bairro Praias de Belas, o Anfiteatro Pôr de Sol, O Centro Administrativo de Porto Alegre, Correios, Casa de Cultura Mario Quintana, a Rodoviária, o Mercado Público etc. Compreendemos, que projetos como este, de orientação colonial - “colocar a terra a seu serviço” (Freud, 1930, p. 338) -- que balizou e baliza a arquitetura das cidades, bem como, nossa relação com os mais variados ecossistemas, como por exemplo, nas queimadas do Pantanal mato-grossense (relação sinistra de causa e efeito com o agronegócio), estão diretamente atravessados pelo negacionismo climático.

⁴ Contudo, somente, em 1995, no segundo relatório do IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*) é explícito literalmente a responsabilidade do homem pelas mudanças climáticas.

Não levando em consideração este ambiente assustador é posto em votação, uma reforma do código ambiental gaúcho elaborado em 2000 que, com o apoio de 37 votos de deputados presentes, teve 480 de suas cláusulas alteradas. O atual governo, o mesmo que enfrenta a crise climática em 2024, agradece a bancada pelo apoio a uma completa depredação e um texto que, de protetor da biosfera local, passa a completa negligência para com a preservação ambiental.

Para citar exemplos, deixa de reconhecer como áreas de preservação alguns locais já declarados pela UNESCO como tal, ou ainda, legitima os incêndios florestais ao riscar o artigo 28 que as proibia por lei, sabendo que as áreas de mata nativa funcionam como grandes filtros para as chuvas, absorvendo através de suas raízes parte da água que, de outro modo, escoaria diretamente para os rios, sobrecarregando-os.

Somado a este movimento, legitima, indiretamente, o auto licenciamento às empresas, com a criação da Licença por Adesão de Compromisso - a LAC - que prevê, ao empreendedor, uma declaração emitida online que já o autoriza a iniciar as operações no solo desejado.

Uma reportagem do site Brasil de Fato (2024) aponta a ironia deste movimento: o RS, estado que já ocupou a vanguarda na luta pela preservação ambiental desde 1950, sendo o primeiro estado nacional a criar um mestrado em ecologia pela universidade pública, a UFRGS, atualmente, parece caminhar na contramão disso, facilitando a terceirização das terras estatais e incentivando uma política de livre exploração.

Nesse sentido, os ocorridos climáticos da região parecem ser uma resposta agressiva da natureza ao modelo relacional com que sua população a vem tratando: se encontramos na política local, bem como na do mundo, um abuso constante e destruidor de sua terra, nada mais coerente que a terra responda na mesma linguagem - não há possibilidade de um bem-estar comum se seguirmos apostando em um modelo de uso do outro, não de cooperação com este.

Mais do que isso, enquanto tomarmos o outro como objeto, não como sujeito, parece que o encontro não pode ter outro destino que não a crueldade mútua. Mbembe (2018) aborda justamente essa dimensão em seu livro “Necropolítica”; torcendo o conceito de biopoder foucaultiano, a necropolítica seria o controle exercido não sobre a vida, mas sim sobre a morte.

Para isso, ele descreve como o poder colonial contemporâneo é muito mais forte e abrangente do que aquele que acompanhamos na história do processo colonizador da Europa e suas navegações.

Mbembe propõe que o regime escravista, apesar de toda sua dinâmica violenta no real, não se equipara aos estratagemas e artimanhas simbólicas desenvolvidas pela ranquitude para transformar o povo negro e o planeta em meros corpos e, deste modo, propriedade do estado.

O necropoder reatualiza a política do escravismo em níveis inimagináveis, “com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar “mundos de morte”, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos” (Mbembe, 2018, p. 71).

Tal conceituação, que está entrelaçado com a política da morte, pode ser claramente observada nos afetados pelas enchentes a que nos referimos aqui; a população negra, sucumbindo ao racismo ambiental, comumente habitante das margens e periferias dos grandes centros, foram as primeiras a terem suas vidas em risco e bens materiais perdidos pela destruição fluvial, além de representarem um número significativo nos abrigos emergenciais montados em todo o estado do RS, para acolher as vítimas da catástrofe.

Tudo isso como consequência de uma confluência de fatores climáticos, mas que tem seu gérmen em um gerenciamento estatal que não leva suas vidas - materiais e simbólicas - em consideração quando na administração de políticas públicas e recursos. Neste contexto, as vidas negras e o meio ambiente são as maiores vítimas e denunciadoras do único destino possível dentro do paradigma branco: ser a personificação, por excelência, do “mal-estar” na cultura ocidental.

Portanto, na luta sádica da cultura brancocêntrica contra a natureza, decorrente da insuportabilidade diante do seu desamparo, essa encontra amparo na cilada narcísica propiciada pelos ganhos do capital. Prosseguindo, nesta direção, no sentido das revivências das defesas narcísicas, nos sentidos convocados a refletir, mesmo que de forma pontual, sobre os enigmas do masoquismo primário. Este é concebido por Paim Filho e Terra Machado (2021) como um quinto destino pulsional e, ao mesmo tempo, matriz fundante da psique.

Sendo assim, o destino da auto destrutividade está traçado, força imperiosa que é anterior à destrutividade do mundo externo (sadismo). Se assim o for, o destino da humanidade se fará no interjogo do que o sujeito faz com outro, mas também, o que faz consigo.

A marca da força tirânica da auto destrutividade, não mitigada da branquitude, através do reconhecimento dessa força demoníaca⁵ em si mesmo, se fará presente na destruição do planeta terra, uma vez que, não se reconhece como fazendo parte dos ecossistemas que compõem o nosso planeta. Este não se ver denuncia: o não poder, ou ainda, o não querer saber da segunda ferida narcísica, segundo Freud, imposta a humanidade, por Charles Darwin, desde 1895, “O homem não um ser diferente dos animais, ou superior a eles, ele próprio tem ascendência animal [...]. as conquistas que realizou posteriormente não conseguiram apagar as evidências” (Freud, 1917, p. 175).

Em tal enredo, no qual se encontra enredado, com suas intermináveis histórias de letalidades sobre as humanidades, elaboradas por suas ideologias brancocêntrica, neste *a posteriori*, retrata o reencontro com seu “mal-estar” foracluído, que vem encenando que vidas brancas, também, não importam: do genocídio (extermínio do outro) ao suicídio (derivado do latim - *sui* - de si mesmo; cídio - extermínio).

Neste contexto, essa catástrofe climática - retorno sobre a cultura dos ataques proferidos com a natureza - produto da tirania do povo branco, identificado ao poder despótico do pai da horda freudiano, cria uma cena distópica, que tem certo grau de ineditismo, em nossos pampas, para descendentes dos europeus: *o que chamamos de civilização foi protagonista de um momento único: aquele em que a espécie que sempre temeu a catástrofe se tornou a catástrofe que temia*. O vivido ativamente é revivido passivamente.

Tudo isso, em decorrência de seu aprisionamento a uma ideia/líder assentada em uma ideologia/*Weltanschauung* religiosa com crenças supremacistas.

⁵ Esse adjetivo é utilizado por Freud em relação a natureza da destrutividade humana (1920), isto nos leva associar com a ideia de um pacto demoníaco da branquitude. Tal pacto relaciona-se em vender a alma ao diabo. Este acordo implica a realização de todos os desejos, porém, no final dos tempos - o fim do mundo - a conta deve ser paga: com a entrega da própria alma ao demônio. Diante dessa inferência lembramos da fábula: “Certo dia o Escorpião pediu ao Jacaré que o ajudasse a atravessar o rio. Este respondeu que não, pois temia ser picado. O Escorpião refutou essa resposta dizendo que não faria isso, pois morreria junto. O Jacaré aceitou o pedido. Quando estavam no meio da travessia, o Escorpião o picou. O Jacaré, diante desse inusitado, perguntou: como? você me prometeu. O Escorpião respondeu: sinto muito é da minha natureza”. A natureza demoníaca da branquitude, tal qual o escorpião, caminhando a passos largos em direção a uma hetero/autodestruição apocalíptica. Compreendemos que Freud, inquieto com essas questões, ao finalizar o texto de 1930, interroga-se sobre o destino da humanidade, e do quanto sua organização cultural será vitoriosa em domesticar sua pulsão de agressão e de autodestruição. Num tom de presságio, para nosso tempo, anuncia: “Os seres humanos chegaram agora tão longe na dominação das forças da natureza que, com sua ajuda, seria fácil exterminarem-se uns aos outros até o último homem” (Freud, 1930, p. 405). Contudo, reafirmamos, que esse autoextermínio tem como agente ativo os princípios que regem a tirania branca.

Nesse sentido, resgatamos outra vez o conceito *devir-negro do mundo* de Achille Mbembe: “Pela primeira vez na história o substantivo negro deixa de remeter unicamente aos povos de origem africana durante a época do primeiro capitalismo (predação de toda espécie [...]).

A essa nova condição fungível e solúvel, à sua institucionalização como padrão de vida e à sua generalização pelo mundo inteiro, chamamos o devir-negro do mundo” (Mbembe, 2018 a, p. 20).

Nosso pensador de Camarões anuncia de forma profética que o destino da humanidade é viver na própria pele o que povo negro vive desde o sequestro da África, desde nossa diáspora forçada: ser destituído de sua história, ser arrancado da sua terra e da sua casa, ser destituído de subjetividade, ser tratado como mercadoria, sua vida não importa: *predação de toda espécie*.

Compreendemos, quando olhamos e escutamos com compaixão, as múltiplas histórias de como essa catástrofe ambiental abateu-se sobre a serra gaúcha, vemos nela uma apresentação, por excelência, de um *quantum* do devir-negro do mundo sobre o povo branco: expulso de suas terras, de suas casas, apartado de parte da sua história, ser tratado como mercadoria, suas vidas não importam... Estão sofrendo, de maneira *fungível e solúvel*, em sua alma e corpos brancos, as consequências dos princípios organizadores ou desorganizadores, de um Mundo, um Continente, um País, um Estado, uma Cidade que se constrói e segue sendo construída sob o prisma do capitalismo, colonialismo com suas múltiplas formas de apresentação do racismo estrutural: orquestrado pelas *minorias dominantes*.

Estas que desdobram sua forma escravista de consumo, espoliação e expropriação sobre outros humanos e a terra, visando subalternizá-los e objetificá-los, no interjogo tanático do genocídio e do ecocídio.

Temos, neste palco de horrores, a presença gritante da aliança entre *uma parte da natureza invencível, só que, dessa vez, uma parte de nossa própria constituição psíquica*, a pulsão de destruição, e uma ordem social regida não pela contenção e transformação deste pulsional desgarrado, intercâmbio criativo entre o masoquismo e narcisismo; mais por um investimento libidinal imantado pelo compromisso de encontrar uma saída de seu masoquismo - auto destrutividade - através do assujeitamento do outro: o “bem-estar” do povo branco às custas do “mal-estar” da coletividade humana ampliada (Paim Filho e Maschke Paim, 2023).

Genocídio e Ecocídio: o existir violentamente da Branquitude

Nesse sentido, também o conceito de genocídio precisa ser ampliado para todas as gentes, para além de humanas. Ecocídio é o conceito que dá conta dos desafios da justiça climática, mas me parece necessário ter a ousadia de pensá-los a partir de uma nova linguagem (Brum, 2021, 106).

Na *cegueira amorosa* - *páthos* - nos tornamos *criminosos sem remorso* - colapso da compaixão. Essa proposição delineia nossas ideias e faz ressoar em nós alguns elementos traçados por Eliane Brum, em seu livro “Banzeiro Òkóto” (2021). Nesta revisita, resgatamos o conceito de ecocídio e o existir violentamente da branquitude. Seguindo este pensamento, nos reencontramos, na catástrofe climática de hoje, com os norteadores da lógica colonial, escravocrata e capitalista que está nas bases fundantes do mundo ocidental.

Ao seguir por essas trilhas, inevitavelmente nos deparamos com a mesma ideologia de poder irrestrito que orienta a relação de hierarquização e racialização do outro, não considerado como semelhante, que se faz presente diante do encontro com as forças paradoxais da natureza.

Sendo assim, as forças destrutivas de uma pulsão de morte não domesticada, mas operacionalizada pela branquitude, em prol de sua sede insaciável de poder - poder que emana de mim, para mim - vai atuar, de forma contundente, pois essa é a única maneira pela qual lhe é possível ter uma vida, na morte daquele que é considerado um dessemelhante.

Este contexto provê contornos precisos para a tirania de seu existir violentamente: “Não somos limpinhos. Porque não há como ser limpinho em países onde negros vivem pior e morrem primeiro. É isto que eu chamo de existir violentamente” (Brum, 2021, p. 19).

Esse modo de existência, nada limpinho, muita sujeira para pouca água, nos convoca a adentrar no campo exponencial do genocídio e do ecocídio, ou ainda, nas múltiplas maneiras que se presentifica o sufixo “cídio” - ação que provoca a morte ou o extermínio - no viver violento e, reafirmamos, tirânico do povo branco. Ao trazermos para o primeiro plano a relação intrínseca e histórica entre o genocídio e o ecocídio - assassinato da casa-planeta - o fizemos mobilizados pela compreensão que estes conceitos se retroalimentam.

O extermínio dos povos originários, em um primeiro tempo, acompanhado do extermínio do povo negro, pela via material e simbólica (epistemicídio), desenham o *script* depredatório e voraz da branquitude, com vias a manter seus privilégios de quem acredita ser o centro da criação - aquele que não terá que se curvar diante das forças da natureza (Freud, 1914) - a renegação da castração fazendo e refazendo a história.

Este mesmo sistema - existir violentamente - vai se reproduzir, de forma literal, quando da ação, ecocídio, desta parcela de humanos, sobre a *única casa que temos*. Assim sendo, desde uma perspectiva do pluriversalismo, em consonância com Brum, ratificamos que: “todo o genocídio é um ecocídio, e todo o ecocídio é um genocídio” (2021, p. 99). Portanto, se faz necessário problematizar, o possível orgulho que temos das conquistas pelas quais logramos fortalecer o domínio, de maneira inimaginável, sobre a natureza.

Diante desses novos paradigmas, que desalojam o pensar hegemônico das minorias dominantes, emergem interrogantes: quais os caminhos para trilhar novos tempos? Romper com o primado do genocídio e do ecocídio, nutrido pela tirania do racismo requer ampliar as defesas, ou uma mudança radical em nosso modo de viver? Tempo de conhecer e/ou reconhecer outras epistemes?

Parece-nos que é tempo de construir outros caminhos e de conduzir as humanidades por campos nunca trilhados. Ampliar as defesas - uma “obsessão da repetição” (Freud, 1914 a, p. 155) - que encontra na renegação da alteridade seu principal operador, nos levaria ao mundo da eterna repetição dele: destruição da terra, construções balizadas por desmedidas demandas narcísicas do povo branco e que renovam a destruição do planeta. O desconhecido nos convoca a trabalhar em prol de uma relação que tenha como elemento propulsor de mudanças a compaixão, no sentido de uma genuína relação fraterna entre os seres vivos - todos somos humanos - nos mais diferentes ecossistemas.

Andando em tal direção, recordamos o pensar de Carola Rackete, que trabalha a questão climática pelo prisma dos direitos humanos, em seu livro “É hora de agir” (2020), que sinaliza a importância da desobediência, em busca de um agir contra a tirania dos modos hegemônicos de ser, estar e viver no planeta, *mudança radical no sistema*: travessia do poder autoritário e ilegítimo para um poder democrático e legítimo. Em sintonia com essa melodia pulsional que congrega ruptura e novas ligações - processo criativo entre Thanatos e Eros - a autora e ativista climática afirma:

É um desafio para o qual precisamos da cooperação de todos as pessoas que pensam de maneira democrática. Só há dois caminhos a seguir: ou destruímos o equilíbrio dos ecossistemas da Terra - que simplesmente não é uma solução! - ou acontecerá uma transformação global, uma mudança radical no sistema, fazendo com que a sociedade, ao fim seja diferente do que é agora (2020).

Cooperação e compaixão. Talvez estas sejam as palavras-chaves para propostas que quebrem com a depredação da terra e do semelhante.

A discursividade mais presente na ideologia dominante branca é a da individualização, ou melhor, da atomização das relações humanas, significando dizer que o foco da fala neoliberal - manifestação última do capitalismo que cerca nossa contemporaneidade - não prevê que nos organizemos de forma coletiva para ocupar espaços políticos.

Pelo contrário, toda a manobra orquestrada pela Branquitude é de que sigamos sustentando as relações grupais a um mínimo possível, suficiente apenas para garantir a manutenção do regime atual através da única organização social e formalmente aceita, ou seja, a da estrutura por parentesco, a do núcleo familiar. Exclui de uma valorização social, como fonte de produção de conhecimento, por exemplo, as formações quilombolas e as aldeias dos povos originários. Por esse ângulo, o pensar de Abdias Nascimento se faz revolucionário, ainda, nos anos oitenta do século XX, com seu conceito de Quilombismo:

O quilombismo essencialmente é um defensor da existência humana e, como tal, ele se coloca contra a poluição ecológica e favorece todas as formas de melhoramento ambiental que possa assegurar uma vida saudável para as crianças, as mulheres e os homens, os animais, as criaturas do mar, as plantas, as selvas, as pedras e todas as manifestações da natureza (Nascimento, 2019, p. 307).

Grandes movimentos grupais são o terror do sistema sociopolítico que nos governa, pois são concentrações como essas que questionam o suficiente para assumir protagonismo e uma posição de poder diante do estabelecido. Ao referirmos que nossa cultura colonizada opera por uma lógica da separação, estamos criticando a obviedade com que encaramos o outro no papel de inimigo, concorrente e/ou lobo, princípio este que nos impede de observar como a Burguesia da Branquitude assassina nossos corpos e nossa terra cotidianamente: protagonizando o seu comprometimento com a não *defesa da existência humana* e, ao mesmo tempo, de *todas as manifestações da natureza*.

Como pode ser mais fácil acreditar em utopias como a da colonização de Marte, projeto já em desenvolvimento, do que em um existir não-violento com o outro? Essa pergunta pode ser entendida como um complemento ao subtítulo do livro de Mark Fisher (2020): é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. Aqui, Fisher expõe a tese sobre o realismo capitalista, a crença alienada de que não há outro regime alternativo à lógica do capital, que funciona como “uma *atmosfera* abrangente, que condiciona não apenas a produção da

cultura - agindo como uma espécie de barreira invisível, bloqueando o pensamento e a ação” (Fisher, 2020, p. (33); mais ainda, o que hoje parece ser a única forma de coexistir em sociedade já foi, um dia, entendido como impossível, como a onda de privatizações que apenas elencaram estatuto de comum após os anos 1980.

Nesse sentido, permanece aos leitores o convite de questionar o mundo para além dos referenciais já explorados, entendidos e legitimados em nossa cultura, *espécie de barreira invisível, bloqueando o pensamento e a ação*. Tempo de avançar, *desde movimento imóvel*, para um pensar e construir um mundo de interações humanas que somem e não dividam os afetos, a terra, os humanos e a vida como um todo.

Este é o caminho que Fanon, com suas ressonâncias no pensar de Bispo dos Santos (2023), vem pautando e nos convocando a trilhar desde os meados do século XX, com sua proposição de trabalhar com o povo negro, em um processo contra colonial, que viabilize a liberdade para os *condenados da terra* - desequilibrando a *lógica do equilíbrio* tirânico - e, ao mesmo tempo, libertando a terra da sua condenação devastadora, efetuada e perpetuada pelas miríades universalitas do colonizador:

Fujamos camaradas, desde movimento imóvel em que a dialética, pouco a pouco, transformou em lógica do equilíbrio. Retomemos a questão do homem. Retomemos a questão da realidade cerebral de toda a humanidade, cujas conexões é preciso multiplicar, cujos circuitos é preciso diversificar, cujas mensagens é preciso reumanizar (Fanon, 1961, p. 362).

Referências

- Brum, Eliane. *Banheiro Ôkoto: uma viagem à Amazônia centro do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- Castro, Eduardo Viveiros de. *O anti-narciso: lugar e função da antropologia no mundo contemporâneo* - Conferência na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP). In: Revista Brasileira de Psicanálise. Vol. 44, n. 4, 15-26. 2010.
- Centeno, Ayrton. *Em 2019, Leite cortou ou alterou quase 500 pontos do código ambiental do RS*.
- Brasil de Fato. 03 de maio. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2024/05/03/em-2019-leite-cortou-ou-alterou-quase-500-pontos-do-codigo-ambiental-do-rs>
- Elon Musk anuncia colonização de Marte em 30 anos. *O Antagonista*. 17 de maio. 2024. Disponível em: <https://oantagonista.com.br/mundo/elon-musk-anuncia-colonizacao-de-marte-em-30anos/#:~:text=Elon%20Musk%2C%20o%20dono%20da,Vermelho%20dentro%20de%2030%20anos.>
- Fisher, Mark. *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo*. Tradução Rodrigo Gonçalves, Jorge Adeodato, Maikel da Silveira; [coordenação Manuela Beloni, Cauê Ameni]. - 1. ed - São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- Fanon, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. Lígia F. Ferreira e Regina S. Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- Freud, Sigmund. *Carta à Fliess de 06/12/1896*. In: *A Correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess - 1874-1904*. Org. J. M. Mosson. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Imago 1986.
- Freud, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. (1905). In: Freud, Sigmund. *Obras Completas*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. v. 6.
- Freud, Sigmund. *Totem e tabu* (1912-1913 a). In: Freud, Sigmund. *Obras Completas*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. v. 11.
- Freud, Sigmund. *Lembrar, repetir e perlaborar* (1914 a). In: *Fundamentos da clínica psicanalítica/ Sigmund Freud*. Trad. Claudia Dornbusch. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

- Freud, Sigmund. *À guisa de introdução ao narcisismo* (1914). In: Escritos sobre a psicologia do inconsciente. Trad. Luiz A. Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 2004.
- Freud, Sigmund. *Além do princípio do prazer* (1920). In: Freud, Sigmund. Obras Completas. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 14.
- Freud, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do eu* (1921). In: Freud, Sigmund. Obras Completas. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 15.
- Freud, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921). In: Cultura, sociedade, religião: o mal-estar na cultura e outros escritos/ Sigmund Freud. Trad. Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- Freud, Sigmund. *O futuro de uma ilusão* (1927). In: Freud, Sigmund. Obras Completas. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. v. 17.
- Freud, Sigmund. *O mal-estar na cultura* (1930). In: Freud Sigmund. Cultura, sociedade, religião: O mal-estar na cultura e outros escritos; tradução Maria Rita Salzano Moraes. – Belo Horizonte: Autêntica, 2020. – 1ª ed.1. reimp. – (Obras incompletas de Sigmund Freud / coordenação Gilson Iannini, Pedro Heliodoro Tavares).
- Freud, Sigmund. *Conferência XXI: A dissecação da personalidade psíquica* (1933). In: Obras Completas Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XXII. Trad. Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969
- Freud, Sigmund. *Conferência XXXV: A questão de uma Weltanschauung* (1933). In: Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Completas. Trad. Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- Freud, Sigmund. *A análise finita e infinita* (1937). In: Fundamentos da clínica psicanalítica/ Sigmund Freud. Trad. Claudia Dornbusch. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- Mbembe, Achille. *Crítica da razão negra*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018 a.
- Mbembe, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- Nascimento, Abdias. *O Quilombismo: documentos de uma militância panafricanista*. Rio de Janeiro: Ipeafro. Editora Perspectiva, 2019

O colapso da compaixão: Tirania branca e a catástrofe ambiental e racial

- Nogueira, Renato. Barreto, Marcos. *Infantilização, ubuntu e teko porã: elementos gerais para educação e ética afroperspectivistas*. *Childhood & Philosophy*, Rio de Janeiro, v. 14, n.31, set-dez. 2018, pp. 625-644.
- Paim Filho, Ignácio A; Maschke Paim, Augusto. *O simulacro narcísico da branquitude e a ausência da barreira da compaixão*. In Revista CULT, ano 26, edição 296. São Paulo: agosto de 2023.
- Paim Filho, Ignácio A. e Terra Machado, A. Paula. *Masiquismo: destino das pulsões - origem do sujeito*. In: *Pulsão de morte: a inegável existência do mal*. Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre. Porto Alegre, 2021.
- Rackete, Carola. *É hora de agir: um apelo à última geração*. Porto Alegre: Arquipélago, 2020.
- RAMOSE, M. B. *Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. Ensaios Filosóficos*, Volume IV - outubro/2011, p. 6-20.
- Soldera, Bruna. *Enchentes devastadoras: o que aconteceu no Rio Grande do Sul*. Instituto Água Sustentável. 13 de mai. 2024. Disponível em:
https://aguasustentavel.org.br/conteudo/blog/242-enchentes-devastadoras-?gad_source=1&gclid=CjwKCAjwvIWzBhAlEiwAHHWgvXbK5SQELGD0HvzW6hqNBPWlvOOFhJ8ZcVJGrn4OLm3AnApfUYUP_hoCv3cQAvD_BwE

Psicanálise e mal-estar na cultura: Transmissão e transformações¹

Ane Marlise Port Rodrigues², Porto Alegre

Resumo: Considerando que a clínica psicanalítica é indissociável da reflexão em torno da cultura e de seus mal-estares, este trabalho problematiza a tendência endogâmica de nossas instituições e o fechamento de nossos institutos de psicanálise a um grupo restrito de pessoas, fatores que engessam sua expansão e democratização. Temos no Brasil fontes de enorme mal-estar, como a desigualdade social, o racismo, a violência de gênero e sobre orientações sexuais diversas, entre outras. Nossas instituições vêm sendo tensionadas em relação a uma transmissão da psicanálise alheia ao que se passa fora de seus muros e excludente para os que estão em outros territórios e nas periferias. Neste contexto, em 2020, é criado o Projeto Ubuntu da SBPdePA. Ao mesmo tempo, enormes resistências são mobilizadas na busca de mudanças e transformações na cultura e na estrutura de nossas instituições psicanalíticas IPA. As mudanças são muito lentas, mas já dão alguns sinais.

PALAVRAS-CHAVE: Formação psicanalítica; mal-estar na cultura; Racismo institucional; Resistências; Transformações.

A teoria e a praxis psicanalíticas foram fundadas no questionamento das normas morais e sociais imperantes na época de Freud, tendo um caráter subversivo e revolucionário. Aos psicanalistas cabe seguir questionando não só as normas sociais e morais de nossa época, mas também a própria teoria e praxis da psicanálise e os modos de funcionamento de suas instituições.

¹ Versão ampliada e modificada de trabalho apresentado na Jornada do CEP-SP, em 28/06/2025, on-line, na mesa “Implementação de Núcleos de Formação em Psicanálise: (Des)Equilíbrio entre requisitos canônicos e singularidades a considerar”.

² Psicanalista; Membro Titular com função didática da SBPdePA; Psicanalista de Crianças e Adolescentes pela IPA; Coordenadora da Comissão Ubuntu (2022-2026). anemprodrigues@gmail.com

A clínica psicanalítica é indissociável da reflexão em torno da cultura e de seus mal-estares (Freud, 1930). Ao enfatizarmos a singularidade de cada sujeito, convém lembrar que esta singularidade é gerada a partir do outro e do meio social. Freud (1921) já nos alertava sobre a impossibilidade de dissociar o psiquismo individual do contexto social.

Cada indivíduo se constitui através de processos subjetivos, socioculturais e histórico-políticos. Kaës (2011) reforça que o sujeito do inconsciente é um sujeito do vínculo, do grupo e seu contexto, destacando duas séries de organizadores para a relação que se estabelece entre sujeitos: organizadores psíquicos inconscientes e organizadores socioculturais.

Estarão nossas instituições desenvolvendo a percepção da importância fundamental da cultura e do meio social/familiar/climático sobre os modos de subjetivação do sujeito em sua singularidade, em consonância com o intrapsíquico pulsional? Estes aspectos são percebidos e trabalhados nas análises pessoais dos psicanalistas?

Contexto brasileiro e a inveja do futuro

No passado e no presente, a desigualdade social, a crescente concentração de riqueza entre poucos, o racismo estrutural antinegro e anti-Indígena, a violência contra a mulher, a homotransfobia, entre outros, são grandes fontes de sofrimento e mal-estar em território brasileiro. Observa-se ainda o aumento do antissemitismo e de células neonazistas na região sul do país. Somos um país fundado na violência do colonizador sobre o colonizado e de tradição escravocrata.

Os ataques aos povos originários e ao nosso ambiente seguem, apesar das várias catástrofes climáticas. A perda de áreas de florestas e do bioma pampa, as secas e inundações, os incêndios florestais, o aquecimento global, são algumas das mudanças em curso, sem controle efetivo e que se agravam por condutas humanas. As atividades humanas vêm afetando a Terra de tal forma que por ação humana estaríamos em um novo período geológico chamado antropoceno (Crutzen e Stoermer, 2000).

Krenak (2019), ao falar sobre os tempos atuais, sabiamente, nos diz:

“Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta e faz chover. O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta

fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim.” (p. 26-27).

Cabe a pergunta: Como adiar o fim do mundo? Qual futuro que estamos construindo? Trachtenberg (2017) indaga sobre o que leva o homem a destruir as possibilidades de uma sobrevivência maior de nosso planeta e por que atacar as fontes de nossa subsistência e de futuras gerações? “Que espécie de psiquismo está colaborando para a destruição do planeta? Seria a inveja de toda essa beleza com que o mundo nos contempla?” (Chuster e Trachtenberg, 2009, p. 110).

Refere-se a Bion, que define a inveja como um impulso a inibir os bons objetos e as boas experiências que produzem crescimento e tal inibição produz de maneira simultânea um crescimento negativo, impedindo o indivíduo de aprender com as experiências vividas. A inveja é situada num modelo espectral que permite estabelecer diversos graus de correlação entre o crescimento positivo e negativo. Agrega que podemos denominar inveja do futuro a uma constelação de fenômenos que incluem: desconsideração com a natureza em diversos sentidos; ausência de preocupação pelas gerações futuras; degradação de uma ética de solidariedade etc.

Esses fenômenos remetem a uma ideia mortífera de imortalidade e não aceitação da morte. Bion, já em 1961, questiona “quem ou o que a raça humana pensa que é?” e diz que a pergunta e suas possíveis respostas tornaram-se urgentes desde que nossa capacidade de destruição aumentou. Surge, em diferentes momentos, uma preocupação da IPA com o envelhecimento de seus membros e a não entrada correspondente de jovens que queiram fazer a formação psicanalítica. Nos congressos, o predomínio de idosos chamaria a atenção, principalmente na Europa. Nick (2017) conta sobre uma conversa que ouviu entre quatro jovens no intervalo de um congresso IPA: “Nossa! Só tem gente velha! O que estamos fazendo aqui?”

Agrega que, no relatório de 2016 da Força-Tarefa para Questões Institucionais (criada em 2014), é referido que persiste o conflito intergeracional onde temos, por um lado, a geração mais velha tornando-se cada vez mais rígida e petrificada devido à sua ansiedade em relação a perdas e sobrevivência da psicanálise (não seriam também ansiedades em relação à própria finitude?) e, por outro lado, o desejo, entusiasmo e paixão da geração mais jovem querendo participar da psicanálise e da IPA, “ainda que se sinta maltratada, não ouvida e ignorada como força vital”.

O medo da morte e a ansiedade pela sobrevivência aparecem relacionados à questão de como os preciosos insights da psicanálise, conquistados com muito esforço, podem sobreviver. Nossa sobrevivência como instituição dependeria do equilíbrio entre o movimento de manter a psicanálise como bandeira contra as enormes mudanças culturais que enfrentamos na atualidade e o movimento de adaptação às mudanças, enfrentando uma “ladeira escorregadia” em relação aos nossos padrões de formação psicanalítica.

Conclui, reforçando sua confiança de um futuro frutífero para a IPA, pois tem uma força caracterizada pelo estudo das Relações Humanas e sua aplicação em diversos ambientes culturais. ‘Podemos nos perguntar o que se passa no funcionamento de nossas sociedades que possa dificultar a renovação, onde a passagem para gerações mais jovens se complica ou é escassa, principalmente na Europa. Parece, pelo menos no Brasil, que temos jovens interessados em análise pessoal ou em tornar-se psicanalista. Além dos habituais postulantes de classe médio-alta, temos os jovens das periferias e de menor poder aquisitivo com grande interesse na psicanálise.

Desde a efetivação da Lei das Cotas nas universidades públicas brasileiras, em 2012, pessoas que nunca tiveram contato com a psicanálise passam a estudá-la na universidade através de disciplinas e cursos. A universidade torna-se uma via de democratização do conhecimento psicanalítico e ativa-se a percepção da importância fundamental da psicanálise para o indivíduo e para a sociedade.

Segundo Camargo (2025), a psicanálise se tornou um projeto da branquitude europeia e mundial, sendo excludente para a maior parte da população. Pontua que a partir da produção acadêmica crítica e dos universitários cotistas interessados em psicanálise, a branquitude que ocupa as instituições brasileiras de psicanálise vai ser pressionada a abrir algum espaço, mas mediante pressão, pois não renuncia a nenhum privilégio espontaneamente. Considera importante a democratização da psicanálise em contraponto à sua banalização e reforça que a transmissão da psicanálise passa por sua democratização.

Para o autor, temos no Brasil vários coletivos, que se autodenominam como psicanalíticos, funcionando como verdadeiras clínicas públicas que fornecem uma escuta aos sofrimentos psíquicos em seus territórios, nas praças e espaços públicos.

É urgente que nossas instituições possam perceber o quanto são estruturadas a partir de um projeto da branquitude onde predomina o racismo institucional. Freud mostrava sua preocupação de que o racismo, na forma de antissemitismo, prejudicasse a aceitação da psicanálise por preconceitos contra os judeus.

Portanto, a própria psicanálise tem em sua criação e em seu criador o temor pelo racismo já presente na época. No entanto, Freud não previa que as próprias instituições de psicanálise e seus psicanalistas poderiam exercer o racismo em suas variadas formas.

Também importa indagar sobre como está se dando o envelhecimento dos membros mais antigos nas instituições. A ideia da finitude está presente, juntamente com percepção da necessidade da entrada de novas gerações e da distribuição de poder, para que a própria instituição possa se expandir e sobreviver? Favorecemos ou dificultamos essa renovação?

Como nos situamos no modelo espectral de nossa inveja do futuro e dos mais jovens que seguirão tendo o prazer da fruição da vida e de exercer a psicanálise?

Temporalidades e o tempo oportuno

Sabemos que o tempo passado (individual ou coletivo) também é vivido no presente, pois inscrito no inconsciente. O que fazemos no tempo presente já prepara nosso futuro. Nas temporalidades, temos: Chronos, o tempo cronológico, linear, sequencial, medido e quantitativo, criado por convenção; Kairos, que não é medido por relógios, mas pela qualidade do momento e pela oportunidade que oferece (o momento oportuno); Aion, tempo relacionado à experiência da eternidade, sem começo nem fim, circular, da duração ilimitada e referente à sequência das gerações.

Em Aion, estamos imersos numa temporalidade qualitativa, com tempos sobrepostos, constantemente interconectados. Ou seja, tudo o que vivemos no passado, como indivíduos ou nação, se atualiza constantemente no presente e, ao não ser transformado ou ressignificado, já marca nosso futuro.

A filosofia Sankofa do povo africano Akan (Costa do Marfim e Gana) tem como símbolo um pássaro que olha para trás. Traz a importância de aprender com o passado para construir o futuro e o pensamento de que nunca é tarde para voltar e reconhecer o que ficou para trás. Temos o resgate de uma sabedoria ancestral construída coletivamente e que se mantém viva na humanidade.

A transmissão oral destes conhecimentos resistiu à violência e ao ódio dos colonizadores e devastadores. Para andar para frente é necessário olhar para trás e pegar algo de lá. O movimento sugerido não é em linha reta, mas em uma circularidade aberta (Dravet e Oliveira, 2017). As pessoas brancas também têm sua ancestralidade no transgeracional e intergeracional, onde se alojam suas criações positivas, mas também muito marcada pela herança da violência colonial e escravista.

O ditado iorubá “Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje” traz novamente a ideia de uma temporalidade complexa e circular, onde um ato simbólico ou uma ação no presente modifica algo do passado e tem consequências no futuro. Nas religiões de matriz africana, Exu é um orixá que desempenha um papel importante na comunicação entre os seres humanos e o mundo espiritual, sendo associado a encruzilhadas (não uma linha reta e única) e a abrir caminhos.

Nosso inconsciente, na temporalidade Aion, guarda o recalcado/cindido que ao ser mobilizado e elaborado hoje, muda algo do passado e cria futuros. Nossas ações sobre a natureza poderiam seguir a mesma lógica, desde que ainda tenhamos tempo de salvar algo, considerando que não a tenhamos destruído completamente até o ponto do não retorno.

Enquanto instituições de psicanálise, exercendo as pequenas ações da micropolítica, inseridas em nosso cotidiano, como situar o alcance de um projeto de ações afirmativas como o Projeto Ubuntu - Programa de Bolsas Formação Psicanalítica do Instituto de Psicanálise da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre para profissionais Negros, Negras e Indígenas das áreas de Psicologia e Medicina?

O tempo do momento oportuno (Kairos) que se configura ao criarmos a oportunidade da formação psicanalítica ao bolsista, soma-se ao tempo (Aion) de reparar hoje algo da ferida sangrante do racismo brasileiro, que segue do passado ao presente, marcando um futuro de dor e exclusão. A possibilidade de realizar a análise pessoal oportuniza que no presente as marcas traumáticas, geradas pelo preconceito, discriminação e humilhação desde a infância, encontrem espaço de ressignificação do passado e modifiquem algo do futuro.

O tempo oportuno também é uma oportunidade para os psicanalistas brancos de enfrentarem o trabalho psíquico de desconstrução do próprio racismo e de pactos de exclusão aos colegas negros, negras, indígenas e outros. Romper com o pacto narcísico da branquitude dentro de um grupo pode repercutir em perda de afetos amistosos e amorosos, pois nos tornamos os mensageiros das más notícias: somos todos racistas e exercemos a violência do racismo; temos de lidar com o retorno do projetado no outro negro ou indígena.

Também trazemos o mal-estar social do racismo e dos preconceitos para dentro da instituição. Já não fica tão fácil alienar-se dessa chaga nacional da qual somos cúmplices. As resistências da pessoa branca a racializar-se (ser mais uma raça entre outras) também dizem respeito a perdas narcísicas de ser o modelo do universal, do belo e do civilizado e de lugares de privilégios e exclusão. Kuperman (2025) opina que a exclusão também diz respeito a restringir a formação psicanalítica apenas a psicólogos/as e médicos/as.

O enfrentamento do racismo estrutural e institucional nos coloca frente à indagação sobre a existência de um devir possível. Frausino et al (2025) ao referirem a problemática identificatória do tornar-se negro e do tornar-se branco, compreendem esse tornar-se como um processo transitório que possa nos lançar a um outro lugar onde ser negro e ser branco seja uma questão de fenótipo e não de identidade e de identificações estanques e estereotipadas.

Após nos identificarmos, teríamos o trabalho de desidentificações e de reidentificações em direção a um ideal (utópico), proposto por Fanon, de uma humanidade radical. Trata-se de acreditar que transformações são possíveis e ir construindo utopias, as quais nos fazem caminhar em busca de novos horizontes, conforme Galeano nos ensina.

Marcas inconscientes, racismo e laço social

Isildinha Nogueira, em sua tese de doutorado “A cor do inconsciente” (2021), coloca as marcas que o racismo antinegro deixa no psiquismo da pessoa negra desde seu nascimento, com penetração na configuração do eu ideal e dos ideais do eu, fragilizando o eu, pois nunca alcança o ideal da brancura. Na pessoa branca, as marcas incluem o sentimento de superioridade, de representar o humano universal, de inferiorizar e desumanizar o outro negro.

A noção de branquitude (Bento, 2002) inclui o gozo sobre a exclusão e exploração da pessoa negra ou indígena, desumanizando-o, apropriando-se de seu corpo, gerando até mesmo seu extermínio.

O mal-estar na cultura, em Freud (1930), trata da renúncia necessária para ingressar na civilização, o que poderia levar à aparição de sintomas e adoecimentos. Em “Totem e tabu” (Freud, 1913), a renúncia pulsional de não ocupar o lugar de poder totalitário do pai da horda engendra o contrato/laço social entre irmãos. A fratria se organiza com a interdição do parricídio e do incesto e a necessária exogamia. Bleichmar (2016) se refere a uma ordem edípica que implica, além da proibição do incesto, a não apropriação sobre o corpo do outro.

Se essa regulação ética cria o espaço que dá lugar ao outro, temos seu registro psíquico, e é nesse sentido que seu efeito pode alcançar uma dimensão social (Sogliano, 2022).

Quanto às instituições psicanalíticas fundadas no âmbito da IPA (desde 1910) e seus modos de transmissão da psicanálise, podemos nos perguntar se estamos praticando o epistemicídio dos escritos de autores brasileiros negros e negras que estudam a teoria e prática psicanalítica. Estamos promovendo laços sociais com o outro diferente na cor e igual em humanidade? Suportamos que mal-estares contemporâneos adentrem nossa instituição e nossa sala de análise ou vamos nos blindar?

O bem-estar da branquitude brasileira é construído e se sustenta, principalmente, no mal-estar das pessoas negras e indígenas. Frequentemente, temos observado críticas aos muros criados pelas instituições psicanalíticas em relação ao que se passa fora de sua casa, não fazendo pontes com a comunidade ao redor, como num encastelamento.

Com o discurso de que o que é próprio da psicanálise é o trabalho intrapsíquico e singular (o que também é verdadeiro), muitos psicanalistas tendem a não situar esse sujeito em seu contexto, onde somos atravessados pela interseccionalidade de raça, classe social, gênero, orientações sexuais, entre outras (Akotirene, 2019). Mignolo (2006) pontua que não pode haver um só caminho para o conhecimento, algo uni-versal (ou a visão única de uma episteme eurocêntrica), mas muitos caminhos, pluri-versais. O pluriverso é pensado no sentido de criar condições para a coexistência de múltiplos saberes e mundos interconectados.

Ao adentrarmos na singularidade de cada sujeito, percebemos que seus processos psíquicos estão ligados aos processos psíquicos de outros. A presença do outro é condição para a constituição do psiquismo, com a presença de figuras identificatórias e moduladores do desejo.

A presença fundante do outro faz o entrelaçamento do intrapsíquico com o laço social (Muñiz, 2022). Mas, como nos lembra Aimé Césaire (2020), o colonizador ao acostumar-se a ver o outro nativo (ou escravizado) como um animal, desumanizando-o, tende a se transformar ele próprio em animal. Para não sentir o peso da consciência, desumaniza-se. Neste caso, não se estabelece o laço social e o outro nativo ou negro não é percebido como um semelhante. Fanon (2008) vai acrescentar à filogenia e à ontogenia, a dimensão da sociogenia no adoecimento psíquico.

Alves (2024) refere que quando nos deparamos com o desamparo dos corpos-sujeitos negros na cena político-social da violência antinegro, a ação específica de sobrevivência por meio da ajuda alheia não é presentificada pelo outro branco semelhante, afinal, ele é quem produziu e produz o roteiro colonial da violência. Podemos acrescentar que a pessoa negra e indígena não é, em geral, percebida como um semelhante pela pessoa branca, que se vê como superior e alheia aos seus sofrimentos.

Pontuações críticas às instituições de psicanálise IPA incluem funcionamento endogâmico, troca de privilégios entre o próprio grupo, programas teóricos eurocêntricos e brancocêntricos, com epistemicídio de saberes de autores negros ou não hegemônicos (Carneiro, 2009). Virgínia Leone Bicudo, considerada a primeira psicanalista brasileira e uma das fundadoras da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Brasília, não é estudada na imensa maioria dos institutos de psicanálise e seu pioneirismo não é, em geral, reconhecido, inclusive no âmbito da psicanálise infantil no Brasil.

Também temos colocações permeadas de cinismo e indiferença ao se colocar que para ser psicanalista basta o desejo, sendo que o desejo requer materialidade, recursos para pagar a análise, supervisões, locomoção, alimentação, entre outros. Este discurso exclui das formações psicanalíticas a presença de corpos-sujeitos não brancos, de classes menos privilegiadas.

Paim Filho (2022) nos faz a pergunta: “Por fim, nós, analistas, estamos dispostos a assumir a responsabilidade pela ruptura do pacto narcísico que a psicanálise efetuou com a branquitude?” (p. 171). Também adverte que o “não querer saber” dos brancos sobre o racismo estrutural e institucional, em um país de maioria negra, com a exclusão dos corpos negros das instituições de psicanálise, onde predomina a força endogâmica, é portador de uma auto-destrutividade que inevitavelmente compromete a vitalidade da psicanálise em todos os continentes.

Propõe o desenvolvimento de uma psicanálise decolonial, com desconstrução/construção, descentramento europeu e fertilização pelos saberes africanos.

Psicanálise periférica

Seguidamente, temos visto preocupações e críticas às várias propostas de formação psicanalítica fora das instituições oficiais. São vistas como ações enganosas, uma mercantilização da psicanálise visando dinheiro e lucro e iludindo as pessoas de que o que oferecem as tornarão psicanalistas. Além da legitimidade dessas preocupações, com base na realidade de várias “formações” oferecidas, seria importante nos perguntarmos qual a nossa parcela de responsabilidade por esta situação.

Quais as consequências do fechamento de nossas instituições em um grupo hegemônico, levando à exclusão de muitos que querem tornar-se psicanalistas, ter uma formação reconhecida e analisar-se. Ficam de fora os pretos, pardos, indígenas, pessoas de menor poder aquisitivo e que moram em áreas periféricas. Nossos preconceitos de cor, de classe, de território, com culturas, saberes e religiosidades diversas certamente estão presentes.

Temos observado movimentos ligados à psicanálise e que se organizam nas periferias. Um exemplo é o movimento “Psicanálise Periférica”, que é formado por um coletivo que busca ampliar o acesso e a prática da psicanálise especialmente em contextos periféricos e para grupos marginalizados, como pessoas não brancas e LGBTQIAPN+. Em sua apresentação é posto que há uma valorização da escuta atenta aos contextos específicos de cada território, buscando compreender as particularidades e necessidades das pessoas que ali vivem.

Promove publicações, como a “Revista de Psicanálise Periférica”, criada em 2023, e realiza encontros e debates para ampliar a discussão sobre o tema.

Na publicação de novembro/2024 sobre “Psicanálise Periférica: pela inauguração de uma psicanálise brasileira”, encontramos, entre vários, os seguintes artigos: “Carta aos jovens psicanalistas periféricos: não desistam da psicanálise, apesar da sua cafonice”; “Racismo e sexismo na cultura psicanalítica brasileira”; “A bicha preta no divã”; “Pela destituição da epistemologia mestra ocidental: caminhos frutíferos para ‘mudar a geografia da razão’” (Psicanálise Periférica, 2024).

Dentro do movimento “Psicanálise Periférica”, temos o “Coletivo de Pesquisa Ativista em Psicanálise, Educação e Cultura”, que nasce das inquietações de dois psicanalistas periféricos – Jairo Carioca e Ronaldo Lopes –, movidos pelo desafio de expandir a prática clínica subversiva, na busca de investigar como o inconsciente influencia e se manifesta em diversos aspectos da cultura e das relações humanas, incluindo a Educação.

Entre os projetos supervisionados pelo Coletivo temos:

1) Dispositivo de Escuta Periférica Xica Manicongo - dedicado à escuta de indivíduos marginalizados pela violência urbana e pela exclusão social. Pessoas negras, moradores de periferia, mulheres desamparadas por políticas públicas ineficazes, aqueles que rompem com normas de gênero, como travestis e trans, e mães solo;

2) Oficina de Escrita Jornalista Gustavo de Lacerda - promove pesquisas afrocentradas e debates sobre gênero e sexualidade, garantindo a presença de corpos negros nos espaços de produção de saberes;

3) Escuta de Atendimento Emergencial - motivado pelo racismo ambiental e pelo sofrimento da população vulnerável do Rio Grande do Sul, este projeto foi iniciado voluntariamente, em maio de 2024, com um grupo de 90 psicanalistas que realizaram atendimentos on-line e ofereceram suporte emergencial àqueles mais afetados pela crise socioambiental. Os coordenadores do Coletivo são ligados ao Laboratório de Educação, Gênero e Sexualidade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Sua V Jornada Internacional de Psicanálise, realizada em novembro de 2024, teve como tema “O Sagrado e seus (Des)Em-Cantos: Psicanálise, Religião e Educação Crítica na Construção de Novos Horizontes” (Coletivo, 2024).

A psicanálise não é propriedade da IPA e está inserida na cultura. Percebe-se nesses movimentos o trabalho de ampliação do alcance da escuta de base psicanalítica a pessoas e territórios para os quais nossas instituições não têm alcance ou interesse. Não temos como abranger todas essas problemáticas e territórios, não se trata disto.

Também não quer dizer que esses colegas quisessem fazer a formação em nossos institutos de psicanálise. Mas importa que possamos nos questionar sobre o nosso fechamento a essas pessoas, não criando condições para o ingresso daqueles que quisessem fazer uma formação psicanalítica vinculada à IPA.

No livro “O eu rasurado - Um manifesto de um “Devir-negro do mundo” pela insurreição do pensável”, Jairo Carioca de Oliveira (2025) diz que tornar-se negro implica criar uma fala própria, inventar uma linguagem sobre si mesmo ao invés de aceitar as narrativas impostas pela branquitude. Criar lugares próprios e transformar a raiva em força criativa. Coloca que a psicanálise tradicional diante do impensável – o Real de racismo, do fascismo, da transfobia e da vulnerabilidade social – recua. Propõe, como Isildinha Nogueira, a pergunta: que tipo de racista cada um de nós é?

O tripé, o quarto e o quinto eixos da formação psicanalítica

As instituições de psicanálise ligadas à IPA foram criadas para formar psicanalistas dentro dos parâmetros que incluem o tripé delineado por Eitingon e aprovado no Congresso de 1925: análise do analista, supervisões clínicas e seminários teóricos. Ocorrem algumas variações, mas essa é a base adotada pelos institutos de psicanálise da IPA.

Leivi (2016) refere que a ideia era gerar uma uniformização das condições da formação, que deveriam ser as mesmas em todos os lugares e no decorrer do tempo, não importando as diferenças geográficas, econômicas e socioculturais. Mas essa homogeneização pelo mundo nunca foi alcançada, tendo variações e sendo acrescentados, em 2007, os modelos francês e uruguaio.

A rigidez na formação psicanalítica é apontada como inibidora da espontaneidade, da liberdade, da singularidade e da criatividade. A infantilização dos candidatos e sua doutrinação eram criticadas. O autor considera que temos de lidar com um mal-estar inevitável na estrutura formativa da psicanálise, pois a institucionalização, que é inevitável e indispensável para realizar a formação de psicanalistas, ao mesmo tempo cria regras às quais analista e analisando terão de se submeter.

Portanto, a tensão entre a liberdade que a análise pessoal requer e o regramento institucional exigido será parte do mal-estar, pela oposição entre singular e geral, entre particular e universal. Leivi (2016) reforça a importância da elasticidade da técnica, já referida por Ferenczi, mas preservando os fundamentos do método: associação livre, atenção flutuante e a regra da abstinência.

No entanto, sabemos que nos casos de não neurose e da clínica do traumático, com descarga dos excessos pulsionais em ato ou no somático, a capacidade de associar livremente terá de ser construída, sendo um resultado do trabalho analítico.

O tratamento psicanalítico expandiu seu alcance para além dos quadros neuróticos.

O autor inclui na elasticidade da técnica a abertura do analista para encarar distintas singularidades de cada paciente e distintas realidades sociais, econômicas e políticas. Coloca que é preferível a elasticidade à obediência a regras estritas.

Além do tripé, na Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre, e em outras sociedades, procura-se desenvolver o 4º e o 5º eixos da formação psicanalítica.

O 4º eixo da formação diz respeito às vivências institucionais, às trocas científicas e subjetivas, ao tipo de modelo escolhido para a formação, aos modos de distribuição de poder entre os membros (Rodrigues et al., 2007).

O 5º eixo da formação, assim denominado por Ana Rosa Trachtenberg (2013, 2018) em nossa instituição, dá conta do trabalho na comunidade, num movimento de expansão e vitalização da psicanálise. Podemos incluir aqui as várias ações junto à comunidade, em especial, as ações emergenciais de atendimento gratuito on-line realizados durante a pandemia (2020/2021) e durante as enchentes de maio/2024 no Estado do Rio Grande do Sul.

Uma comunidade quilombola do interior do Rio Grande do Sul segue em atendimento em 2025, tendo famílias que ainda não puderam retornar às suas casas e aguardam auxílio governamental. O Projeto Ubuntu e a Ação Emergencial Enchentes/2024 receberam prêmios de primeiro lugar nos Congressos IPA de 2023 (Cartagena/Colômbia) e 2025 (Lisboa/Portugal), respectivamente, conferidos pelos Comitê de Racismo e Preconceitos IPA e pelo Comitê IPA na Comunidade e Mundo/Clima.

Percebe-se uma abertura e validação da IPA para projetos voltados para fora dos consultórios, envolvendo os psicanalistas em sua comunidade e em problemáticas atuais presentes no mundo.

A criação, em 2020, do Projeto Ubuntu na SBPdePA - uma ação afirmativa com bolsas em dinheiro e isenção do pagamento da mensalidade e de outras taxas, com destinação de parte dos lucros das atividades societárias para o Fundo Financeiro Projeto Ubuntu, com participação da sociedade civil através de doações de pessoas físicas e jurídicas - vem tensionando o racismo individual e institucional, pois leva a mudanças na estrutura da instituição, garantindo o ingresso de corpos-sujeitos-negros até então excluídos e mobilizando o trabalho sobre as resistências. Assim como nos tratamentos individuais, a questão do dinheiro pode ser usada pela resistência a mudanças psíquicas.

As pressões para “silenciar este barulho”, deixar “quieto” o Projeto por mais tempo, para a não divulgação do Pix para os depósitos (pois seria usado para lavagem de dinheiro), a fala de que instituição ficaria com suas finanças muito comprometidas, são alguns dos exemplos como o significante dinheiro pode ser usado e trabalhado nas resistências à entrada dos colegas bolsistas. Alguns Membros do Instituto (candidatos) lembravam que tiveram de fazer sacrifícios para realizar sua formação, por que os colegas negros e indígenas também não poderiam se sacrificar?

Outros, aplaudem o Projeto e referem transformações em si mesmos e enriquecimento com a entrada dos novos colegas. Em 2025, contamos com sete bolsistas negros/as e nenhum indígena, sendo um vindo da medicina e seis da psicologia. O Projeto faz trabalhar o 4º eixo em relação ao racismo individual e institucional na medida do surgimento dos mal-estares próprios a esse enfrentamento.

Freud, em “O futuro de uma ilusão” (1927), traz os obstáculos para o progresso na regulação dos assuntos humanos. Diante das dificuldades de uma vida harmoniosa no grupo humano, constata que toda cultura parece ser construída sobre a coerção e a renúncia aos impulsos, mas que não está assegurado que estejamos preparados para assumir o trabalho necessário da renúncia pulsional para o bem comum. Fala da força das tendências destrutivas, antissociais e anticulturais que nos habitam. Pontua que as criações humanas são fáceis de destruir e que a ciência e a técnica que as construíram também podem ser empregadas na sua manipulação.

Seria demasiada ilusão desejarmos que nossas instituições de psicanálise e nós, os psicanalistas, pudéssemos iniciar o trabalho de renúncia ao gozo dos privilégios e da exclusão de corpos-sujeitos-negros, indígenas e com sexualidades diversas e dissidentes em nossos institutos de psicanálise? Seremos capazes de criar rupturas em nossos preconceitos e no secular pacto narcísico da branquitude que impregna nossos psiquismos e nossas instituições?

A inclusão da temática dos racismos e preconceitos, seja em seminários específicos ou transversalmente em seminários gerais, trazendo autores brasileiros e outros, movimenta a percepção consciente de nosso próprio racismo e preconceitos. No entanto, níveis inconscientes serão mobilizados principalmente na convivência, no campo da relação. Pontos de não percepção do racismo próprio e social/institucional afetam o trabalho do analista com seu analisando ao não identificar suas manifestações ou negar/desmentir a existência do racismo em si mesmo ou no seu analisando.

Comentários de que o bolsista que pega Uber (e não ônibus) ou almoça no restaurante (não traz sua marmita), não seria pobre o suficiente para receber a bolsa não são incomuns. A fala “Passei por sacrifícios para fazer minha formação, por que o bolsista também não pode se sacrificar?” tende a eliminar a desigualdade de oportunidades em relação a cor/etnia/classe/gênero/orientação sexual e nega o racismo subjacente, pois seríamos todos iguais.

O discurso da meritocracia traz embutido o racismo, pois afirma que todos podem conseguir o que quiserem por seus próprios méritos e que somos todos iguais (também presente no discurso neoliberal de que todos podem ser empreendedores de sucesso). A pessoa negra ou indígena que alcança um grau universitário se torna o topo da pirâmide social em seu grupo familiar, necessitando muitas vezes fornecer ajuda financeira aos demais. Em relação às pessoas brancas que estão em formação psicanalítica, é mais comum que sejam ajudadas por sua família a pagar os custos da formação psicanalítica ou despesas outras.

Esticar horizontes

O trabalho no grupo institucional requer lidar com a presença do outro e sua imposição, como nos ensinam Berenstein e Puget (1997), em contraponto à lógica da ausência e sua representação. O desafio aumenta com a entrada de corpos-sujeitos-negros, indígenas ou com sexualidades diversas. Como referido por Sant’Anna Jr. (2024): não se trata de sair da senzala para ocupar a casa grande; se trata de construir outra casa, onde teremos pontos de identificação e outros de opacidades não assimiláveis. Assim, vamos construindo um possível devir institucional em expansão e complexidade. E, lembrando Manoel de Barros: buscando esticar nossos horizontes.

Referências

- Akotirene, C. (2019). *O que é interseccionalidade*. Belo Horizonte, Letramento. (Col. Feminismos Plurais)
- Alves, M. C. (2024). *Violência antinegro e direito à opacidade: o lugar do semelhante para “Além do princípio do prazer” de sua majestade a branquitude*. In: *A luta antirracista escrevendo sua história no movimento psicanalítico: sobre a força transformadora dos coletivos*. Paim Fº, I. A. e cols. (orgs.) São Paulo: Blucher. 2025, no prelo.
- Andrade, E. (2025). Palestra na mesa *A formação psicanalítica no Brasil: entre a democratização e a banalização*. Jornada CEP-SP: “Psicanálise: transmissões e (de)formações”, on-line, em 28/06/2025.
- Bento, M. A. S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. In: Carone, I.; Bento, M. A.S. Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes.
- Berenstein, I.; puget, J. (1997). *Lo vincular*. Buenos Aires: Paidós.
- Bion, W. R. (1961). *La Concepción del hombre*. Psicoanálisis – Rev. Asoc. Psican. Columbiana, Vol. XXIX< n. 2, Julio a Diciembre 2017, p. 129-152.
- Bleichmar, S. (2016). *La construcción del sujeto ético*. Buenos Aires; Paidós. V. 1-2. (Trabalho original publicado em 2006)
- Carneiro, A. S. (2009). *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. São Paulo: USP. (Tese de Doutorado)
- Césaire, A. (2000). *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta.
- Chuster, A.; Trachtenberg, R. (2009). *A inveja do futuro*. In: Chuster, A.; Trachtenberg, R.; *As sete invejas capitais*. Porto Alegre: Artmed, Cap.6, p.111-114, 2009.
- Coletivo de Pesquisa Ativista em Psicanálise, Educação e Cultura. (2024). *V Jornada Internacional de Psicanálise*. Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 25/30 nov. 2024 (on-line) Disponível em: <<http://www.even3.com.br>> Acesso em: 14 jun. 2025.
- Crutzen, P. J.; Stoermer, E. F. *O antropoceno*. Piseagrama, Belo Horizonte, sem número, 06 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://piseagrama.org/o-antropoceno>>. Acesso em: 18 maio 2025.

- Dravet, F. M.; Oliveira, A. S. *Relações entre a oralidade e escrita na comunicação: Sankofa, um provérbio africano*. Miscelânea, Assis, V. 21, janeiro-junho 2017, p.11-30.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA. (Trabalho original publicado em 1952)
- Ferenczi, S. (1984). *Elasticidad de la técnica psicoanalítica*. In: Ferenczi, S. *Obras Completas/Psicanálise*. Madrid; Espasa-Calpe. (Trabalho original publicado em 1928)
- Frausino, C. C. M.; Carneiro, C. A.; Paim Fº, I. A.; Lopes. M. T. S.; Amendoeira, P. *Racismo e a problemática identitária: o tornar-se negro, o tornar-se branco*. In: *UBUNTU – Eu sou porque nós somos – Trajetórias antirracistas no território psicanalítico*. Nogueira, E. G. F. e Squeff, R. S. (Orgs.). Porto Alegre: SBPdePA, 2025, p.147-165.
- Freud, S. (1913). Totem e tabu. In: Freud, S. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1972. V.13.
- Freud, S. (1921). Psicologia das massas e análise do eu. In: Freud, S. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1972. V. 18.
- Freud, S. (1927). O futuro de uma ilusão. In: Freud, S. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1972. V. 21.
- Freud, S. (1930). O mal-estar na cultura. In: Freud, S. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1972. V. 21
- Kaës, R. (2001). *Um singular plural*. São Paulo: Loyola.
- Krenak, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras. 1º ed, 2019.
- Kupermann, D. (2025). Palestra na mesa *A formação psicanalítica no Brasil: entre a democratização e a banalização*; Jornada CEP-SP: “Psicanálise: transmissões e (de)formações”, on-line, em 28/06/2025.
- Leivi, M. (2016), *Acerca del malestar em la formación psicoanalítica*. *Psicanálise – Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre*, v. 18, n. 1, p. 104-119.
- Mignolo, W. (2006). *Os esplendores e as misérias da ciência: Colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluriversalidade epistêmica*. In: *Conhecimento prudente para uma vida decente* (Org. Boaventura de Sousa Santos). São Paulo: Cortez, p. 667-709.
- Muñiz, C. M. T. (2022). *O mal-estar na cultura e as subjetividades contemporâneas: a aposta da psicanálise*. *Caliban - Revista Latino-Americana de Psicanálise*, v. 20, n. 1, p. 104-119.

Nick, S. (2018). Texto enviado por e-mail ao Observatório Psicanalítico FEBRAPSI, em 16/01/2018.
Acesso em 20/01/2018.

Nogueira, I. B. (2021). *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. São Paulo: Perspectiva.
(Tese de doutorado, USP, 1989)

Oliveira, J. C. (2025). *O eu rasurado*. Nova Iguaçu: Ed. do Autor.

Paim Filho, I. (2022). *Racializando a psicanálise: rompendo as fronteiras alienantes da branquitude*.
Caliban - Revista Latino-Americana de Psicanálise, v. 20, n. 1, p. 169-175.

Psicanálise Periférica, v. 1, n. 1, nov. 2024. Disponível em:
<<http://www.periferica.periodikos.com.br/current>> Acesso em: 14 jun. 2025.

Rodrigues, A. M. P., Klöchner, L. M. S., Puiatti, R. I., Skowronsky, S. B. (2007). *O candidato e a instituição psicanalítica: um quarto eixo na formação analítica? Psicanálise - Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre*, v. 9, n. 1, p. 47-75.

Sant'Anna Júnior, A. *Comunicação oral na atividade científica Colonialismo, Colonialidade e Mito da Democracia Racial: Escuta atrevivente em debate*, organizada pelo Núcleo Colonialismo, Racismo e Desigualdade da SBPdePA, agosto/2024.

Sogliano, G. (2022). *Como faremos para viver juntos? Ou sobre um “dizer” do futuro*. *Caliban - Revista Latino-Americana de Psicanálise*, v. 20, n. 1, p. 94-103.

Trachtenberg, A. R. C. (2013). *A psicanálise na África do Sul. Jornal da SBPdePA (A Psicanálise Extramuros)*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, dez. 2013, p. 8-9.

Trachtenberg, A. R. C. (2018). *Comunicação oral na Atividade Inaugural do Instituto de Psicanálise da SBPdePA* (Palestrante Sérgio Nick - SBPRJ), em agosto/2018.

Trachtenberg, R. (2017). *Mundo terminable y interminable: el planeta y el psicoanálisis. Psicoanálisis - Rev. Asoc. Psican. Columbiana*, Vol.XXIX, n. 2, Julio a Diciembre 2017, p. 101-104.

Papéis em Psicanálise: cena pública e cena privada

Do privado ao público: Uma leitura metapsicológica dos papéis psíquicos

Fauzi Palis Jr.¹, São Paulo

Resumo: De onde brotam os papéis que vestimos sem perceber? Partindo da ideia de que cada sujeito carrega um palco íntimo, este artigo apresenta a dramaturgia psicanalítica do social. Sustentamos que os papéis psíquicos são roteiros inconscientes coescritos por fantasias edípicas e pelos scripts culturais de gênero, raça e classe. Quando esses roteiros se chocam, emergem sintomas, improvisos dolorosos. Exploramos os níveis micro, meso e macro da vida psíquica, mostrando como tais fraturas se desenrolam na transferência, na contratransferência e nos *enactments* — cenas privilegiadas de elaboração. Depois, saímos do consultório e perguntamos: o que acontece quando esses dramas migram para as redes digitais e para práticas extramuros. Por fim, defendemos uma formação ampliada do analista, que una rigor clínico e compromisso ético com a transformação social, oferecendo ferramentas capazes de manter a psicanálise em cartaz no século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Dramaturgia psicanalítica; papéis psíquicos; interseccionalidade; *enactment*; psicanálise extramuros.

1. Introdução - Quando o inconsciente abre as cortinas

O Complexo de Édipo, tal como Freud inicialmente descreveu, funciona como uma estrutura psíquica básica: um drama familiar interno composto por amor, rivalidade e identificação, que orienta desejos e impõe limites morais.

¹ Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Av. 13, n. 1084 – CEP 38300-140 – Ituiutaba – MG – Brasil. E-mail: fauzipjr@yahoo.com.br

Embora esse núcleo permaneça vivo na clínica contemporânea, o enredo original precisou ser profundamente reescrito para dar conta as configurações atuais, nas quais arranjos familiares plurais e novas identidades sociais entram em cena, deslocando os scripts tradicionais.

Nossa proposta de uma **dramaturgia psicanalítica** busca oferecer uma leitura abrangente e atualizada dessas transformações. Ela parte da ideia fundamental, formulada por Joyce McDougall (1985), de que cada sujeito carrega em si um palco interno, onde diversos personagens inconscientes encenam desejos, medos e conflitos que frequentemente não encontram palavra. Esses personagens surgem das identificações edípicas primárias e se atualizam ao longo da vida, assumindo papéis diferentes conforme as demandas emocionais e os contextos externos que o sujeito enfrenta.

André Green (1988), com seu conceito de máscaras psíquicas, ajuda-nos a compreender que esses papéis, formados inicialmente para preservar vínculos essenciais e proteger contra sentimentos de vazio e perda, podem se tornar rígidos, sufocando o potencial criativo do Eu.

Por outro lado, Thomas Ogden (1994) enriquece essa perspectiva com a noção do ‘terceiro analítico’: um espaço intersubjetivo onde analista e paciente coescrevem novas versões para roteiros antigos, permitindo que personagens internos ganhem flexibilidade e movimento, libertando-se de repetições defensivas.

Assim, diferente da dramaturgia sociológica proposta por Goffman (1959/2011), que se ocupa das performances sociais conscientes, nossa dramaturgia psicanalítica entende que o palco principal já existe no psiquismo. Trata-se de um espaço interno e inconsciente, povoado por figuras edípicas em constante interação com as representações sociais e culturais disponíveis. As identificações internas dialogam com roteiros externos sobre gênero, classe e raça, formando assim papéis psíquicos híbridos, complexos e frequentemente conflitantes.

Esses papéis não permanecem confinados ao teatro privado do inconsciente: eles buscam palcos externos para se expressarem. Transferências, contratransferências e *enactments* são situações clínicas privilegiadas nas quais esses personagens se revelam e podem ser reelaborados criativamente. Quando isso ocorre, o analista deixa de ser um mero espectador neutro e passa a atuar como coautor ativo na reorganização dessas narrativas internas, ajudando o sujeito a encontrar novas formas de expressão e simbolização.

Dessa maneira, a metáfora teatral deixa de ser apenas um recurso ilustrativo para se tornar uma ferramenta metapsicológica essencial, que permite compreender como os papéis psíquicos internos se articulam com os scripts sociais contemporâneos. É nesse cruzamento entre a subjetividade profunda e as demandas socioculturais que buscamos intervir, proporcionando não apenas uma compreensão mais abrangente da vida psíquica contemporânea, mas também caminhos de transformação emocional e social mais efetivos e humanizados.

2. O drama interno - Papéis psíquicos na constituição do sujeito

2.1. Do Édipo às múltiplas cenas

O Complexo de Édipo, formulado por Freud em *A interpretação dos sonhos* (1900/1975) e desenvolvido em *Três ensaios...* (1905/1975) e *O ego e o id* (1923/1975), descreve a teia de desejos amorosos pelo genitor do sexo oposto e rivalidades hostis contra o do mesmo sexo. A superação parcial desses impulsos — via renúncia incestuosa e identificação com o rival — instala o superego, eixo moral do aparelho psíquico. Ao mesmo tempo, o drama edípico funda proibições culturais e tabus coletivos, como Freud mostrou em *Totem e tabu* (1913/1975).

Falhas ou inibições nessa travessia podem cristalizar fixações e regressões que, na vida adulta, emergem como sintomas neuróticos, escolhas amorosas repetitivas ou colapsos na autoestima. Aqui, o Édipo revela seu duplo alcance: regula a economia pulsional interna e oferece uma matriz simbólica partilhada pela cultura.

Autores contemporâneos ampliam e flexibilizam esse paradigma. Jean Arundale (1999) advoga que famílias monoparentais, homoparentais e redes horizontais entre irmãos reconfiguram o triângulo clássico, exigindo da clínica um olhar plural sobre alianças inconscientes. McDougall (1985) vê o Édipo como peça em cartaz permanente: ele se reencena em sucessivas “cenas internas”, por meio das quais o sujeito negocia desejos e defesas ao longo de toda a vida.

Nesse espírito, Ogden (1994) introduz o conceito do ‘terceiro analítico’ — campo intersubjetivo em que paciente e analista cocriam novas representações do conflito, transformando repetições estéreis em significado vivo. O complexo, então, deixa de ser recordação estática para tornar-se processo relacional em movimento contínuo.

Steiner (1993, 1996) acrescentou a noção de “refúgios psíquicos” — construções defensivas sofisticadas que evitam o choque com angústias edípicas intoleráveis, mas às custas de rigidez emocional. Detectar e desmontar esses abrigos é decisivo para que o paciente recupere flexibilidade psíquica e capacidade de simbolização.

Integrando essas aportações, podemos conceber o Édipo como matriz dramatúrgica inconsciente permanente. Ele organiza desejos, rivalidades e identificações, colorindo todas as experiências transferenciais e contratransferenciais. Na clínica contemporânea — marcada por configurações familiares inéditas e tensões socioculturais complexas — essa matriz continua a fornecer o roteiro básico, mas seu elenco se diversificou: avós cuidadores, pais do mesmo sexo, irmãos com funções parentais e figurinistas digitais que remodelam fantasias e ideais.

Para o analista, isso impõe uma escuta sensível tanto às versões clássicas do triângulo quanto às suas variações contemporâneas. O objetivo não é preservar um mito, mas reconhecer como cada sujeito reescreve o drama em consonância com suas circunstâncias históricas e culturais, mantendo, todavia, a lógica estrutural que ancora a vida psíquica. Assim, o Complexo de Édipo permanece núcleo dramatúrgico fundamental da subjetividade: uma engrenagem que articula pulsão, lei e representação, permitindo que o sujeito atravesse a infância, renegocie conflitos na vida adulta e encontre, no espaço analítico, possibilidades de reinventar papéis outrora fixados pela repetição defensiva.

2.2 Identificação, superego e metamorfoses das máscaras psíquicas

O processo de identificação, núcleo central na construção da subjetividade, não termina com as relações iniciais com os cuidadores, mas evolui continuamente ao longo da vida. Essas identificações tardias acrescentam novas camadas ao Eu, enriquecendo ou fragmentando sua textura conforme a qualidade emocional das relações vividas. Não se trata apenas de um fenômeno de assimilação passiva; ao contrário, a mente seleciona, rejeita ou transforma ativamente os aspectos identificatórios oferecidos pelo ambiente.

O superego, tradicionalmente associado a uma voz interna rígida e repressora, mostra-se, na clínica atual, como uma instância profundamente multifacetada. Mais do que uma autoridade moral monolítica, ele se assemelha a um coro de vozes nem sempre harmonioso, que expressa as diversas identificações acumuladas pelo sujeito ao longo de sua história pessoal.

Nessa perspectiva contemporânea, a clínica psicanalítica percebe o superego como instância complexa, constantemente reconfigurada pelas mudanças culturais, históricas e interpessoais enfrentadas pelo paciente.

As máscaras psíquicas descritas por Green ganham relevância particular nessa trama. Se por um lado cumprem uma função protetora essencial, evitando a exposição do Eu a experiências emocionais intoleráveis, por outro lado, podem aprisionar o sujeito em papéis defensivos rígidos, sufocando sua capacidade criativa e espontânea. A plasticidade ou rigidez dessas máscaras determina se as experiências emocionais serão integradas ao psiquismo ou se permanecerão isoladas, alimentando conflitos internos e sintomas neuróticos.

Klein (1957) oferece uma importante contribuição ao situar esse processo identificatório no centro das oscilações entre posições esquizoparanóide e depressiva. Na posição esquizoparanóide, as identificações têm caráter mais fragmentário e projetivo, resultando em máscaras defensivas rígidas, voltadas para proteger o sujeito de perseguições internas ou externas percebidas como ameaçadoras. Já na posição depressiva, as identificações adquirem uma qualidade mais integrada, permitindo que o Eu tolere ambiguidades e contradições internas, tornando as máscaras psíquicas mais flexíveis e permeáveis à transformação emocional.

Bion (1962/1991) amplia essa visão ao propor a função de *reverie* como uma capacidade essencial do ambiente para acolher e transformar experiências psíquicas primitivas. Quando a função de *reverie* é suficientemente consistente, as identificações podem ser metabolizadas e integradas ao Eu de maneira mais saudável, reduzindo a necessidade de máscaras defensivas rígidas. Se essa função falha, porém, o sujeito pode recorrer a máscaras cada vez mais impenetráveis, para se proteger de ansiedades que permanecem impensáveis e indigeríveis.

Contemporaneamente, fenômenos como a ascensão das redes sociais expõem o sujeito a um número quase ilimitado de possibilidades identificatórias, aumentando as pressões internas e externas sobre o Eu. Embora isso possa gerar flexibilidade, também pode acirrar conflitos superegóicos, multiplicando vozes exigentes e, por vezes, contraditórias. O resultado clínico é frequentemente uma angústia difusa, na qual o sujeito se sente incapaz de responder adequadamente às múltiplas expectativas internalizadas.

A tarefa psicanalítica atual consiste, portanto, não em remover essas máscaras, mas em compreender suas funções específicas e facilitar sua transformação.

Ao promover uma escuta atenta às nuances identificatórias que compõem o superego contemporâneo, a análise permite que o paciente reconheça quais dessas vozes representam exigências genuínas e quais derivam de scripts sociais internalizados que já não correspondem a sua realidade interna e externa. A partir desse trabalho delicado, as máscaras psíquicas podem se tornar menos opressivas e mais permeáveis, permitindo que o sujeito negocie novos modos de ser e de relacionar-se com a complexidade do mundo contemporâneo.

3. A cena analítica - Teatro transferencial e papéis em ato

3.1. A transferência como palco - o analista convocado

Os papéis formados no drama edípico não ficam nos bastidores: procuram um palco vivo onde possam ser revividos e transformados (McDougall, 1985). O *setting* analítico fornece exatamente esse espaço: um teatro transferencial em que o analista, longe de mero espectador, é convocado a atuar como coautor afetivo da cena. Aquilo que parece passagem do intrapsíquico ao intersubjetivo é, na verdade, o desdobramento natural das identificações inconscientes que exigem elaboração relacional mais profunda (Bolognini, 2008).

Para Freud (1912/1975), a transferência é o eixo da clínica: nela o paciente endereça ao analista afetos arcaicos, revivendo emoções primitivas como se fossem atuais. Ogden (1994) amplia essa noção ao ver a transferência como expressão criativa: na relação, o sujeito pode reconfigurar identificações antigas e ensaiar novas formas de ser, percebendo o analista como personagem de seus roteiros internos.

A contratransferência, tida inicialmente por Freud (1910/1975) como ruído, converte-se em instrumento clínico quando o analista reconhece e elabora suas próprias reações. Esses afetos devolvem as entrelinhas da trama — fantasias mudas, vínculos não simbolizados, repetições que pedem nome — e orientam intervenções mais precisas. A escuta inclui, portanto, o próprio mundo interno do analista.

Assumir a contratransferência como participação ativa não compromete a neutralidade; pelo contrário, aprofunda a presença reflexiva do analista. A posição de observador neutro — ideal freudiano — mostrou-se limitada: no “terceiro analítico” (Ogden, 1994), novas significações só emergem quando o analista admite sua implicação emocional. McDougall (1985) acrescenta que esse envolvimento revela camadas profundas da transferência, tornando pensável o que antes ficava encoberto.

O lugar do analista desloca-se, assim, de juiz externo para testemunha implicada. Ao sustentar um campo em que dramatizações inconscientes podem ser vividas e pensadas, ele favorece uma elaboração verdadeiramente intersubjetiva dos conflitos edípicos. Desse modo, a cena transferencial transforma papéis repetidos em material criativo, abrindo espaço para experiências psíquicas novas, menos regidas pela compulsão à repetição e mais abertas à invenção.

3.2. Vínculo, encenação e repetição

O conceito de *enactment* refere-se a encenações inconscientes que emergem na relação analítica, encarnando experiências psíquicas que ainda não encontraram forma simbólica. Na clínica contemporânea, esses episódios são compreendidos como expressões vívidas de conflitos não elaborados e identificações fragmentadas que atravessam o campo intersubjetivo (Cassorla, 2001; Ogden, 1994). Para Ogden, o *enactment* constitui fenômeno cocriado: analista e paciente se veem implicados em cenas que condensam angústias arcaicas e falhas de simbolização. Quando reconhecidas e acolhidas no processo analítico, tais encenações podem operar como momentos decisivos de transformação emocional, abrindo caminho para a integração de aspectos psíquicos antes dissociados.

Cassorla (2001) observa que os *enactments* frequentemente carregam fragmentos traumáticos ou aspectos dissociados do self, e que sua força clínica reside justamente na possibilidade de o analista vivê-los de forma direta, na carne da experiência. Ao se deixar afetar por esses estados, o analista abre uma via para elaboração emocional profunda, oferecendo ao paciente a chance de simbolizar o que antes era apenas atuação. Esse manejo se torna ainda mais exigente em atendimentos on-line, nos quais o *setting* virtual pode intensificar transferências e contratransferências, tornando mais sutil — e mais potente — a dramaturgia digital que se desenha entre as telas (Gavião et al., 2011).

A literatura recente enfatiza que o potencial transformador do *enactment* está diretamente ligado à capacidade do analista de sustentar a confusão emocional inicial e de se servir de seu próprio aparelho psíquico como instrumento de escuta. O uso da *reverie* contratransferencial, tal como formulado por Bion (1962/1991) e desenvolvido por Ferro (2002), permite captar significados ainda não pensáveis pelo paciente, traduzindo em imagens, afetos e palavras aquilo que habita zonas de indistinção psíquica.

O *enactment*, nesse sentido, é linguagem pré-simbólica que antecede a fala e fornece matéria sensível para a construção de narrativas mais integradas.

A metáfora teatral segue iluminando essa cena clínica. O paciente move-se entre os papéis de protagonista e diretor, encarnando personagens que expressam desejos, temores e vínculos fundamentais. Ao analista cabe oferecer o “palco vivo” — um corpo que acolhe, um afeto que sustenta, um espaço simbólico onde a peça pode se desenrolar. Seja como coautor, cenário ou testemunha, ele participa da montagem. Green (1988) ressalta que esse enquadre continente, quando suficientemente sólido, permite ao paciente reviver fantasias arcaicas sem risco de colapso psíquico, transformando a encenação em caminho possível para a simbolização.

Vinheta clínica. M., executivo de 38 anos, busca análise após ser preterido em promoção profissional que considerava decisiva. Nas primeiras sessões, relata sonho em que, nu, encontra-se solitário num palco vazio sob olhar silencioso de plateia invisível. Emergências posteriores revelam fantasia recorrente de “filho brilhante, porém inadequado”, preso entre amor idealizado da mãe e ambivalência do pai. M. porta-se como “paciente exemplar”, evitando conflito e ocultando afetos desconfortáveis. Quando o analista aponta a função defensiva dessa postura, ele reage com intensa ansiedade, como se decepçionasse a mãe interna idealizadora.

Um *enactment* decisivo ocorre quando, já promovido ao cargo almejado, M. chega atrasado à sessão, trazendo postura surpreendentemente assertiva. O analista percebe-se atravessado por sentimentos ambíguos — admiração e irritação — não explicados apenas pela situação externa. Ao explorarem juntos esses afetos, surge camada inconsciente: o sucesso profissional, embora desejado, é vivido por M. como traição à figura paterna operária. A sessão torna-se palco onde tal ambivalência se encena; o analista sente-se alternadamente como pai rivalizado e mãe cuja aprovação M. teme perder, permitindo nomear e elaborar essas identificações conflitantes que se projetavam no ambiente de trabalho.

O percurso analítico subsequente dedica-se a integrar tais figuras internas, possibilitando que M. habite seu novo lugar profissional sem sentir que precisa romper com o pai ou trair suas origens. O sucesso passa a ser vivido como expressão legítima de desejo e capacidade, não como transgressão. Nesse processo, o *setting* analítico revela sua potência dramatúrgica: transforma-se em espaço no qual a cena privada — povoada por fantasias familiares inconscientes — encontra a cena pública — os papéis sociais e profissionais que M. tenta desempenhar.

Ao reconhecer e elaborar suas próprias respostas contratransferenciais, o analista sustenta esse palco vivo, no qual antigos roteiros rígidos podem ser revisitados, ressignificados e, aos poucos, transformados. A análise deixa de ser apenas espaço de fala para tornar-se lugar de ação simbólica, onde repetições estéreis cedem espaço à construção de narrativas mais flexíveis e habitáveis.

4. O sujeito e seus papéis sociais: cena pública, cultura e inscrição simbólica

4.1. A cultura como teatro do superego

A cena analítica constitui laboratório privilegiado para investigar os papéis psíquicos que o sujeito encena; contudo, está longe de operar num vácuo social. Os conflitos transferenciais e contratransferenciais que emergem no *setting* evidenciam como as dramatizações internas se articulam com exigências do mundo cultural. O paciente traz consigo não apenas fantasmas edípicos, mas também as máscaras sociais que aprendeu a vestir — marcadas por gênero, classe, raça e outras inscrições socioculturais que se tornaram estruturantes do psiquismo.

Articular o inconsciente com as formações socioculturais não é apenas desafio técnico; é problema epistemológico que exige tomada de posição teórica nítida e consequente. Freud (1930/1975) apontou a tensão constitutiva entre pulsão e cultura, reconhecendo que repressão civilizatória e resistência subjetiva caminham juntas. Para ele, a cultura funciona como trama simbólica reguladora dos impulsos, mediante mediação do superego, instância que articula desejos individuais às exigências coletivas, restringindo gratificação imediata. Contudo, essa mediação não é linear nem mecânica: ela é dramatúrgica. O superego não absorve normas externas de modo passivo, mas transforma scripts culturais em roteiros subjetivos singulares, por processos identificatórios complexos.

Green (1988) acentua que o superego não é uno, mas composto por vozes diversas e, por vezes, contraditórias, refletindo multiplicidade e conflitos presentes nos discursos culturais disponíveis. Bolognini (2008) destaca que os papéis internalizados não expressam apenas proibições; exprimem também desejos profundos de pertencimento, validação e reconhecimento.

Esse processo de internalização cultural dá-se em camadas: o sujeito seleciona, mesmo inconscientemente, scripts mais compatíveis com sua configuração pulsional, funde-os a fantasias edípicas e os transforma defensivamente para proteger sua estabilidade interna.

A cultura torna-se, assim, teatro simbólico interior, onde papéis psíquicos se modelam a partir da tensão entre desejo e norma. É nesse palco interno, onde inconsciente e cultura se entrelaçam, que cada sujeito negocia angústias, limites e projetos de existência sob pressões do mundo contemporâneo.

4.2. A dimensão social da psique

A internalização de papéis sociais marcados por gênero, classe e raça constitui eixo decisivo na formação da subjetividade e demanda exame metapsicológico rigoroso. Esses marcadores são incorporados precocemente, por identificações que moldam identidade, vínculos e conflitos centrais do sujeito. Suas intersecções não resultam de sobreposição linear, mas de articulações complexas que geram dramaturgias internas únicas — frequentemente intensas e sintomáticas.

Butler (2003) concebeu gênero como performance reiterada: gestos e enunciações naturalizam normas culturais mediante repetição compulsiva. A psicanálise partilha dessa concepção performativa, mas a amplia: cada ato de “fazer gênero” é atravessado por fantasias inconscientes que reescrevem, à sua maneira, os roteiros sociais. Posteriormente, Fanon (2008) mostrou de forma contundente como a racialização impõe imagens desvalorizadas que, ao serem introjetadas, fraturam o self e empobrecem a capacidade de simbolização. O enfoque dramático torna visível como essas figuras operam como papéis fixos que limitam elaboração psíquica.

De forma complementar, Chodorow (1999) explorou a transmissão psíquica da classe social por expectativas parentais que delineiam horizontes de desejo. Quando há mobilidade social ascendente, pode emergir fantasia de traição à classe de origem, associada à rivalidade edípica. Culpa e autossabotagem, muitas vezes mascaradas como “síndrome do impostor”, encontram elaboração possível na análise.

Articular gênero, raça e classe exige instrumentos que escutem, simultaneamente, inconsciente e história social encarnada no analisando. Uma mulher negra de origem trabalhadora não carrega somatório de identidades fragmentadas; ela elabora síntese interna complexa, que emerge plenamente quando o enquadre reconhece e acolhe, em profundidade, as tramas culturais que a atravessam e o teatro psíquico que as reinventa.

4.3. O Eu entre papéis normativos e resistências inconscientes

Alienar-se em papéis sociais prescritos decorre não apenas de pressões externas, mas de formações inconscientes que tornam certas narrativas culturais desejáveis, enquanto outras permanecem excluídas da experiência subjetiva. Freud (1930/1975) advertiu que a cultura, embora necessária à coesão social, engendra conflitos internos: o Eu fica comprimido entre mandatos superegóicos e exigências externas, aderindo à papéis que se cristalizam como máscaras, afastando o self autêntico.

Winnicott (1960/1990) aprofunda o tema ao propor o falso self, estrutura defensiva que atende expectativas ambientais ao custo de espontaneidade. Bollas (1987) mostra que submissão excessiva a papéis defensivos sufoca o self verdadeiro, produzindo sofrimento silencioso.

O sofrimento emerge do choque entre roteiros pessoais e scripts dominantes. Nesse sentido, Green (1988) descreve a tensão entre desejos singulares e mandatos superegóicos internalizados. A escuta clínica deve discriminar resistências que fixam o sintoma daquelas que, atuando como barreiras ao desamparo, contêm a semente do crescimento psíquico.

A passagem do individual ao social ocorre por mecanismos que articulam intrapsíquico e cultura. Bion (1961/1991) chama essa virada de “do narcisismo ao social-ismo”, quando a libido deixa de circular apenas no self e investe o grupo. Subculturas e experiências dissidentes oferecem roteiros alternativos que flexibilizam o sofrimento; entretanto, hierarquias de gênero, raça e classe moldam sua disponibilidade, impondo encenações defensivas como passaporte identitário.

Narrativas culturais atravessam gerações por silêncios e omissões; o espaço analítico, fundado no encontro autêntico, permite que novas histórias surjam. Ao simbolizar experiências antes confinadas à repetição inconsciente, a análise transforma não apenas a economia psíquica individual, mas também, em alguma medida, o tecido social.

4.4. Da intimidade familiar ao cenário social: níveis de encenação dos papéis psíquicos

A dramaturgia psíquica desenrola-se em três planos interligados — micro, meso e macro — que funcionam como cenários móveis de um mesmo espetáculo. No nível micro, emergem personagens internos derivados de identificações primárias e conflitos edípicos.

O nível meso reúne grupos intermediários (família, escola, trabalho, pares on-line) que oferecem palcos onde esses personagens encontram eco ou resistência.

O nível macro delimita o horizonte simbólico: discursos de gênero, hierarquias de classe, códigos raciais e narrativas políticas moldam roteiros disponíveis.

Esses planos operam como palco giratório: qualquer giro em um repercute nos demais. Um insight clínico que reposiciona personagem interno pode rachar pactos familiares ou desafiar imperativos sociais; mutações culturais infiltram-se nos vínculos grupais e redesenham a paisagem íntima. Na clínica, muitos sintomas encenam atritos entre camadas dramatúrgicas. Transtornos alimentares, por exemplo, dramatizam tensões entre ideais de corpo (macro), expectativas familiares (meso) e vozes superegógicas internas (micro). Escutar essa rede de ecos exige ao analista transcender a cena intrapsíquica, acolhendo roteiros coletivos que a sustentam ou estrangulam.

5. A psicanálise em cena: Instituições, papéis históricos e extramuros

5.1. A história institucional da psicanálise como encenação de papéis

A trajetória institucional da psicanálise pode ser lida como peça em vários atos, na qual cada geração encena conflitos inconscientes, rivalidades edípicas e disputas de poder simbólico. Fundada por Freud em 1908, a Sociedade Psicanalítica de Viena já trazia “pai fundador” em cena — figura que suscitou devoção e, logo, dissidências: Adler e Jung romperam com o mestre, dramatizando a separação do “pai” freudiano em chave edípica.

Depois da morte de Freud (1939), a controvérsia Anna Freud × Melanie Klein expôs rivalidades teórico-clínicas que carregavam dinâmicas de sucessão. No Brasil, enredo similar despontou em sociedades ligadas à Febrapsi, produzindo heterogeneidade atual. Frente a clínicas sociais, atendimentos on-line e políticas públicas, instituições precisam reinventar papéis e fronteiras — requerem reencenar fundamentos do laço psicanalítico para responder a novas demandas sociais.

5.2. A psicanálise na cena pública atual

A expansão da psicanálise além do consultório é mais que democratização de acesso: desafia a fronteira entre individual e coletivo, clínico e político. Grupos humanos erguem roteiros afetivos coletivos transmitidos por identificações projetivas.

O analista extramuros atua como facilitador, intervindo sobre padrões repetitivos sem reduzir conflitos à interioridade nem os diluir em sociologia. Experiências em clínicas universitárias e serviços públicos mostram que iniciativas bem-sucedidas conciliam coerência conceitual, sensibilidade às desigualdades e dispositivos de elaboração coletiva.

Fora do *setting* clássico, neutralidade rígida converte-se em retraimento defensivo; clareza conceitual deve manter-se mesmo em afetos intensos. A pandemia expôs fronteira digital: atendimentos on-line e grupos virtuais multiplicaram cenários de projeção. O analista digital precisa criar enquadres firmes que contenham ansiedade e favoreçam simbolização, evitando que o virtual recicle atuações antigas em novas telas.

6. Conclusão - para uma dramaturgia psicanalítica do social

Propusemos a dramaturgia psicanalítica do social como paradigma capaz de ultrapassar a dicotomia indivíduo × sociedade. Sob os vértices dinâmico, tópico e econômico, mostramos que processos identificatórios funcionam como roteiros simbólicos continuamente reescritos nos quais fantasias edípicas se articulam a narrativas culturais e, desse entrelaçamento, surgem papéis subjetivos em constante transformação.

Interseccionalidade manifesta-se como emaranhado inconsciente de roteiros sociais e identificações psíquicas; as subjetividades dialogam, em fluxo permanente, com discursos culturais que as atravessam. Na clínica, sintomas não são apenas repetição de dramas internos, mas atritos entre narrativas inconscientes incompatíveis. Cabe ao analista distinguir resistências que cristalizam sofrimento daquelas que protegem o self de enredos opressores.

A psicanálise extramuros constitui campo fértil para tal enfoque. Ler transferências institucionais e *enactments* coletivos amplia o arsenal clínico sem diluir o método, mas requer formação abrangente: supervisão clássica, sensibilidade sociocultural, treino em dispositivos grupais e exame crítico de preconceitos que o próprio analista carrega. Epistemologicamente, a teoria analítica torna-se palco vivo: conceitos se rearranjam, quando a história coletiva o exige, evitando dogmatismo.

Eticamente, neutralidade não significa indiferença; intervir sobre o sofrimento implica reconhecer raízes coletivas. Diferentes culturas organizam self e os laços familiares de modos que nem sempre se enquadram na matriz edípica, exigindo diálogo transdisciplinar. (citação do autor omitida).

Tal perspectiva oferece subsídios valiosos para compreender a complexa interação entre a cena psíquica interna e os papéis sociais externalizados, abrindo caminhos para uma prática clínica simultaneamente rigorosa do ponto de vista teórico e responsável do ponto de vista social. A dramaturgia psicanalítica do social representa assim contribuição original que honra o legado freudiano enquanto responde criativamente aos desafios contemporâneos, oferecendo à psicanálise instrumentos conceituais e técnicos necessários para sua revitalização no século XXI.

Referências

- Arundale, J. (1999). *Crescendo em famílias reconfiguradas: novas alianças edípicas*. Routledge.
- Bion, W. R. (1961/1991). *Experiências em grupos* (Edição brasileira, Imago, 1991). (Obra original publicada em 1961).
- Bion, W. R. (1962/1991). *Aprender com a experiência* (Edição brasileira, Imago, 1991). (Obra original publicada em 1962).
- Bolognini, S. (2008). *Secretos del cuerpo: La mente y el psiquismo relacional*. RBA.
- Bollas, C. (1987). *The shadow of the object: Psychoanalysis of the unthought known*. Columbia University Press.
- Butler, J. (2003). *Desfaire o gênero* (A. M. Bento, Trad.). *Relógio d'Água*. (Obra original publicada em 2004).
- Cassorla, R. (2001). *Enactment: Atores e papéis em busca de cena*. Revista Brasileira de Psicanálise, 35(2), 299-322.
- Chodorow, N. (1999). *The power of feelings: Personal meaning in psychoanalysis, gender, and culture*. Yale University Press.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas* (14.^a ed.). LPM. (Obra original publicada em 1952).
- Ferro, A. (2002). *Clinical thinking: A beginning*. Routledge.
- Freud, S. (1900/1975). *A interpretação dos sonhos* (2 vols., Edição brasileira Imago). (Obra original publicada em 1900).

Do privado ao público: Uma leitura metapsicológica dos papéis psíquicos

- Freud, S. (1905/1975). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (Edição brasileira Imago). (Obra original publicada em 1905).
- Freud, S. (1910/1975). *Psicogênese de um caso de homossexualismo feminino* (Edição brasileira Imago). (Obra original publicada em 1910).
- Freud, S. (1912/1975). *A dinâmica da transferência*. In *Obras completas* (vol. XII). Imago.
- Freud, S. (1913/1975). *Totem e tabu*. In *Obras completas* (vol. XIII). Imago.
- Freud, S. (1923/1975). *O ego e o id*. In *Obras completas* (vol. XIX). Imago.
- Freud, S. (1930/1975). *O mal-estar na civilização*. In *Obras completas* (vol. XXI). Imago.
- Gavião, L., Martins, R., & Souza, P. (2011). *Transferência on-line: novas cenas, velhos roteiros*. Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental, 14(3), 463-482.
- Goffman, E. (1959/2011). *A representação do eu na vida cotidiana* (20.^a ed.). Vozes. (Obra original publicada em 1959).
- Green, A. (1988). *A morte e o sentido da vida*. Zahar.
- McDougall, J. (1985). *Teatros do Eu*. Artmed.
- Ogden, T. H. (1994). *The analytic third*. *Psychoanalytic Quarterly*, 63, 357-395.
- Steiner, J. (1993). *Psychic retreats: Pathological organisations in psychotic, neurotic and borderline patients*. Routledge.
- Steiner, J. (1996). *The aim of psychoanalysis in theory and practice*. *International Journal of Psycho-Analysis*, 77, 1073-1083.

Adolescência e internet: A família em cena

Paula Melgaço¹, Belo Horizonte

Terezinha Féres-Carneiro², São Paulo

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir como as questões familiares são abordadas pelos jovens na internet. Foram entrevistados seis adolescentes brasileiros do sexo masculino usuários do YouTube. Os resultados apontam que a internet, além de funcionar como um espaço para trocas de experiências e tentativa de elaboração de embates que surgem no seio familiar, é palco de representações sobre a família e sobre a concepção dos jovens acerca dos papéis de gênero, que ainda são norteadas por estereótipos que enquadram a mulher como aquela que cuida do lar e da educação dos filhos, e o homem como o provedor financeiro. Ademais, salienta-se que, embora os pais se preocupem com o uso que os filhos fazem da internet, estes os apoiam, tanto por levarem em consideração os benefícios provenientes desta conexão, como pelo fato de que, uma vez conectados, os filhos demandam menos atenção.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescentes; Internet; Família.

Introdução

No decurso da adolescência, uma das tarefas mais importantes é a separação do ideal dos pais, isto é, o afastamento do lugar ocupado até a infância para que ocorra a construção de respostas às perguntas que começam a surgir a partir da puberdade, concernentes, sobretudo, à identidade, ao reconhecimento social e às transformações que ocorrem no corpo.

¹ Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-Rio. Psicanalista em formação pela SBP-MG/IPA. Rua Estácio de Sá, 367/103, Gutierrez. Belo Horizonte- MG. 30441-042. (21)99992-2296. paulamelgaco.psi@gmail.com

² Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP. Professora do Departamento de Pós-Graduação em Psicologia na PUC-Rio. Rua Marquês de São Vicente, 225. Prédio Cardeal Leme, Sala 217. Gávea, Rio de Janeiro, RJ 22451-900. (21)99111-0180. teferca@puc-rio.br

Este artigo é derivado da minha tese de doutorado, “Internet e juventude: decifrando a diversidade desta relação”, defendida no Programa de Pós-Graduação Em Psicologia da PUC-Rio (2020), sob orientação da prof^a. Dr^a. Terezinha Féres-Carneiro.

Emergem, ademais, conflitos com a família que, por vezes, não reconhece o filho, que passa por modificações das mais diversas, desde as corporais até o lugar que ocupa no seio social.

Embates geracionais relacionados à autonomia dos adolescentes e a negociações ligadas a festas, a escolhas profissionais e de parceiros fazem parte do cotidiano de famílias com filhos adolescentes (Ponciano & Féres-Carneiro, 2014). Salienta-se que este trabalho vai ao encontro do proposto por Sawyer, Azzopardi, Wickremarathne & Patton (2018), quando estes alargam a faixa etária da adolescência, que passa a englobar indivíduos entre, aproximadamente, 10 e 24 anos de idade.

Esse alargamento se deve, segundo Levisky (2013), ao fato de que a concepção que cada sujeito tem que fazer de sua identidade adulta está cada vez mais cruciante e complexa. Cabe ressaltar que, durante todo o processo de desenvolvimento do ser humano, a família, sem dúvida, assume um lugar de destaque. É no seio familiar que o jovem encontra apoio e sustentação para crescer de forma saudável e espontânea (Winnicott, 1975; 1999; 2011).

Na adolescência, o papel da família, ainda que esta atue de forma distinta ao apoio dado ao filho na infância, é essencial, principalmente se a adolescência for considerada como “uma fase de dificuldades, uma mistura de dependência e desafio, que se esvai na medida em que o adolescente se torna adulto” (Winnicott, 2011, p. 41). Nesse momento, o desafio familiar é o de facilitar o desenvolvimento sadio do filho adolescente, sem que seu domínio e sua autoridade bloqueiem gestos e abordagens espontâneas.

Como bem aponta Winnicott (2011), muitos adolescentes vivem esse período da vida de forma inibida, pois sua família espera e demanda que sejam “bons”, isto é, que se submetam às expectativas sociais. Ao contrário da submissão, seria desejável que a família pudesse funcionar como um ambiente facilitador para que o potencial de desenvolvimento saudável herdado se expressasse sem maiores problemas (Davis & Walbridge, 1982).

A despeito disso, o fato é que, mesmo que a família seja “suficientemente boa”, nas trocas estabelecidas entre o adolescente e os membros daquela, há conflitos e desafios inerentes a qualquer relação, não sendo diferente do que se passa em outras conexões intersubjetivas.

Em pesquisa desenvolvida por Féres-Carneiro, Zivani, Magalhães e Ponciano (2013), dados coletados com os adolescentes revelam que as famílias contemporâneas assumem configurações cada vez mais democráticas e horizontais no que concerne à relação entre pais e filhos.

Além disso, parece haver maior liberdade de expressão por parte dos filhos, uma vez que estes passam a ocupar um nível hierárquico similar ao de seus genitores. Não obstante, ainda que mudanças tenham ocorrido, a relação pais/filhos ainda é permeada por conflitos.

Dentre as principais divergências apontadas pelos adolescentes, é possível destacar o questionamento da autoridade de seus genitores, além da vivência do divórcio dos pais, a frequência e o rendimento escolar, a escolha de amizades, a vida social, as normas, as punições, a invasão de privacidade, os problemas com irmãos e a divisão de tarefas domésticas (Cloutier & Drapeau, 2012; Lam, Rifkin & Townley, 1989; Oliveira & Costa, 1997). Conforme Santrock (2014), a maior parte dos conflitos são provêm de questões triviais do dia a dia familiar.

Tanto para os pais como para os adolescentes, o diálogo e o esclarecimento são vistos como as principais saídas para os desacordos, muito embora os castigos (como a suspensão de atividades) ainda sejam considerados por aqueles como opções possíveis, caso a interlocução não funcione da maneira esperada (Lam, Rifkin & Townley, 1989).

Com o advento da tecnologia digital, além dos conflitos já existentes entre pais e filhos adolescentes, a internet inaugura mais um campo de embate que tem tomado parte dos diálogos e discussões entre os membros da família. O tempo que os filhos passam conectados, o celular na hora de dormir e a distração dos pais e dos jovens são exemplos dos novos impasses que acompanham a rotina familiar (Robb & Vennegaard, 2019).

Uso *versus* interferência da tecnologia na dinâmica familiar

Não se trata de uma tarefa simples investigar os efeitos da tecnologia digital, com foco especial para a internet, na vida dos jovens, incluindo suas relações com o mundo do trabalho, com os estudos, com os amigos e com a família, já que a velocidade com que as mudanças tecnológicas ocorrem é difícil de acompanhar (Global Kids Online, 2019; Palfrey & Gasser, 2011).

No entanto, considerando que as alterações subjetivas promovidas pelos usos que os seres humanos fazem desses recursos caminham em outro ritmo, é possível efetuar investigações que abarquem a subjetividade e os relacionamentos (Nicolaci-da-Costa, 2002).

No caso dos jovens, a relevância da internet é tamanha que, segundo dados da Fundação Telefônica Vivo (2019), os jovens só não permanecem conectados quando estão sem créditos ou sem bateria no smartphone; em alguns casos isto também ocorre nos momentos de trabalho e de estudo.

O tempo e a forma de conexão deste público têm sido alvo de diversas críticas e julgamentos que, nem sempre, se baseiam em dados confiáveis.

Por exemplo, ao contrário de diversos comentários da mídia, a pesquisa “Juventudes e Conexões” (2019) revela que os jovens ainda consideram a família e a escola como principais fontes de referência, tanto no processo de aprendizado, como no que concerne à participação social e à decisão de quem querem ser, isto é, no processo de construção da identidade.

Assim sendo, embora a tecnologia digital tenha promovido mudanças nas relações entre a família e os jovens (Avena & Rabinovich, 2016; CGI.br, 2019; Robb & Vennegaard, 2019; Unicef, 2017), aquela continua sendo fundamental para o desenvolvimento destes sujeitos, até mesmo na relação que os mesmos estabelecem com o ciberespaço.

Isso equivale a dizer que a família é corresponsável pela forma por meio da qual a tecnologia vai ser introduzida na vida das crianças e na mediação entre as mesmas e os conteúdos e atividades desempenhados on-line. Logo, a família continua sendo considerada como um:

“grupo de pertença”, sempre teve e continuará tendo uma importância fundamental para o indivíduo e para a sociedade, no sentido de que é ela quem estrutura o sujeito e a subjetividade através do processo de socialização, dando-lhe as condições básicas de sobrevivência e fazendo com que o mesmo possa se transformar em um indivíduo capaz de viver socialmente e de contribuir para o desenvolvimento da comunidade onde vive (Avena & Rabinovich, 2016, p. 167).

Pontes (2011) afirma que há três formas de mediação que os pais podem exercer na relação dos filhos com a internet, a saber: ativa, restritiva e instrutiva. A primeira refere-se ao fato de os adultos se tornarem referências por suas próprias práticas no mundo digital. Já a mediação restritiva, utiliza a internet, por exemplo, como recompensa ou punição para algum comportamento.

Por fim, a tática instrutiva aposta no diálogo e na transmissão de informações sobre a tecnologia. Contudo, apesar da relevância das famílias, nem todas se mostram disponíveis para executar a função de mediar a relação dos jovens com o mundo digital.

Dias, Melgaço e Silva (2018) apontam, inclusive, que alguns adolescentes demandam a intervenção dos pais, principalmente no tempo gasto com redes sociais e games, já que reconhecem ter dificuldades para colocar limites sozinhos.

Por outro lado, há alguns jovens que reclamam da forma invasiva com que os pais atuam, impondo somente punições. Por fim, segundo Le Breton (2017), há pais que deixam a cargo dos filhos as decisões acerca de como utilizar as novas tecnologias, dando-lhes autonomia total no ciberespaço.

É interessante salientar que, em muitas famílias, há uma inversão de papéis no que concerne à transmissão de conhecimentos sobre a internet, o que engloba modos de usar, riscos e resolução de problemas.

Consoante dados do CGI.br (2019), 80% dos adolescentes consideram que sabem mais do que seus pais sobre assuntos ligados ao uso da rede.

Logo, não são incomuns situações em que os pais, por não saberem como reagir ou lidar com embaraços provenientes do ciberespaço, solicitam aos filhos que solucionem este tipo de impasse.

Segundo a Unicef (2017), na visão dos jovens, as repercussões das tecnologias digitais na dinâmica familiar podem ser tanto positivas como negativas, a depender do contexto e das formas de usar. Dunker (2017) exemplifica:

Pais que usam a vida digital como pacificador, que não falam, nem se interessam ou participam do universo simbólico que esta traz consigo, que demonizam a cultura digital, como se ela fosse uma droga ou uma má companhia da qual devem proteger seus filhos, estão contribuindo, direta ou indiretamente, para a intoxicação digital de seus filhos e para a crença, esta sim perigosa, de que o demônio está nos objetos e nas linguagens e não no que fazemos com elas (p. 133).

De acordo com Drouin e McDaniel (2018), é necessário diferenciar o uso da tecnologia da interferência da tecnologia. Isto porque há inúmeros benefícios provenientes de alguns modos de uso da tecnologia, inclusive no plano familiar, como quando os membros da família jogam videogames juntos ou quando os mesmos utilizam aplicativos de comunicação para manter contato ao longo do dia (Robb & Vennegaard, 2019; Unicef, 2017).

Contudo, dependendo da forma como os recursos tecnológicos são utilizados, estes podem produzir interferências nas relações cotidianas entre as pessoas. Muitos pais, além de se sentirem pressionados por demandas do trabalho, utilizam os gadgets para se refugiar das obrigações domésticas e parentais, o que leva os filhos a se queixarem da falta de dedicação dos mesmos.

Tudo isso gera desentendimentos e desencontros entre os pais e seus filhos adolescentes, tais como: problemas de comunicação, em que ambas as partes se queixam da falta de atenção do outro, e embates quanto ao uso do celular em detrimento das tarefas domésticas e escolares (Robb & Vennegaard, 2019).

Ainda conforme a referida pesquisa, mesmo que os dispositivos móveis sejam fonte de conflito nas famílias, estes não chegam a afetar significativamente o relacionamento familiar: 58% dos pais e 71% dos jovens entrevistados afirmam, inclusive, que a tecnologia digital não faz diferença alguma para as famílias.

Já para outros grupos familiares, apesar de os pais se preocuparem com os riscos que os filhos correm na rede, os genitores reconhecem os benefícios da internet, tais como: a possibilidade de expressão criativa, o acesso a informações, a preparação para o mercado de trabalho e o auxílio no processo de construção identitária.

Papéis de gênero: a percepção dos adolescentes

Um dos desafios que os jovens enfrentam é a construção de suas identidades, o que, por sua vez, engloba a representação do que é ser homem e ser mulher, ou seja, como devem ser exercidos os papéis de gênero. Estes são definidos por Santrock (2014) como “conjuntos de expectativas que indicam como homens e mulheres devem pensar, agir e sentir” (p. 185).

Segundo Bamberg (2002), Bordini (2010) e Georgakopoulou (2005), a delimitação dos gêneros construída pela juventude é baseada em critérios relacionados a atributos físicos e sociais, às atividades desempenhadas e aos lugares ocupados pelos indivíduos. Tais parâmetros reforçam os padrões sociais hegemônicos que definem o que é ser homem e mulher.

Assim sendo, estereótipos, como o homem hiperssexualizado, provedor, responsável pelas contas da casa, e a mulher dona de casa, encarregada da educação dos filhos, hipossexualizada e interessada por novelas e fofocas, fazem parte do imaginário dos jovens.

As generalizações acerca dos gêneros alcançam, inclusive, o seio familiar, já que os adolescentes também criam noções sobre o que é ser pai e mãe. De acordo com Cloutier e Drapeau (2012), a mãe, por ser considerada a principal responsável pelo cuidado e a educação dos filhos, é a figura de quem os mesmos mais se aproximam.

Já o pai, via de regra, é visto pelos filhos como aquele que, além de ser o maior responsável pelo sustento do grupo, deve ser obedecido, uma vez que representa a autoridade.

Nota-se, assim, que, a despeito de todas as modificações sociais, culturais e políticas pelas quais o mundo vem passando, o que altera, inclusive, a noção do que é família (Kehl, 2003), ainda são disseminados pela mídia padrões tradicionalistas sobre os papéis de gênero dentro e fora da família (Bordini & Sperb, 2012).

Ante o exposto, o objetivo deste artigo é discutir como as questões familiares são abordadas pelos adolescentes na internet.

Método/Sujeitos

Na presente investigação, foram entrevistados seis jovens do sexo masculino (nomeados como entrevistados de 1 a 6), entre 18 e 24 anos, residentes no Rio Grande do Sul, em São Paulo e no Rio de Janeiro, das camadas médias da população, universitários ou recém-graduados, e usuários do YouTube.

Instrumento

Foram realizadas entrevistas no aplicativo WhatsApp, por meio de áudios, com roteiro semiestruturado invisível, elaborado anteriormente a partir dos seguintes eixos temáticos: ferramentas mais utilizadas na internet, o lugar que a internet ocupa na vida dos entrevistados e a função da internet na construção de resoluções de conflitos, especialmente os familiares. Além disso, foram analisados dois vídeos de cada entrevistado, indicados por eles como os mais representativos das questões discutidas ao longo da entrevista.

É imprescindível dizer que a escolha por efetuar a entrevista on-line se deu não só pela praticidade, já que a ideia era entrevistar jovens de qualquer região do Brasil, como também pela constatação, apontada por vários autores (Fundação Telefônica Vivo, 2019; Romão-Dias & Nicolaci-da-Costa, 2005), de que esse público se sente mais à vontade para falar sobre questões pessoais quando há a mediação da internet.

Segundo dados da Fundação Telefônica Vivo (2019), 98% dos adolescentes estão conectados no WhatsApp diariamente. Tal aplicativo, de acordo com os dados da pesquisa, deixa os jovens mais confortáveis para pronunciarem-se sobre questões pessoais, expressando-se com mais facilidade no ambiente virtual.

Procedimento

A escolha dos participantes se deu através do método de amostragem por conveniência (Richardson, 2017). Inicialmente, efetuou-se uma busca livre de jovens que possuíam ou participavam de algum canal no Youtube. Houve dificuldade de comunicação com os possíveis participantes da pesquisa, realizada inicialmente pelo contato disponibilizado no canal, que se deu por causa da ausência de respostas e/ou demora destes para se posicionar.

Desse modo, a pesquisadora optou, após a primeira entrevista, por solicitar indicações dos entrevistados, lançando mão da técnica *snowball sampling* (Vinuto, 2014). As entrevistas e os vídeos foram analisados, segundo o método de análise de conteúdo, em sua vertente categorial, conforme proposto por Bardin (2011).

Resultados e discussão

Das narrativas das entrevistas e dos vídeos, emergiram várias categorias de análise. Considerando o objetivo deste estudo, serão discutidas as seguintes categorias: *conflitos familiares, como a família vê o uso da internet e a família representada pelos jovens*.

Conflitos familiares

Os entrevistados salientam que a internet os auxilia a lidar com os conflitos familiares, como a falta de contato com o pai e discussões com outros membros do grupo.

Hoje, eu não falo com meu pai, né? Daí, que nem eu falei, desde o ano passado, por ‘n’ questões, assim. E sempre quando eu vou fazer algum vídeo, alguma coisa, várias vezes já ficou nas entrelinhas, assim, sabe? Que eu... eu não tinha esse contato, que era difícil pra mim e tal. E já encontrei várias pessoas, pela internet, na mesma situação, que às vezes não têm o contato com algum familiar e tal. Até mesmo perdas, assim, sabe? E a internet ajuda como uma válvula de escape, assim, sabe? Pra você não guardar tudo para dentro de si, pra você comentar com outras pessoas, para desatolar um pouquinho, assim, as coisas de dentro de você. Mas já me ajudou, sim, tanto dessas questões, assim, com esse lado da família que eu não tenho contato, quanto questões do dia a dia com minha mãe, às vezes alguma questão ou algum desentendimento bobo. Às vezes, acontece, né? (Entrevistado 5, 24 anos, São Paulo).

Sou filho único e não tenho contato com meu pai tem um tempo, depois de várias brigas. Tem um pedaço da minha família que mora em outro estado, mas eu não tenho muito contato. Então, meu núcleo familiar somos só eu e minha mãe. A internet me ajuda um pouco nisso, a lidar com isso, a entender isso que acontece (Entrevistado 6, 22 anos, São Paulo).

O que acontece já aconteceu comigo foi ... sei lá... ter brigado com a minha mãe e daí eu tá mexendo no Facebook, assim.... eu tava sem falar com ela e tal e, de repente, eu vejo aqueles vídeos tipo “aí, ame seus pais, porque, né? Eles não vão estar aqui pra sempre e tudo mais.” Daí isso me fez voltar a falar com a minha mãe, porque eu acho que eu senti que tipo ...eu precisava fazer isso, porque... por mais que ela tivesse errada ou eu tivesse errado o orgulho não ia levar a lugar nenhum, né? Então, eu acho que ajudou nesse sentido (Entrevistado 3, 23 anos, Rio Grande do Sul).

As falas evidenciam que os entrevistados, em alguns momentos, encontram-se sós na tarefa de construir saídas e respostas para os conflitos com suas famílias. Buscam, portanto, variados recursos, incluindo a internet, que, por sua vez, propicia, além do contato com pessoas com quem possam conversar sobre o assunto, uma forma de colocar para fora de si desacordos que não puderam ser resolvidos por meio da conversa entre os envolvidos.

Nesse sentido, os resultados vão de encontro a Lam, Rifkin e Townley (1989), na medida em que estes autores postulam que o diálogo é a saída preferida, tanto dos pais como dos filhos adolescentes, para lidar com conflitos.

Ademais, as narrativas destacam a relevância das questões familiares na vida dos entrevistados. No caso do entrevistado 3, este se vê mexido por mensagens emotivas no Facebook, que o fazem refletir sobre a importância de sua relação com a mãe. Já os entrevistados 5 e 6, ao buscarem na internet uma forma de lidar com a ausência do pai, de elaborar a situação, demonstram o quanto esta relação é relevante para eles.

Tudo isso corrobora a importância do núcleo familiar na vida dos jovens, tal como destacado por Winnicott (1975; 1999; 2011) e pela Fundação Telefônica Vivo (2019). Esta, por seu turno, pontua que, não obstante o que é circulado pela mídia, a família é apontada pelos jovens como uma de suas principais referências.

Como a família vê o uso da internet

Os entrevistados revelam que suas famílias, apesar de se preocuparem com alguns riscos e com o futuro dos filhos, aceitam e apoiam o uso que eles fazem da internet. Além disso, o uso da internet parece ser bem-vindo para determinados pais, uma vez que atenua as demandas de atenção dos filhos.

A minha família sempre gostou desse negócio de YouTube. Eu assistia, aí eu mostrava os vídeos pro meu pai, pra minha mãe e eles sempre gostaram. Eles até perguntavam pra mim: por que que tu não faz? Aí, depois, quando eu comecei a fazer, eles gostaram muito. Eles assistem todos os meus vídeos. Eh.. eles falam assim: “Ah filho, pode levar isso como profissão, mas tu tem que ter um plano B”. E eu entendo isso, eu acho que a gente tem que ter um plano B, porque, querendo ou não, se não dá certo, a gente tem uma profissão, né? A gente tem um jeito de não pode ficar só nisso, né? Eles se preocupam também com o tempo que passo na internet, e de vez em quando isso dá confusão, mas...eles aceitam tudo de boa, eles gostam bastante dos meus vídeos (Entrevistado 1, 18 anos, Rio Grande do Sul).

Eu era o filho que não dava trabalho, ficava quieto no computador. Eles não faziam ideia do que eu estava fazendo, até mesmo porque eles não entendem nada disso, mas achavam bom porque eu ficava quieto. Então, não tinha tanto problema ficar sem a atenção, entre aspas, digamos assim. A internet para os meus pais era como se fosse um lugar onde eu ficava, aparentemente, tranquilo e deixava eles tranquilos também, porque eu não incomodava, não precisava de atenção como a minha irmã que era agitada e não parava quieta (Entrevistado 4, 22 anos, Rio de Janeiro).

Os meus pais, principalmente a minha mãe, sempre me incentivaram a fazer o que eu gostava. Então, quando eu contei que eu aparecer num canal pra mais de 800.000 pessoas, eles ficaram bem felizes assim por mim, porque eles sabem que eu gosto desse meio de comunicação, gravação e internet. Eles ficaram felizes porque é como se fosse uma realização pra mim... eles aceitaram bem de boa, acharam que poderia me fazer bem, me ajudar a desenvolver esse lado. Foi algo bem tranquilo, porque, como eu disse, eles sempre me motivaram a fazer o que eu gostasse e, como é o que eu gosto, eles ficam felizes por mim. Só falam pra eu não deixar de lado meus amigos e a escola, que preciso estudar e também tomar cuidado com quem eu não conheço (Entrevistado 2, 18 anos, Rio Grande do Sul).

À semelhança dos resultados das pesquisas de Robb & Vennegaard (2019), Unicef (2017), CGI.br (2018) e Fundação Telefônica Vivo (2019), as falas demonstram que, embora os pais tenham preocupações ligadas aos usos e às interferências da internet na vida dos filhos adolescentes (Drouin & McDaniel, 2018), especialmente em assuntos tocantes ao futuro deles, como a escola e a profissão, os genitores também conseguem enxergar as vantagens de estar conectado ao ciberespaço.

Além do mais, os pais se inquietam com o tempo que os jovens passam conectados e com o modo de socialização destes que também passa a ser atravessado pela internet (Robb & Vennegaard, 2019).

No tocante aos benefícios, nota-se que as falas reforçam informações encontradas pelo CGI.br (2019), Fundação Telefônica Vivo (2019) e Unicef (2017), que apontam os ganhos que a internet pode gerar para os adolescentes em diversas instâncias, como na socialização, no processo de desenvolvimento pessoal e profissional e no acesso a informações.

Outrossim, tal como apontado por Dunker (2017), o entrevistado 5 descreve a postura de seus pais como aqueles que lançam mão da tecnologia como pacificadora, ou seja, como um recurso que, ao capturar a atenção do jovem, libera os pais da tarefa de fazê-lo. No caso do jovem em questão, a atenção era, então, direcionada para a irmã que, ao contrário dele, era a filha que necessitava da maior dedicação dos genitores.

Nesse sentido, as falas dos entrevistados ratificam os preceitos de Drouin e McDaniel (2018), tendo em vista que estes entendem que muitos pais lançam mão dos dispositivos tecnológicos tanto para entreter os filhos quanto a si próprios, com o intuito de se eximirem de certas tarefas ligadas à parentalidade.

Além de tudo, as narrativas confirmam o que foi exposto por Le Breton (2017) e pela pesquisa efetuada pela CGI.br (2019), quando estes afirmam que, em alguns casos, os jovens são autorizados pelos pais a tomarem todas as decisões em relação ao uso da internet. Dessa forma, têm autonomia total no ciberespaço, o que acontece tanto pela falta de conhecimento dos pais como pela posição que muitos assumem de demonizar a tecnologia (Dunker, 2017).

Representações da família nos vídeos

Os vídeos analisados revelam que os entrevistados ainda têm uma visão idealizada e estereotipada da família e dos papéis desempenhados pelos membros que a compõem, sobretudo no que tange à questão de gênero.

Minha irmã fica querendo um monte de Barbies, mas eu não entendo! As bonecas são todas iguais: loiras, magras, cabelo grande. Legal mesmo era o MaxSteel, boneco cheio de armas, facas, mergulhava. Não essa coisa de menininha. (Entrevistado 2, 18 anos, Rio Grande do Sul). Meu pai adora novelas, aqui em casa é cheio de revistas de fofoca. Quando a minha mãe convida as amigas para vir aqui, todas só conversavam com meu pai, porque ele sabe tudo sobre novelas e a minha mãe não. Ela fica com ciúme [. . .] No mercado, meu pai corre para a sessão de revista de fofocas, eu pra parte dos gibis, a minha irmã para as bonecas e minha mãe pra comprar comida. (Entrevistado 1, 18 anos, Rio Grande do Sul).

Estou criando uma família perfeita com todo mundo que eu acho que vai dar certo. Marido, esposa e filhos! Tudo direitinho. Ah... claro, um bom emprego para propiciar uma vida boa com viagens e uma casa. Essas coisas (Comentário sobre o jogo “The Sims” - Entrevistado 2, 18 anos, Rio Grande do Sul).

As narrativas presentes nos vídeos descrevem e apresentam (por meio de imitações) a mãe com roupas e com aparatos ligados a atividades domésticas. Já o genitor, quando aparece, é retratado como aquele que fica encarregado do dinheiro e da segurança familiar. No momento em que um dos pais é descrito como aquele que gosta de novelas, isto acaba virando motivo de chacota, já que foge do papel de gênero tradicional.

Tudo isso confirma os achados de Bordini e Sperb (2012), que revelam a existência de diversos estereótipos que orientam os jovens na construção da definição do que é ser homem e mulher. No caso da presente pesquisa, nota-se que a irmã é representada como “menininha” que gosta de bonecas, a mãe como a principal cuidadora da família e responsável pelas tarefas domésticas, e o pai como que foge ao padrão esperado, já que se interessa por assuntos definidos como femininos, tais como novelas e revistas de fofocas.

Desse modo, este estudo corrobora as considerações de Bamberg (2002), Bordini (2010) e Georgakopoulou (2005) sobre os critérios que os jovens utilizam para definir os papéis de gênero, que são baseados, em particular, pelas atividades e características físicas dos indivíduos: a mãe que cuida da casa, a irmã que gosta de boneca e o adolescente que gostava de bonecos com armas são exemplos de descrições que correspondem aos estereótipos delimitados pela sociedade. Não é sem razão que o pai se torna motivo de escárnio por fugir do que é esperado socialmente.

Por fim, as narrativas desvelam que os jovens são guiados não só por padrões no que diz respeito aos papéis de gênero, como também à configuração familiar, que deveria ser composta por marido, esposa e filhos, além de dispor de uma condição financeira satisfatória. Ideal reproduzido, inclusive, nos jogos. Dessa maneira, os resultados encontrados vão ao encontro das ideias de Cloutier e Drapeau (2012) acerca de como os jovens percebem a família e os membros que a compõem.

Considerações finais

A transição da adolescência para o mundo adulto inaugura uma série de conflitos para os indivíduos que se encontram nesse momento da vida. Enfrentamentos que vão desde incômodos com o corpo, dificuldades com as exigências sociais, dúvidas ligadas à própria identidade, até reveses com a família.

A respeito do último, os principais motivos que geram embates entre pais e filhos estão associados a assuntos cotidianos, tais como: a autonomia dos adolescentes, a escolha profissional, a divisão de tarefas, o desempenho escolar e, mais recentemente, o tempo e a forma com que os jovens usam a internet (Cloutier & Drapeau, 2012; Lam, Rifkin & Townley, 1989; Oliveira & Costa, 1997; Ponciano & Féres-Carneiro, 2014; Robb & Vennegarrd, 2019 e Santrock, 2014).

A internet, por sua vez, ganha cada vez mais relevância na vida dos adolescentes, que a utilizam não só para se divertir, manter-se informados e comunicar-se, mas também como meio de expressão e elaboração de questões, especialmente, quando se encontram sozinhos para lidar com elas (Fundação Telefônica Vivo, 2019 e CGI.br, 2019).

Em relação aos conflitos familiares, o presente estudo revela que, embora pesquisas anteriores apontem o diálogo entre os envolvidos como principal forma de resolução de conflitos entre os membros da família (Lam, Rifkin & Townley, 1989 e Oliveira & Costa, 1997), nem sempre este cenário se mostra possível. Em consequência, os jovens, muitas vezes, acabam tendo que encontrar, por si sós, meios para elaborar questões envolvendo os pais.

Encontram, na internet, outros adolescentes vivendo situações semelhantes e que estão dispostos a escutá-los e a trocar experiências. A internet parece funcionar, portanto, como uma suplência, ou seja, uma tentativa de suprir a falta do contato com o pai e a suspensão da comunicação com outro membro da família com quem a relação se encontra no ápice de algum embate (Santrock, 2014).

No que concerne ao modo como a família vê os usos que os filhos fazem da internet, nota-se que os pais se preocupam com as possíveis interferências desta na vida dos jovens, como, por exemplo, não ter um plano alternativo caso a carreira no Youtube não dê certo, passar tempo demais conectado, deixar os estudos de lado e se afastar dos amigos.

Apesar dos receios, os genitores parecem apoiar e incentivar os filhos a gravarem vídeos e a participar de canais no YouTube, apostando que esta seria uma forma de autorrealização para eles, além de auxiliar no desenvolvimento de algumas habilidades.

Os dados apontam também que alguns pais estimulam os filhos a permanecerem conectados, já que, assim, eles parecem demandar menos atenção e cuidados, deixando-os livres para se dedicar a outras tarefas.

Por último, alguns vídeos gravados pelos entrevistados evidenciam suas percepções sobre a família e os papéis, especialmente ligados ao gênero, desempenhados pelos membros do grupo. Apesar dos diversos avanços sociais que vêm promovendo alterações na concepção e nos modelos tradicionais de família, que, por seu lado, passa a assumir novas configurações que, por vezes, fogem dos padrões (Kehl, 2003), ainda predomina entre os entrevistados uma noção estereotipada do grupo familiar: pai, mãe e filhos; este seria o padrão ideal.

Ademais, a definição do que é ser homem e o que é ser mulher ainda parece ser bastante engessada, uma vez que considera a figura feminina como a responsável pelos cuidados do lar e a educação dos filhos, e o homem como o provedor financeiro da casa. Assim, quando se deparam com indivíduos que fogem a esta caracterização, os jovens fazem piadas que questionam, por exemplo, o fato de um pai gostar de novelas e revistas de fofoca, interesses considerados tipicamente femininos.

Isto posto, observa-se que a internet é um espaço amplo e variado no qual os jovens vivem e comunicam questões das mais diversas ordens, a saber: problemas que vivem no cotidiano familiar, percepção sobre o que é uma família e o que define o que é ser um homem e uma mulher, a forma como os pais percebem os usos que fazem da internet são alguns exemplos.

A relação que os adolescentes estabelecem com o ciberespaço é, portanto, complexa e repleta de nuances, sendo, assim, impossível de ser limitada por leituras simplistas e reducionistas. Isto, atrelado à velocidade com que as mudanças tecnológicas caminham, faz com que pesquisas sobre o assunto sejam difíceis de serem conduzidas, o que reforça a necessidade de mais estudos, em especial sobre metodologias adequadas para pesquisas realizadas na internet.

Referências

- Avena, M.E & Rabinovich, E.P. (2016). *Novas tecnologias e novos vínculos familiares: repercussões no processo de socialização*. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, 5 (2), 164-175.
<http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v5i2.873>
- Bamberg, M. (2002). *Construindo a masculinidade na adolescência: Posicionamentos e o processo de construção da identidade aos 15 anos*. In Lopes, M.L.P. & Bastos, C. (Orgs.), *Identities: Recortes multi e interdisciplinares*. Campinas: Mercado de Letras, 149-185.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bordini, G.S & Sperb, T.M (2012). *Concepções de gênero nas narrativas de adolescentes*. Psicologia: Reflexão e Crítica, 25(4), 738-746. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722012000400013>
- Cloutier, R. & Drapeau, S. (2012). *Psicologia da Adolescência*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Dias, V.C; Melgaço, P. & Silva, C.R (2018). *“Eles têm lá seus motivos”: os pais como mediadores na relação dos jovens com a tecnologia*. In Soares, A.M; Simão, J.R & Neves, L.M (Orgs.). *Caminhos da aprendizagem e inclusão: entretecendo múltiplos saberes*. Belo Horizonte: Ed. Artesã, 165-174.
- Drouin, M. & McDaniel, B. (2018). *Technology interference in couple and family relationships*. In Attrill-Smith, A.; Fullwood, C; Keep, M. and Kuss, D (Eds.) *The Oxford Handbook of Cyberpsychology*. Oxford: University Press, 115-132.
- Dunker, C.I (2017). *Intoxicação digital*. In Batista, A. & Jerusalinsky, J (Orgs.). *Intoxicações Eletrônicas: o sujeito na era das relações virtuais*. Salvador: Ágalma, 117- 145.
- Fundação Telefônica Vivo (2019). *Juventudes e Conexões*. São Paulo: Fundação Telefônica Vivo.
Acesso em <http://fundacaotelefonica.org.br/projetos/juventudes-e-conexoes/>
- Global Kids Online (2019). *Global Kids Online: Comparative Report*, UNICEF Office of Research, Florence.
- Kehl, M. R. (2003). *Em defesa da família tentacular*. In Groeninga, G & Pereira, R (Orgs.), *Direito de família e psicanálise: rumos a uma nova epistemologia*. Rio de Janeiro: Imago, 163-176.

Lam, J.A.; Rifkin, J; Townley, A (1989). *Reframing conflict: implications for fairness in parent-adolescent mediation*. Mediation Quarterly, v.7.

Le Breton, D. (2017). *Uma breve história da adolescência*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas.

Levisky, D. (2013). *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. São Paulo: Editora Blucher.

Oliveira, C.A & Costa, A.E (1997). *Categorias de conflitos no cotidiano de adolescentes mineiros*. Psicologia: Reflexão e Crítica, 10(1), 87-104. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721997000100007>

Ponciano, E. L. T. & Féres-Carneiro, T. (2014) *Relação Pais-Filhos na Transição para a Vida Adulta, Autonomia e Relativização da Hierarquia*. Psicologia Reflexão e Crítica, 27 (2), 388-397.

Ponte, C. (2017). *Crescendo entre culturas digitais nas últimas décadas*. In N.L. Lima, M.R. Nobre, V.

C. Dias, M.Stengel (Orgs.) *Juventude e cultura digital: diálogos interdisciplinares* (pp. 33-45). Belo Horizonte: Ed.Artesã,

Richardson, R. (2017) *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.

Robb, M. B., Bay, W., & Vennegaard, T. (2019). *The new normal: Parents, teens, and mobile devices in Mexico*. San Francisco, CA: Common Sense Media.

Santrock, J.W (2014). *Adolescência* (14ª ed). Porto Alegre: AMGH.

Vinuto, J. (2014). *A amostragem em Bola de Neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto*. Temáticas, 44, 201-218.

Winnicott, D.W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.

Winnicott, D.W. (1999). *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes.

Winnicott, D.W. (2011). *A família e o desenvolvimento individual*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes.

A travessia adolescente e o papel desempenhado pela masculinidade hegemônica: Uma perspectiva psicanalítica

Estella Santa Bárbara Souza¹, Belo Horizonte

Larissa Oliveira Silva², Belo Horizonte

Marcella Jordanna Evangelista Moutim³, Belo Horizonte

Resumo: À luz da psicanálise, este artigo reflete sobre os atravessamentos subjetivos vividos por adolescentes do sexo masculino na construção da masculinidade. A adolescência é compreendida como um processo de transição marcado por perdas estruturantes e pela necessidade de reposicionamento diante da sexualidade e do laço social. Nesse percurso, o sujeito se confronta com o real do sexo e os ideais normativos da masculinidade hegemônica. A pesquisa, de caráter teórico e bibliográfico, articula o referencial psicanalítico à minissérie “Adolescência” (2025) e discute o papel das redes sociais na produção de ideais masculinos, destacando seus efeitos na constituição subjetiva.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência; Masculinidade Hegemônica; Psicanálise; Redes Sociais.

Introdução

A travessia da adolescência é um processo complexo, marcado por perdas significativas, como a do corpo infantil, das referências primárias e da ilusão de completude vivida na infância. Essas transformações convocam o sujeito a elaborar novas formas de se localizar no mundo.

Trata-se de um processo atravessado por questões culturais, históricas e políticas, que exige uma reformulação subjetiva diante das normas e expectativas sociais.

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Faculdade de Psicologia. Rua Genebra, 990, ap. 302, Belo Horizonte - MG, CEP: 30421-121, Tel.: (31) 98842-0729, E-mail: estellasouza2019@hotmail.com.

² Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Faculdade de Psicologia. Rua Almirante Tamandaré, 488, ap. 302, Belo Horizonte - MG, CEP: 30441086, Tel.: (32) 99937-9445, E-mail: psilarissaoliveirasilva@gmail.com.

³ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Faculdade de Psicologia. Rua Edith Barbosa Rocha, 127, Jardim dos Comerciantes, Belo Horizonte - MG, CEP: 31640-130, Tel.: (31) 97103-4979, E-mail: psi.marcellamoutim@gmail.com.

Considerando a adolescência um período de transformações psíquicas e corporais, em que o sujeito se depara com a necessidade de colocar-se frente a sexualidade, as alterações do corpo e ao laço social, este artigo se propôs a discutir como tais experiências se articulam à construção da masculinidade.

Isso porque, nessa travessia, o sujeito se vê em confronto com questões fundamentais ligadas à identidade e ao pertencimento, associados aos ideais normativos que sustentam a masculinidade hegemônica. Assim, buscou-se localizar o conceito de adolescência, demonstrar a influência da masculinidade hegemônica na vivência de adolescentes homens e, por fim, identificar o papel das redes sociais na construção da masculinidade na adolescência.

A construção hegemônica do masculino representa papeis na cultura que envolvem virilidade, força, racionalidade e supressão da sensibilidade. Tais parâmetros, acabam por silenciar angústias e fragilidades, colocando o sujeito em conflito com o real do sexo vivenciado na adolescência. Assim, a masculinidade, está inserida em um contexto social, histórico e cultural, produzido por discursos que atravessam o sujeito e seu modo de existir no mundo.

Diante disso, este trabalho buscou compreender, a partir da perspectiva psicanalítica, como a masculinidade hegemônica influencia a vivência do adolescente. Considerou-se, ainda, fundamental refletir o papel das redes sociais, como um espaço que se expressa por meio de novas formas de linguagem, discurso e imagens. A escolha da psicanálise como linha teórica para este trabalho se justifica pela singularidade de escuta do sujeito para além dos discursos normativos, acolhendo as contradições e os impasses que marcam a experiência adolescente.

Para isso, a utilização da estratégia de pesquisa bibliográfica foi empregada, a partir da utilização de informação de materiais já publicados. Não se trata, no entanto, de reproduzir o material abordado na literatura acadêmica prévia, mas de oferecer uma nova contribuição teórica e reflexiva sobre a adolescência e sua relação com o modelo hegemônico de masculinidade.

O artigo, por sua vez, foi construído com a implicação da subjetividade das autoras, já que “não há produção do novo sem que seja mobilizada a própria subjetividade, constituída por seus aspectos imaginários e fantasísticos, dos quais se estruturarão sentidos possíveis” (Tavares & Hashimoto, 2013, p. 174). Nesse sentido, pode-se dizer que o presente trabalho buscou apresentar as reflexões de uma pesquisa teórica em psicanálise.

Ainda, para que fosse possível avançar na discussão sobre a masculinidade hegemônica e a adolescência, o artigo propôs realizar uma articulação entre o arcabouço teórico psicanalítico e a minissérie “Adolescência”, (2025), disponível na plataforma de *streaming* da Netflix.

Por meio das lentes da minissérie, tornou-se possível estabelecer uma interessante aproximação da psicanálise sobre ambas as temáticas. Isso porque, de acordo com Derzi (2016, p. 101), “o cinema, arte contemporânea, é uma narração constituída de palavras, mas também de imagens, talvez essa seja a forma mais moderna do mito, forma que Lacan pode apreender para enriquecer a Psicanálise”. A minissérie, por sua vez, aborda um grande número de ricas questões. Entretanto, as breves reflexões psicanalíticas se restringiram aos temas da adolescência e da masculinidade, que cumprem um papel central na trama de “Adolescência” (2025).

Por fim, torna-se necessário pontuar que a elaboração conceitual se realiza somente sob uma clara limitação. Isso porque o saber não consiste em uma apreensão fechada sobre o que se pretende estudar (Lameira et al., 2017). Logo, a proposta do artigo é lançar luz sobre a questão da masculinidade e da adolescência, para que se torne possível ampliar o debate e a compreensão sobre o tema.

O surgimento histórico do conceito de adolescência

Para compreensão das reflexões propostas nesse trabalho, torna-se necessário, primeiramente, definir brevemente o conceito de adolescência. Em seguida, pretende-se abordar a perspectiva da psicanálise sobre esse período, destacando algumas contribuições para compreensão dos processos psíquicos que o atravessam.

O surgimento histórico da adolescência como uma etapa singular da vida é marcado por divergências. De acordo com Bertol e Souza (2010), a adolescência e a infância permaneceram sobrepostas até o século XVIII. Em contrapartida, para Moraes e Weinmann (2020), a adolescência teria se originado ainda no século XVIII e se consolidado ao longo do século XIX.

Já Bock (2007) associa o período entre o final do século XIX e o início do século XX ao surgimento desse fenômeno, pode-se dizer que o surgimento histórico do conceito da adolescência como uma etapa de vida singular é marcado por divergências.

Além das divergências no que diz respeito ao estabelecimento histórico da adolescência, há, também, controvérsias em relação às características atribuídas a esse termo. Por um lado, a adolescência é vista como um período natural do desenvolvimento e, por outro lado, entende-se a adolescência enquanto um fenômeno sociocultural, ou seja, produzida e significada historicamente e socialmente (Moraes & Weinmann, 2020).

A primeira concepção, como salientado, determina a adolescência como um período natural. Considerá-la a partir de uma perspectiva naturalizante implica vê-la como uma etapa inevitável na trajetória de todos os indivíduos da sociedade ocidental. Ainda, sendo vista como um período natural e universal, a que todos estariam destinados, a passagem pela adolescência estaria marcada, necessariamente, por determinadas características biológicas e psicológicas (Bertol & Souza, 2010).

No âmbito das características biológicas, a leitura desenvolvimentista associa a adolescência ao processo de maturação de um corpo em desenvolvimento (Ozella & Aguiar, 2008). Já no campo das características psicológicas, a perspectiva naturalizante aponta para a adolescência como um período de crise, uma fase turbulenta, repleta de conflitos. Todas essas características passam a caracterizar o ser adolescente, que se contrapõe aos valores e as tradições da sociedade.

Haja vista a homogeneização da adolescência, o sujeito, nesse período, é frequentemente visto como um ser incompleto, ainda em processo de desenvolvimento de sua capacidade cognitiva, o que explicaria a sua tendência à transgressão das normas sociais. Portanto, com o objetivo de se alcançar o ideal de completude, ou, em outras palavras, com o objetivo de tornar-se um adulto, o adolescente deve superar esse momento problemático (Bertol & Souza, 2010).

Em contrapartida, a segunda concepção compreende a adolescência enquanto um fenômeno sociocultural. Visto que o conceito da adolescência não esteve sempre presente, entende-se que essa etapa foi construída pelo homem, sendo resultado das relações sociais, do contexto histórico e das condições culturais de uma sociedade (Bock, 2007). De acordo com Ozella e Aguiar (2008, p. 99), “a adolescência é criada historicamente pelo homem, como representação e como fato social e psicológico.

É constituída como significado na cultura e na linguagem que permeia as relações sociais”. Diante da relação dialética estabelecida pelo indivíduo e pela sociedade, Barbosa-Silva et al. (2021) afirmam que a adolescência não é algo dado, mas sim, uma construção social.

Ainda que o conceito de adolescência tenha se desenvolvido historicamente, como apontam os autores mencionados, ele não é uma noção da psicanálise e nem sempre esteve presente nos diálogos psicanalíticos.

Freud não diferencia a adolescência da puberdade, compreendendo-a como um período que engloba tanto questões psíquicas quanto corporais. Entretanto, deve-se ressaltar que a clínica de Freud se desenvolveu a partir da análise com pacientes históricas.

De acordo com Viola e Vorcaro (2015, p. 62), a investigação freudiana “se baseia em diversos casos de adolescentes, em que a neurose foi deflagrada em torno da puberdade”. Ou seja, seria possível afirmar que o surgimento da clínica psicanalítica é marcado pelas travessias que dizem respeito à adolescência.

Freud, em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/1996), se refere ao encontro, ou reencontro, com o objeto. Tendo em vista que há, na infância, uma forte idealização dos pais, na adolescência, ocorre um movimento de desidealização dessas figuras de autoridade. Isso significa que, enquanto antes a criança direciona sua afeição para as figuras paternas, na adolescência, deixa-se de ter como alvo essa idealização.

Por isso, esse é o tempo dos desinvestimentos e reinvestimentos, em que o adolescente, se distanciando das primeiras figuras de amor, começa a reconfigurar sua relação com outros objetos, em que será possível reinvestir sua afeição. Posto isso, pode-se dizer que o trabalho psíquico mais importante da adolescência é o distanciamento em relação às figuras paternas (Freud, 1905/1996).

A perda de referências em relação aos objetos primários de identificação ocorre quando o adolescente se depara com um furo no saber desses objetos primários, aos quais o adolescente se remetia na infância. Dessa forma, por efeito da identificação da falta nas figuras paternas aos quais o adolescente estava atrelado, o sujeito é impulsionado a buscar, em um outro lugar, suas referências próprias (Tavares & Alberti, 2016).

Visto que o vínculo com os pais é contestado e o adolescente não mais busca no discurso parental uma orientação, o sujeito se volta para o discurso social para tentar recuperar um lugar perdido. Neste momento, não se sabe mais o que lhe é próprio e o que pertence à sua família e, sendo assim, o adolescente se vê em constante questionamento e experimenta uma sensação de inquietude (Ribeiro & Guerra, 2020).

Posto isso, há, no período da adolescência, uma elaboração das escolhas, incluindo, o trabalho de elaboração da falta no Outro, que na infância está associado aos pais e, em seguida, no Outro localizado no campo social. Desse modo, o adolescente se depara com a incompletude do Outro; é um momento difícil que implica em um trabalho de luto (Coutinho & Madureira, 2021). Desse modo, pode-se dizer que a adolescência marca um momento fundamental na constituição do sujeito que produz efeitos singulares na inscrição do laço social.

Isso envolve um trabalho psíquico do adolescente de reconhecimento do corpo, da ressignificação dos laços familiares, assim como a entrada para o campo social, que implica as possibilidades de ser e estar do sujeito (Santos & Sadala, 2013).

Ficou evidente que a participação das figuras paternas é essencial para o processo de constituição subjetiva do adolescente. No entanto, para que a desidealização dos pais ocorra, é necessário que os pais estejam presentes no cotidiano dos filhos. Quando há ausência, o adolescente se vê sem a possibilidade de escolha.

Em alguns casos, os próprios pais, desistem de ocupar seu lugar e quando optam por se afastar antes mesmo de serem afastados pelos filhos, invertendo a dinâmica relacional, resta ao jovem, que se sente abandonado, empenhar-se na tentativa de reconquistar a atenção desses cuidadores (Alberti, 2004).

De maneira semelhante, Lacan realiza apenas menções pontuais à adolescência em sua obra (Ribeiro & Guerra, 2020). Uma abordagem lacaniana sobre a adolescência é apresentada no texto “Prefácio a *O Despertar da Primavera*”, no qual o autor desenvolve reflexões significativas, como a formalização da tese de que não há relação sexual (Viola & Vercaro, 2015).

Essa tese, fundamental para a compreensão lacaniana do real, expressa a impossibilidade de uma relação sexual plena e simétrica, o que se reflete diretamente no real da puberdade. A busca pela completude é desafiada, e a angústia surge diante da impossibilidade de satisfazer os desejos em sua totalidade.

Vale ressaltar que, para o campo psicanalítico, a renúncia da satisfação plena é parte fundamental da constituição do sujeito. Nesse sentido, pode-se dizer que esse marcador simbólico evidencia a impossibilidade simbólica de abarcar completamente o real, mas também aponta para a possibilidade de relação do sujeito com o desejo, com a cultura e com o Outro.

Posto isso, pretende-se, a seguir, realizar um breve resgate histórico da noção de falta estrutural para que, posteriormente, seja possível associar essa noção ao real da puberdade. Segundo Freud (1929-1930/1996), a passagem pelo complexo de Édipo representa a renúncia dos desejos do indivíduo em prol da sua integração na civilização.

Isso significa que a tarefa de alcançar um alto grau de satisfação não é possível, já que aponta para a incompatibilidade dessa execução com a entrada do sujeito na civilização, ou seja, o sujeito deve se adequar às leis e aos padrões culturais já existentes. Nesse sentido, pode-se dizer que a civilização impõe ao sujeito uma série de restrições, que se opõe à satisfação irrestrita do indivíduo (Freud, 1929-1930/1996).

Lacan, por outro lado, não relaciona o processo de subjetivação à passagem edípica, mas à inscrição do sujeito na linguagem. A linguagem, nesse sentido, é empregada por Lacan para se referir ao papel exercido pela simbolização: a experiência do sujeito na linguagem exige a submissão do real em direção ao simbólico.

Em outras palavras, o sujeito deve responder às exigências do Outro primordial, que opera onde as articulações significantes acontecem e, sendo anterior ao sujeito, sobrepõe-se a ele (Lacan, 1962-1963/2005).

Ainda que Freud e Lacan tenham adotado caminhos diferentes para dizer da constituição psíquica, ambos tratam de uma propriedade essencial na teoria psicanalítica, a renúncia do sujeito à possibilidade de obter uma satisfação total em todo e qualquer aspecto da vida. Assim, a falta estrutural, conceito lacaniano, pode ser caracterizada como a incapacidade do simbólico em abarcar completamente o real. Isso significa que toda tentativa do sujeito em direção à completude, inevitavelmente, vai ser fracassada (Lacan, 1962-1963/2005).

Segundo Couto e Chaves (2009, p. 66), “a angústia de castração é o sinal do trauma sexual, daquilo que desse eu é uma satisfação que é pura perda”. Diante desse contexto, fica evidente que a castração não se dá sem a angústia e paira sobre qualquer ser falante, sujeitos à satisfação barrada (Marcos & Sales, 2017).

É nesse cenário de falta estrutural que se inscreve o real da puberdade. O real da puberdade, segundo Viola e Vorcaro (2013) pode ser caracterizado pelo impossível da relação sexual. Isso significa que o encontro com o sexo não se constitui de forma harmoniosa. Trata-se, na verdade, de um desencontro que, marcado pela falta, denuncia a incompletude.

O que se acreditava na infância sobre a completude da relação sexual é destituído, já que a completude imaginária é da ordem do impossível. Portanto, pode-se dizer que a diferença sexual impossibilita a conjugação simétrica da relação sexual (Jucá & Vorcaro, 2018).

Diante desse cenário, é possível afirmar que, o adolescente, ao fazer o movimento de desidealização das figuras parentais, rompe, também, com um ideal de completude. Nesse sentido, pode-se dizer que o real da puberdade deflagra a ausência de um saber prévio acerca das experiências humanas e, portanto, denuncia, por outro lado, os desencontros presentes nas experiências dos seres falantes.

Conforme Viola e Vorcaro (2015), é preciso dar importância a isso que se presentifica no encontro com o outro sexo, uma vez que o adolescente, diante do real da puberdade que acomete, se vê desamparado. Em princípio, os sujeitos adolescentes não têm clareza sobre como realizar essa interação e, dessa maneira, é possível afirmar que existe uma ausência de saber sobre esse real.

Impulsionado a buscar novas referências além daquelas primárias, o adolescente se insere no discurso social. Por isso, torna-se necessário compreender os efeitos socioculturais que atravessam o processo de subjetivação, sobretudo considerando que o adolescente homem é atravessado pelos efeitos da masculinidade que perpassa dimensões sociais e culturais.

Nesse sentido, adotar o termo “masculinidades”, é fundamental para abarcar essa pluralidade (Gomes, 2008). Entretanto, alguns modelos possuem maior credibilidade social, sendo orientados por valores, comportamentos e atitudes hegemônicos (Connell & Messerschmidt, 2013). Nesse sentido, torna-se importante investigar a afirmação da virilidade e do status envolvidos na relação com os pares.

O semblante universal de masculinidade e a experiência do adolescente nas redes sociais

Ao longo da adolescência, o sujeito é convocado a ultrapassar os referenciais primários, buscando novos modelos e discursos que o auxiliem a se posicionar no laço social. Para o adolescente homem, torna-se inevitável o confronto com os ideais de masculinidade, marcados por construções socioculturais que delimitam as formas possíveis de ser homem.

A configuração daquilo que se denomina discursivamente como masculinidade abriga um semblante, caracterizado por símbolos viris socialmente associados à figura masculina. A virilidade, portanto, seria considerada a forma mais elevada de masculinidade e se associa a um ideal de força física, de coragem, de vigor e de dominação social e sexual (Lima, 2024).

Tratam-se, por sua vez, de semblantes de virilidade que dizem de um conjunto de aspectos supostamente próprios do masculino, que têm como objetivo encobrir a falta e reforçar a crença na existência de uma superioridade atribuída à figura masculina. A masculinidade, nesse sentido, enuncia uma perspectiva universalizante do homem (Mesquita & Corrêa, 2021).

A partir disso, é importante destacar que os homens, inseridos no registro simbólico, são também marcados pela castração. Dito isso, Lacan (1968-1969/2008) afirma que o homem, o “sexo masculino”, é e sempre foi castrado, sem que haja qualquer garantia de apaziguamento para a angústia causada por essa condição.

O tensionamento que surge, então, é o de que os homens são castrados simbolicamente, mas, ao mesmo tempo, são convocados a funcionar discursivamente como se não fossem, por meio da expressão máxima da masculinidade, determinadas socialmente (Lima, 2024).

Nesse cenário, a virilidade se apresenta como um recurso frágil utilizado pelo sujeito para desconhecer a própria falta fálica. Ao mesmo tempo, essa posição em que o sujeito se coloca é geradora de angústia, já que a suposição imaginária de posse do falo é, a todo momento, ameaçada (Lima, 2024).

Considerando esse contexto, é possível compreender que o adolescente, ao se inserir no campo social, passa a buscar novas referências de identificação. Entre elas, destacam-se, para os meninos, os efeitos da masculinidade hegemônica.

Isso significa que há uma inscrição das masculinidades e sexualidades construídas por meio de relações sociais que se constituem através de espaços como, por exemplo, a escola e a internet (Santos & Dinis, 2013).

Nesse sentido, observa-se que, na atualidade, as mídias ocupam um lugar central no processo de construção identitária, uma vez que se tratam de espaços que promovem a socialização e a criação de identidades sociais (Santos & Dinis, 2013).

O fato de os adolescentes passarem uma parte considerável de seu tempo nas redes sociais, assim como na escola, faz com que esses espaços participem ativamente da produção e da propagação de processos de subjetivação dos sujeitos (Santos & Dinis, 2013). Desse modo, a internet oferece possibilidades significativas para os jovens. Lima (2009) considera que, para alguns deles, esse espaço virtual possibilita uma significação sobre a adolescência, podendo inclusive ser o lugar onde constroem sua ficção, seu romance familiar.

Articulado a isso, é preciso lembrar que uma das tarefas mais complexas da adolescência é se desvencilhar da figura de autoridade dos pais (Freud, 1905/1996). Diante disso, Lacadée (2012, p. 262) destaca a importância da fantasia, afirmando que “A atividade fantasmática toma como tarefa livrar-se dos pais, que de agora em diante são desdenhados, seja sob o modo de sonhos diurnos, de leituras, de escrituras de diários íntimos ou de jogos diversos”.

A fantasia, portanto, exerce um papel fundamental nesse período, pois pode dar contorno àquilo que é indizível, ou seja, à falha no saber que o jovem se confronta em relação ao sexo. De acordo com Cosenza (2015), a fantasia possibilita ao sujeito uma nomeação, aproximando-o da inexistência da relação sexual.

Desse modo, compreende-se que, na adolescência, o sujeito precisa reconstruir suas fantasias, já que as infantis falham. No entanto, conforme aponta Viola (2016), o acesso ao conhecimento passa a ser buscado nas redes sociais de modo descontrolado e sem limites.

Assim, a quantidade de informações disponíveis altera a relação do adolescente com o saber, visto que os marcos simbólicos que anteriormente auxiliavam o sujeito a lidar com o não saber sobre o sexo estão cada vez mais transitórios e voláteis.

Considerando que nas redes sociais há uma sobreposição das imagens e dos discursos sobre masculinidade e sexualidade. Há, nesses espaços, uma tentativa de se fazer visível ao Outro, o que pode ser visto a partir da transparência e da visibilidade, não admitindo um espaço secreto ou inacessível.

Desse modo, o mundo privado é convocado a revelar-se (Han, 2013).

A partir disso, as tecnologias colocam seu preço na cultura, o que repercute em novas coordenadas sobre as visibilidades que se constituem no âmbito público e privado. Desse modo, as plataformas digitais, constituem-se como uma rede escópica, associada à paixão pela imagem e por tudo aquilo que se vê, principalmente com os adolescentes (Gomes et al., 2021).

Nesse sentido, redes sociais como o *Instagram* convocam os sujeitos a uma posição subjetiva e particular frente ao Outro. Dessa forma, pode-se notar que existe uma disputa pelas visualizações e *likes*, que regem os laços e se organizam através da imagem, da exibição e do olhar (Gomes et al., 2021).

Nas redes sociais, entretanto, não é propriamente a função do olhar que sustenta o seu funcionamento, ou que atrai os adolescentes. O olhar, ao contrário, introduz um incômodo, um embaraço que perturba a imagem e desestabiliza a função da visão. A visão, nesse cenário, opera como um recurso que afasta o olhar da cena, preservando uma aparência ostentatória e fálica (Gomes et al., 2021).

Portanto, é preciso considerar que a sobreposição das imagens no meio virtual pode fazer com que o sujeito não precise lidar com o não saber sobre a partilha do sexo. Além disso, nesse espaço virtual os adolescentes se veem diante das múltiplas exigências de performance e, em meio à fragilidade dos referenciais simbólicos, o sujeito pode lançar mão de identificações imaginárias, reforçadas pelo semblante de virilidade, como forma de tamponar a falta.

Assim, há uma tentativa de fazer existir a relação sexual, a partir de representações imaginárias na relação dos adolescentes com os meios virtuais, o que fortalece a fantasia da onipotência de um corpo sem furos (Consenza, 2024).

Diante dessas articulações, a adolescência se constitui como um período atravessado por impasses subjetivos que se intensificam na contemporaneidade diante da presença massiva das redes sociais. Os discursos hegemônicos de masculinidade, e lógica da visibilidade e das performances digitais, possuem efeitos subjetivos significativos diante da tentativa de se afirmar perante ao Outro, por meio da imagem, da ostentação de virilidade que são demonstrados como tentativa de tamponar a falta constitutiva.

Entre o semblante e o vazio: masculinidade, adolescência e redes sociais em “Adolescência” (2025)

O objetivo aqui é discutir de que forma a masculinidade é exposta na minissérie britânica "Adolescência" (2025), que se encontra em evidência por trazer diversos provocamentos pertinentes à contemporaneidade.

A narrativa, retratada em quatro episódios, acontece em torno de um homicídio: Jamie Miller, um garoto de 13 anos, é detido e investigado por ser o assassino de Katie Leonard, uma garota que estudava na mesma escola.

É importante pontuar que a história é apresentada de forma ininterrupta, ou seja, não há cortes de cena em um mesmo episódio. Os acontecimentos ocorrem de maneira contínua, sem que haja cortes, exceto os intervalos entre os episódios em si.

Apesar de a narrativa ocorrer em torno de possíveis explicações ou tentativas de entendimento sobre o porquê de ter sido cometido o crime. Não há intenção desse artigo em desvendar tais motivações, mas sim, discutir possíveis momentos em que a masculinidade hegemônica aparece e de forma isso se relaciona com o período da adolescência e as influências das redes sociais neste processo.

É possível que, nesse declínio dos ideais representados pelos pais, a internet apareça como uma alternativa: os adolescentes a utilizam para tentar dar sentido ao real da adolescência e as redes sociais são o meio utilizado para o encontro com o Outro.

Para o público jovem masculino, a manosphere (machosfera) se apresenta como uma dessas opções: “grupos e subgrupos masculinistas guiados por ideais ultraconservadores e discursos que favorecem a manutenção da hegemonia masculina hetero-cis-nomativa atuante na sociedade” (Santos & Rezende, 2025, p. 95).

Em referência a alguns desses grupos que podem ser considerados da machosfera, aparecem na série a menção aos redpills e incels. A referência inicial utilizada para denominar a ideologia redpill surge a partir do filme Matrix e da metáfora de duas pílulas, uma azul e uma vermelha.

Na ideologia, fora do contexto do filme, cada uma tem um significado: homens que escolhem a pílula azul são aqueles que escolhem ignorar a “verdade sobre as mulheres” e os homens que decidem “tomar” a pílula vermelha seriam aqueles elucidados. Para eles, a verdade seria algo relacionado às mulheres serem privilegiadas na sociedade, mas se trata de uma ideologia machista que tem opiniões ofensivas sobre o público feminino (Carvalho, 2023, p. 34).

Seguindo essa lógica, há também a comunidade incel (celibatários involuntários), que também compartilham das ideias misóginas difundidas dentro dessa machosfera. No entanto, é possível observar que na minissérie o termo aparece de maneira pejorativa por aqueles fora da comunidade. Há comentários de Katie nas fotos de Jamie com emojis que, segundo um aluno, significa que ela o estaria chamando de incel, como alguém que seria eternamente virgem.

Carvalho (2023, p. 28) afirma que a internet evidencia esses grupos ao facilitar o compartilhamento de discurso de ódio através das redes sociais e a machosfera possibilita um espaço comum para aqueles que desejam se sentir conectados por esses ideais: ódio e preconceito se tornam uma espécie de “cola forte” para reunir e unificar pessoas de diferentes lugares do mundo que possuem os mesmos ódios e preconceitos.

Além do espaço que esses grupos ganham através da internet, eles parecem ocupar um lugar na vida dos adolescentes masculinos que tentam impedir a evidência da falta no sujeito, como se a castração não existisse. Segundo Ramírez (2017, p. 88), o mundo virtual oferece esse espaço para tamponar a falta pois está em “consonância com as fantasias do sujeito”, em contraste com o mundo real, onde há “frustração, privação e castração”. Assim como discutido no tópico anterior, tal tentativa é falha, já que não há garantia de apaziguamento da angústia de castração, nem mesmo através do semblante da masculinidade.

É possível perceber, em algumas cenas iniciais da minissérie, quando são exibidas fotos do perfil de Jamie em sua rede social, que há uma tentativa de construir um semblante de virilidade, representado, por exemplo, por imagens que evocam a objetificação feminina, um símbolo recorrente dessa masculinidade idealizada. No entanto, essa tentativa revela-se falha, como se nota através dos comentários feitos por Katie.

Ainda que esses comentários não existissem, nenhuma tentativa seria suficiente para alcançar uma masculinidade plena, um semblante perfeito de virilidade: todos estão marcados pela castração, não apenas os homens.

Por fim, fica evidente que a minissérie “Adolescência” (2025) torna visíveis as tensões presentes na tentativa falha de sustentar, por parte dos adolescentes, um semblante viril. Essas tensões, por sua vez, revelam-se na utilização das redes sociais, que, além de serem um espaço em que as expressões de virilidade são potencializadas, tornam-se um terreno de identificação e pertencimento a grupos que perpetuam ideais de uma masculinidade, hegemônica, como os *redpills* e *incels*.

Entretanto, subjacente a esse funcionamento, está o mal-estar produzido pelo real da puberdade e pelos efeitos da castração simbólica. Diante da impossibilidade da relação sexual plena, entende-se que o desejo é marcado pela falta e, ao tentarem adquirir performaticamente um semblante ideal de masculinidade, os adolescentes mascaram o vazio estrutural que marca o sujeito desejante.

A série evidencia, nesse sentido, que a internet pode ser, também, palco de reprodução de um ideal hegemônico de masculinidade, em que os adolescentes homens se valem dos discursos virtuais para sustentar esse semblante.

Considerações finais

Neste trabalho, buscou-se compreender os atravessamentos subjetivos que marcam adolescência, especialmente em relação à construção de semblantes que marcam a masculinidade na contemporaneidade. Nesse sentido, partiu-se da compreensão de que a adolescência é um momento de ruptura com os referenciais primários de identificação, sobretudo os parentais, o que implica em um processo de desidealização e de elaboração da falta no Outro.

Nesse contexto, a puberdade é marcada pela impossibilidade da relação sexual plena e simétrica, o adolescente se vê na falência das fantasias infantis e do desamparo frente ao saber sobre o sexo. Esse vazio estrutural, está longe de ser preenchido. No entanto, para os adolescentes homens, há uma tentativa de tamponá-lo através das identificações imaginárias e semblantes de masculinidade, que representam os ideais de virilidade associados à força, ao domínio e à onipotência fálica.

Pode-se considerar que tais ideais são reforçados em espaços como a escola, as mídias, e sobretudo, as redes sociais, em que a presença do olhar escópico e a lógica da performance visual sustentam as exigências sociais de autoafirmação e adequação aos modelos normativos. É nesse cenário que o adolescente homem, diante das representações imaginárias, tenta fazer existir a relação sexual o que fortalece a fantasia de fazer um corpo sem furos.

Na minissérie “Adolescência” (2025), pôde-se observar os efeitos psíquicos diante da tentativa de sustentar uma masculinidade idealizada diante do real da puberdade. Evidencia-se que, ao tentar sustentar-se em semblantes viris, os adolescentes se aproximam de grupos como os *redpills* e *incels*, presentes na nova linguagem utilizada pelos adolescentes, que oferecem um discurso sedutor de pertencimento, mas que reforça uma lógica excludente e conservadora de masculinidade.

Em última instância, conclui-se que a adolescência é um tempo de impasses e reconstruções subjetivas, em que o sujeito é convocado a reinventar-se diante da perda dos ideais da infância e da exigência de se posicionar no campo social. Na contemporaneidade, esse processo é intensificado pelas dinâmicas virtuais, que oferecem armadilhas identificatórias para dar conta do real da puberdade, assim como dos efeitos da castração simbólica. Portanto, torna-se necessário reconhecer os efeitos psíquicos dessas construções sociais e culturais sobre os adolescentes, especialmente no que diz respeito aos efeitos produzidos pela masculinidade hegemônica.

Referências

Alberti, S. (2004). *O Adolescente e o Outro*. Zahar.

Barantini, P. (2025). *Adolescência*. [Filme]. Netflix.

Barbosa-Silva, L., Pereira, A. & Ribeiro, F. (2021). *Reflexões sobre os conceitos de adolescência e juventude: uma revisão integrativa*. *Revista Prática Docente*, 6(1), e026.

<https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/389/380>

Bertol, C. & Souza, M. (2010). Transgressões e Adolescência: Individualismo, Autonomia e Representações Identitárias. *Psicologia: ciência e profissão*, 40(4), 824-839.

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/FN6VZdnYxYbc8F4bnLjFXmn/abstract/?lang=pt#>

Bock, A. (2007). A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 11(1), 63-76. <https://www.scielo.br/j/pee/a/LJkJzRzQ5YgbmhcnkKzVq3x/>

Carvalho, M. (2023). *r/TheRedPill – Análise do discurso e ideologia de um dos maiores fóruns misóginos online*. [Dissertação de mestrado]. Universidade NOVA de Lisboa.

<https://run.unl.pt/handle/10362/168202?locale=en>

Connel, R. & Messerschmidt, J. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 241-282.

<https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC>

Consenza, D. (2015). A iniciação na adolescência: entre mito e estrutura. *Agente: Revista de Psicanálise*, 9(4), 1-3.

http://www.institutopsicanalisebahia.com.br/agente/download/009/003_agente09_domenico cosenza.pdf

Cosenza, D. (2024). *Clínica do excesso: derivas pulsionais e soluções sintomáticas na psicopatologia contemporânea*. (C. O. Demaria, Trad.). Scriptum.

Coutinho, L. & Madureira, B. (2021). Os cortes na adolescência e a busca por um lugar na cidade. *Educação & Realidade*, 46(1), e109167.

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/hnQ6XxnbgfBH5qdbBcd4nnz/>

A travessia adolescente e o papel desempenhado pela masculinidade hegemônica: Uma perspectiva psicanalítica

- Couto, L. & Chaves, W. (2009). O trauma sexual e a angústia de castração: percurso freudiano à luz das contribuições de Lacan. *Psicologia Clínica*, 21(1), 59-72.
<https://www.scielo.br/j/pc/a/k4KbcfpLNGdgwBXmFfDnqxh/abstract/?lang=pt>
- Derzi, C. (2016). A função da escrita de Nagiko no filme "O Livro de Cabeceira". *Cadernos de psicanálise*, 38(35), 99-111, dez. 2016.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141362952016000200006&lng=pt&nrm=iso 12
- Freud, S. (1996). O mal-estar na civilização (1929-1930). In: S. Freud. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. 21) Imago. (Trabalho original publicado em 1929-1930)
- Freud, S. (1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: S. Freud. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. 7, pp. 117-231) Imago. 1996, p. 117-231. (Trabalho original publicado em 1905)
- Gomes, A., Filho, R. & Teixeira, L. (2021). Nem ver, nem olhar: visualizar! sobre a exibição dos adolescentes nas redes sociais. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 24(1), 91-99.
<https://www.scielo.br/j/agora/a/vGnfQLMdCQck5HscGGb7wLg/abstract/?lang=pt>
- Gomes, R. (2008). *Sexualidade masculina, gênero e saúde*. Fiocruz.
- Han, B. (2013). *La sociedad de la transparencia*. Herder.
- Jucá, V. & Vorcaro, A. (2018). Adolescência em atos e adolescentes em ato na clínica psicanalítica. *Psicologia USP*, 29(2), 246-252.
<https://www.scielo.br/j/pusp/a/cNNscHfNMBYwPVZzD6t95rg/abstract/?lang=pt>
- Lacadée, P. (2012). A clínica da língua e do ato nos adolescentes. *Responsabilidades*, 1(2), 253-268.
<https://doceru.com/doc/n88n00sv>
- Lacan, J. (2005). *O seminário livro 10: A angústia*. Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1962-1963)

Lacan, J. (2008). *O seminário livro 16: De um Outro ao outro*. Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1968-1969)

Lameira, V., Costa, M. & Rodrigues, Simone. (2017). Fundamentos metodológicos da pesquisa teórica em psicanálise. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, 17(1), 68-78.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692017000100007&lng=pt&nrm=iso

Lima, N. (2009). *A escrita virtual na adolescência: os blogs como um tratamento do real da puberdade, analisados a partir da função do romance*. [Tese de doutorado]. Universidade Federal de Minas Gerais. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-84XNCM>

Lima, V. (2024). *Homens em análise: travessias da virilidade*. Blucher.

Marcos, C. & Sales, E. (2017). Os nomes do pai e a generalização da castração. *Ágora*, 20(2), 575-590. <https://www.scielo.br/j/agora/a/K6zqPWZSrHcG64vp8HRgQB/?format=pdf&lang=pt>

Mesquita, Y. & Corrêa, H. (2021). A “masculinidade tóxica” em questão: uma perspectiva psicanalítica. *Revista Subjetividades*, 21, 1-13.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692021000100006&lng=pt&nrm=iso

Moraes, B. & Weinmann, A. (2020). Notas sobre a história da adolescência. *Estilos da Clínica*, 25(2), 280-296. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282020000200008

Ozella, S. & Aguiar, W. (2008). Desmistificando a concepção de adolescência. *Cadernos de Pesquisa*, 38(133), 97-125.
<https://www.scielo.br/j/cp/a/vNqg6DJKX7zBLbvf57dwpJR/?format=pdf&lang=pt>

Ramírez, M. (2017). Adolescentes e redes sociais virtuais. In: Lima, N., Stengel, M., Nobre, M. & Dias, V. (Orgs.). *Juventude e cultura digital: diálogos interdisciplinares*. (pp. 79-98). Artesã. 2017, p. 79-98.

Ribeiro, C. & Guerra, A. (2020). Adolescência, atos e o risco de suicídio. *Psicologia USP*, 31, e190108. <https://www.scielo.br/j/psup/a/RQ4Qhh4HFznJRYpGZC7VZ9q/?lang=pt#>

A travessia adolescente e o papel desempenhado pela masculinidade hegemônica: Uma perspectiva psicanalítica

- Santos, E. & Sadala, M. (2013). Alteridade e Adolescência: uma contribuição da psicanálise para a educação. *Educação & Realidade*, 38(2), 555-568.
<https://www.scielo.br/j/edreal/a/Tnn5FRkNGj7znJ5tH3bmTWM/>
- Santos, N. & Rezende, D. (2025). Narcisismo e a construção das masculinidades: possíveis correlações refletidas na manosphere. In: Melo, A., Araújo, R. & Moraes, L. *Pesquisas e conhecimento em psicologia: uma interface de temáticas* (pp. 94-114). Opera. 2025, p. 94-114.
- Santos, W. & Dinis, N. (2013). Adolescência heteronormativa masculina: entre a construção “obrigatória” e desconstrução necessária. *OP SIS*, 13(2), 129-149.
<https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/Opsis/article/view/23273>
- Tavares, A. & Alberti, S. (2016). Adolescência e psicanálise: sobre a importância de acolher o recém-chegado. *Psicanálise & Barroco em Revista*, 14(2), 13-24. <https://seer.unirio.br/psicanalise-barroco/article/view/7292/6421>
- Tavares, L. & Hashimoto, F. (2013). A pesquisa teórica em psicanálise: das suas condições e possibilidades. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6(2), 166-178.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198382202013000200002&lng=pt&nrm=iso
- Viola, D. (2016). *O momento-limite conceitual: um estudo sobre as implicações sociais e subjetivas do saber na passagem adolescente*. [Tese de doutorado]. Universidade Federal de Minas Gerais.
<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A9GLDZ>
- Viola, D. & Vercaro, A. (2013). Latência, adolescência e saber. *Estilos da Clínica*, 18(3), 461-476.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141571282013000300002&lng=pt&nrm=iso
- Viola, D. & Vercaro, A. (2015). O problema do saber na adolescência e o real da puberdade. *Psicologia USP*, 26(1), 62-70. <https://www.scielo.br/j/pusp/a/8qjQdsBdbWrmF4wTBqTVvvnv/>

Mulheres em análise: Ter sempre que mudar de papel, por alguém

Candice Mariana de Oliveira¹, Belo Horizonte

Resumo: O presente artigo traz o tema da saúde mental da mulher no pós-pandemia, com o objetivo de articular dados da psicologia clínica atual, as teorias de gênero e a psicanálise. Como método temos a revisão de pesquisas e a análise de fichas e prontuários de pacientes. Serão apresentados dados da saúde mental da mulher no pós-pandemia; o aumento da demanda e procura por psicoterapia; por fim, dados e informações apresentados por uma clínica de psicologia e dessas mulheres que estão em terapia e/ou em análise. Uma mulher fruto de conquistas e emancipações sociais, mas que se vê com inúmeras cobranças afetivas ligadas a uma desigualdade, que hoje é menos material, mas ainda simbólica e relevante.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Mental; Mulher; Pós-Pandemia; Psicanálise; Gênero.

Pós-pandemia e saúde mental da mulher

A pandemia da Covid-19 impactou diversos setores da saúde, em especial o campo da saúde mental. Relatórios de diferentes investigações revelaram o aumento de sintomas como estresse, angústia, ansiedade e depressão em grandes faixas da população. Um estudo realizado entre maio e junho de 2020 com homens e mulheres de várias regiões do Brasil mostrou que muitas pessoas apresentaram, durante a pandemia, além dos sintomas de depressão, ansiedade e estresse, maior consumo de drogas ilícitas, de cigarros, de medicamentos e de alimentos (Ferreira, 2021).

¹ Psicóloga Clínica/Psicanálise pela PUC Minas, Especialista em Saúde Mental e Trabalho pela PUC Minas. Clínica Canpsi – Psicologia e Saúde Mental – Av. Professor Mario Werneck, 882/805, Buritis BH/MG, CEP: 30 455 610, Tel.: 31 99168 0389, E-mail: canpsi@gmail.com
Artigo apresentado na disciplina “Teorias de Gênero” do Mestrado em Psicologia da PUC Minas

O estudo aponta também que as mais afetadas emocionalmente foram as mulheres, respondendo por 40,5% de sintomas de depressão, 34,9% de ansiedade e 37,3% de estresse.

A pesquisa ouviu três mil voluntários e foi realizada pelo Instituto de Psiquiatria (IPq) do Hospital das Clínicas (HC) da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP).

A literatura médica vem mostrando que são as mulheres as que têm maiores impactos pelas condições sociais em que vivem. “A pandemia só acirrou essa situação”, diz o professor Pádua Serafim, responsável pela pesquisa (Ferreira, 2021).

Elas cumprem dupla jornada, acompanham o desenvolvimento escolar dos filhos e, na pandemia, mais pessoas permaneceram em casa, além das preocupações relacionadas ao próprio vírus. Todas essas circunstâncias geram estresse e podem ser gatilhos detonadores de doenças mentais (Ferreira, 2021, p.1).

Já falando de pós-pandemia e saúde mental da mulher, uma pesquisa realizada pela ONG Think Olga, 2023 revelou que 45% das mulheres brasileiras sofrem com algum tipo de transtorno mental, incluindo ansiedade, estresse e depressão, no cenário pós-pandemia de Covid-19. O estudo intitulado “Esgotadas: o empobrecimento, sobrecarga de cuidado e o sofrimento psíquico das mulheres” analisou a saúde mental da população feminina no Brasil, destacando as complexas questões que impactam negativamente seu bem-estar.

A ansiedade, transtorno mais comum no Brasil, faz parte do dia a dia de 6 em cada 10 mulheres brasileiras, de acordo com a pesquisa inédita que realizamos com 1.078 mulheres, de 18 a 65 anos, em todos os estados do Brasil. Também são sintomas experimentados por elas cotidianamente: estresse, irritabilidade, baixa autoestima, sonolência, insônia e tristeza. (Think Olga, 2023, p.4)

Para os autores não é possível analisar sobre a saúde mental dessa parcela da população considerando apenas fatores biológicos, como metabolismo, ciclos reprodutivos e hormônios. É fundamental incluir a perspectiva de gênero, bem como suas interseccionalidades com raça, classe e outras diferenças, refletindo sobre como esses fatores influenciam as relações sociais e as condições de saúde mental. Os transtornos e o sofrimento vivenciados pelas mulheres podem, assim, gerar maior exposição à violência, sobrecarga e vulnerabilidade.

Além disso, a pesquisa aponta que o esgotamento emocional das mulheres antecede a pandemia, sendo potencializado por diversos fatores sociais, profissionais e financeiros, que retroalimentam o sofrimento mental.

As mulheres chegaram esgotadas em 2020, atravessaram uma das piores crises do século e, mesmo com seu fim, continuam esgotadas em 2023. A situação financeira apertada, as dívidas, a remuneração baixa e a sobrecarga de trabalho estão entre os fatores que mais impõem sofrimento e impactam a saúde mental das mulheres. (Think Olga, 2023, p.4)

A sobrecarga é uma das principais razões, senão a maior, do adoecimento das mulheres e da busca por ajuda e por cuidado em termos de saúde mental. Além do perfil de mulher multitarefa que concilia trabalhos domésticos e vida profissional, a pesquisa “Estudo exploratório sobre o impacto psicológico da Covid-19 na população brasileira em geral”, já mencionada acima, trouxe um achado interessante que revela outra face da questão de gênero.

O sofrimento psíquico também atingiu quem morava sozinha e não tinha filhos. Os níveis mais elevados de estresse, depressão e ansiedade foram relatados por mulheres nestas condições, situação que, segundo o estudo, provavelmente estivesse associada a outras variáveis como o desemprego ou o receio de perder o emprego (Ferreira, 2021). O medo de ficarem desempregadas, serem substituídas, trocadas, abandonadas. Como se ressoasse uma pergunta geral: e agora, por quem seremos cuidadas?

O que nos conta a prática clínica atual

O aumento desses sintomas, sofrimento mental e transtornos, aliados a uma insegurança social e afetiva generalizada fez com que as pessoas recorressem a ajuda de profissionais de saúde mental, como os psicólogos.

Segundo o Google Trends, na semana de 29 de março a 4 de abril de 2020, início da quarentena em grande parte do Brasil, a busca por atendimento psicológico chegou a 88%. A pesquisa por esse serviço on-line foi de 41%, enquanto em 2019, na semana de maior popularidade, era de apenas 11%.

De acordo com uma pesquisa realizada pela Doctoralia em 2022, plataforma internacional de agendamento de consultas online, o agendamento de consultas com psicólogos e psiquiatras aumentou cerca de 155% entre 2020 e 2022. Nesse mesmo período, mais de 165 mil consultas por vídeo já foram agendadas, dessas, 80 mil foram para cuidar da saúde mental.

Vemos que a Psicoterapia, ou terapia como comumente é chamada tornou-se mais popular e acessível, influenciada não apenas pela pandemia, mas também pelo crescimento da terapia online e do acesso à internet.

Ainda segundo o Google Trends, a busca por terapia continua crescendo, alcançando seu pico em maio de 2024.

Seguindo a tendência do mundo digital e do atendimento online, uma outra pesquisa do Portal Doctoralia apresenta dados e aspectos do “perfil do paciente digital”. O termo “paciente digital” se refere às pessoas que hoje fazem uso de serviços de saúde e, ao mesmo tempo, estão inseridas em um contexto de alta conexão com a internet e uso de dispositivos tecnológicos (Doctoralia, 2023).

A pesquisa aponta que no quesito gênero as mulheres representam 64% desses pacientes que buscam serviços de saúde pela internet, inclusive serviços de saúde mental. São mulheres profissionalmente ativas, ou seja, tem condições de pagar pelas consultas, mas também são gestoras da saúde da casa, agendam consultas para si, marido e filhos, e até para os pais, conforme aponta a pesquisa.

Também são essas mulheres que buscam atendimento psicológico e chegam até às clínicas de psicologia. Clínicas e consultórios que viram seus atendimentos aumentarem consideravelmente nos períodos de pandemia e pós-pandemia. Acesso também facilitado pelos meios tecnológicos e digitais.

Aqui falaremos da psicologia clínica tendo por referência a Psicoterapia Psicodinâmica ou Psicanalítica. O termo “psicodinâmica” é empregado geralmente como uma forma de compreensão dos fenômenos mentais que tem sua origem nos conhecimentos psicanalíticos. Trabalha os conteúdos psíquicos do sujeito (conscientes, pré-conscientes e inconscientes) de forma dinâmica.

Dentro das psicoterapias psicodinâmicas existe um extenso grupo de técnicas e recursos psicoterápicos, observando-se um amplo espectro que vai desde o apoio/orientação até as terapias mais profundas, voltadas para o insight, as quais pressupõem elaboração e mesmo uma resignificação da personalidade, como a Análise (Osório, 2017). E por vezes citaremos o termo Terapia, mais comum e usual, mas entende-se como Psicoterapia.

O Opinion Box e Histórias de Ter.a.pia realizaram uma pesquisa sobre os aspectos fundamentais da saúde mental. Trouxeram um panorama geral sobre o tema, e mais de 2 mil pessoas foram entrevistadas. Entre as pessoas entrevistadas, 2 em cada 10 dizem fazer terapia atualmente. Quando olhamos as características de quem faz terapia, vemos que o acompanhamento é mais frequente para mulheres, pessoas de 16 a 29 anos e de classes AB. (Opinion Box e Histórias de Ter.a.pia, 2023).

Todas essas informações e dados apresentados até aqui coincidem, em sua maior parte, com as informações e dados observados nas fichas de cadastro e prontuários da Clínica de Psicologia e Saúde Mental que será apresentado na sequência. Uma clínica de psicologia particular, localizada na cidade de Belo Horizonte, com consultório físico e virtual, com foco em psicoterapia psicodinâmica/psicanalítica individual, para adultos.

Ao todo foram analisadas 116 fichas de cadastro, no período de 20/03/2020 a 01/05/2024, período que corresponde a pandemia e pós-pandemia. São fichas preenchidas em formulário digital, preservando na íntegra as informações e os dados foram analisados descartando a identificação dos pacientes.

Desse total, os que responderam como sexo feminino representam 63%, o que coincide com as pesquisas relatadas acima. Outro fator de destaque é que o público que mais faz psicoterapia são mulheres e jovens, outro dado que faz total correspondência com os números apresentados na clínica. Mais de 60% das pacientes têm idade de até 30 anos e mais de 80% têm menos de 40 anos. Em sua maioria são solteiras (54%) e não tem filhos (79%).

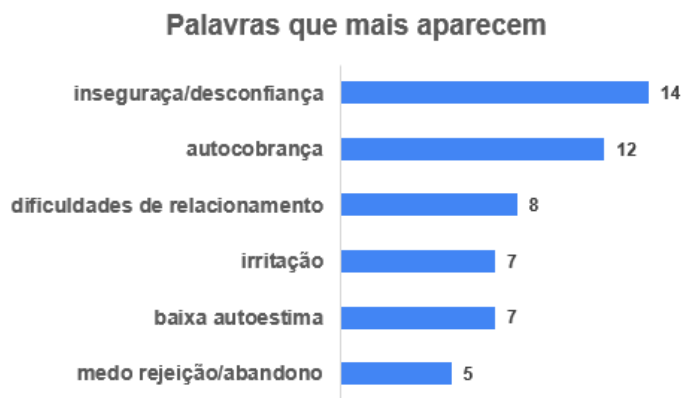
São mulheres com alta escolaridade e boas posições profissionais: 64% possuem ensino superior completo, dessas 13% com pós-graduação. Quando consideramos a escolaridade a partir do ensino superior em curso, esse número ultrapassa 80%. Falando das áreas de curso superior temos em destaque as Engenharias 20%, Direito 13%, Administração e Ciências Contábeis com 8% cada.

Das que possuem a partir do curso superior completo vemos que mais da metade (60%) possuem alguma posição estratégica ou de liderança nas suas atuações profissionais atuais: 17% Coordenadoras, 15% Analistas, 12% Gerentes e 12% Engenheiras.

Como a maioria das pesquisas aponta, a ansiedade, o estresse e a depressão aparecem como os principais sintomas e sofrimentos relatados pelas pessoas quando se fala em saúde mental hoje. O que também aparece nas repostas das mulheres, tanto como os principais sintomas e sofrimentos, como os principais motivos pela busca de psicoterapia. No caso da clínica em estudo, ansiedade e estresse juntos, representam 42% dos motivos pela busca de atendimento, 21% cada.

O que chama atenção é que o principal motivo relatado pelas pacientes nas fichas de cadastro são os problemas afetivos, com 23%. Os problemas profissionais, 17%, aparecem em maior número comparado à humor depressivo, 12%. Nos problemas afetivos estão inclusos término de relacionamento, problemas de relacionamento com cônjuges, familiares e interpessoais em geral.

Quando detalham um pouco mais de seus sintomas e sentimentos, além da ansiedade e estresse, surgem palavras que se repetem com alguma frequência: insegurança/desconfiança, autocobrança e dificuldade em se relacionar.



Seguem outros termos que remetem a sintomas físicos e psicossomáticos ligados ao estresse, ansiedade e esgotamento emocional: sono ruim, alterações de humor, angústia, fazer muitas coisas ao mesmo tempo, impulsividade, choro constante, culpa, cansaço, baixa energia e disposição, estado de alerta e vigília constante, alterações hormonais, nervosa, sem motivação, concentração e foco, vontade largar tudo, dores no corpo, psoríase, sobrecarga de trabalho, batimento cardíaco alterado, não consegue descansar, gastrite nervosa, bruxismo, excesso de cerveja e cigarro, agressividade, tensão, torcicolo, se alimentando mal, isolamento, problemas com o peso, sempre online, desespero quando não recebe mensagem na hora, dor no estômago, aperto no peito, enxaqueca, burnout, preocupação com o Instagram, esgotamento.

A frase abaixo, coletada do material analisado, ilustra bem essa mulher multifacetada e esgotada da atualidade:

“Ter sempre que mudar de papel, por alguém”.

Vemos que o sofrimento psíquico também atingiu mulheres jovens, financeiramente independentes, muitas vezes solteiras, sem filhos e morando sozinhas. No entanto os sentimentos parecem os mesmos de mulheres com outro perfil social e até de mulheres anteriores às conquistas do feminismo. Insegurança, desconfiança, autocobrança, dificuldades em se relacionar, baixa autoestima e medo da rejeição e do abandono são recorrentes.

Surge, então, uma importante questão: por que essas mulheres em terapia, fruto de conquistas e emancipações profissionais e sociais, ainda se veem em posições de tanto sofrimento mental, emocional e afetivo? Estariam essas experiências ligadas a uma desigualdade que hoje é menos material, mas ainda simbólica?

Das teorias de gênero à psicanálise

Para discutirmos essa questão vale resgatar teorias atemporais como as de gênero, e do feminismo. A obra “O livro negro da condição das mulheres”, organizada por Ockrent e Treiner (2011), originalmente publicado na França em 2006, apresenta uma visão geral das condições de desigualdade, de discriminação e violência a que são submetidas as mulheres no mundo contemporâneo. A obra se divide em cinco partes - Segurança, Integridade, Liberdade, Dignidade e Igualdade - que podem ser compreendidas como condições básicas a que todos têm direito (Ockrent, 2011).

Assim como verificamos nas pesquisas e dados, a obra também aponta que houve um considerável avanço na condição das mulheres no decorrer do último século. Alguns direitos civis e humanos, em direção à equidade de gênero, foram conquistados pelas mulheres, em especial no ocidente. Entre eles o direito de voto, decisão sobre os seus corpos, sobre as práticas contraceptivas; o acesso a níveis mais elevados de escolarização e postos de trabalho; a manifestar-se e influir nos campos da política e da economia (Ockrent, 2011).

Mas, ainda assim, as mulheres são alvo de violência no real, evidenciada pelo elevado número de violência doméstica e no feminicídio. E de uma violência simbólica, evidenciada pelo sofrimento mental e sentimentos de cobranças e exigências tão assimétricas, observadas nas respostas das mulheres em terapia. E mesmo as que alcançaram esses avanços parecem carregar um peso muito alto para sustentá-los.

Lembrando que os estudos de gênero tiveram sua origem nos movimentos sociais feministas e de “libertação das mulheres”. Esses movimentos tiveram início mundialmente no começo do século XX e, no Brasil, nos anos 60, sendo que muitas das lutas permanecem extremamente pertinentes na atualidade.

Quando Simone de Beauvoir, em 1949, em “O segundo sexo”, disse que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, expressou a ideia básica do feminismo: a desnaturalização do ser mulher. O feminismo fundou-se na tensão de uma identidade sexual compartilhada (nós mulheres), evidenciada na anatomia, mas recortada pela diversidade de mundos sociais e culturais nos quais a mulher se torna mulher, diversidade essa que, depois, se formulou como identidade de gênero, inscrita na cultura. (Sarti, 2004, p. 35).

Nos países ocidentais, a história do feminismo é geralmente apresentada como uma história de “ondas”.

A chamada primeira onda, ocorrida aproximadamente entre 1900 e 1920, surgiu a partir de acontecimentos históricos como a Revolução Industrial, e suas reivindicações incluíam igualdade entre homens e mulheres, especialmente no direito ao voto e na participação política.

A segunda onda abrangeu de 1960 a 1980, com reivindicações em espaços educacionais e cargos, também questionando padrões de beleza e sexualidade, um respeito às diferenças.

A terceira onda durou aproximadamente de 1990 a 2010 enfatiza questões da diversidade e singularidade, conceito de apoio a outra mulher e empatia. Finalmente, uma quarta onda, que começou em meados de 2010 e continua agora, com o enfrentamento das interseccionalidades. O importante é compreender que se trata de ondas e não de fases lineares: elas não se sucedem cronologicamente, mas se sobrepõem e se atravessam, como ondas no mar.

Esse conceito nos ajuda a compreender mulheres que, apesar de conquistas políticas e profissionais, ainda enfrentam desrespeito em relação às suas diferenças, diversidade e interseccionalidade.

As demandas das mulheres em terapia, também se alternam e se atravessam como ondas, indo do desejo de independência e liberdade ao de ser cuidada e protegida.

Não se nasce mulher, torna-se mulher: a identidade feminina é socialmente construída por meio de símbolos, representatividade e papéis sociais. Parece sempre uma constante construção, representação e conquista. E aqui vale refletirmos sobre esses papéis atuais da mulher, contextualizando os fatores culturais que causam as relações de desigualdade de gênero e o sofrimento mental dessas mulheres. Nesse sentido, será importante pensar em como a cultura participa e configura certos traços, performances e afetos, socialmente valorizados, inibindo outros que, quando expressos, causam conflitos sociais para o sujeito. (Zanella, 2018).

“Gênero é uma performance, uma identidade instituída por uma repetição estilizada de atos’ (Butler, 1990, p. 297; Zanella, 2015).”

O estudo “Saúde mental, gênero e violência estrutural” de Zanella e Silva (2012) apresentou dados e contribuições importantes no quesito saúde mental e gênero. Foi realizada uma pesquisa de grande relevância durante quatro anos, com sujeitos de ambos os sexos de várias idades e classes sociais.

Dentre as mulheres, houve uma prevalência (77%) de falas marcadas por queixas relacionais (amorosas, familiares e outras). Também foram encontrados traços marcados por renúncia, recato, cuidado com os outros e cuidado com o corpo, no sentido da busca por um ideal estético. Frases populares atuais ilustram esse padrão: “boa, recata e do lar”.

Parafraseando com as mulheres em terapia de hoje, acrescenta-se mais algumas facetas: “inteligente, trabalhadora, boa, recatada e do lar”. Isso nos mostra como tais valores contribuem para o adoecimento mental.

Os trechos abaixo, extraídos dos prontuários das pacientes da clínica, também ilustram tantas exigências sentidas. Exigências que, muitas vezes, são opostas e controversas:

“Você foi muito passiva, precisa se posicionar mais; assim não vão te respeitar por ser mulher. – Você não está usando seu lado feminino, foi muito áspera”.

“Nossa, você ainda não se casou e tem filhos? – Como pretende se dedicar a sua carreira se pretende casar e ter filhos?”

“Não podemos te levar para almoçar com os demais gestores, se as esposas virem podem se incomodar de estarmos com uma mulher como você. – Aproveita sua aparência para transmitir melhor nosso recado.”

“Eu sou o provedor, você a cuidadora. – Como você não trabalha, não podemos gastar dinheiro com isso.”

“Nos encontros, o homem paga a conta. – Parei de sair com você, pois nunca pagava a conta.”

Um outro estudo, já no contexto da psicoterapia, “Dispositivos de subjetivação e sofrimento das mulheres: para uma escuta gendrada das emoções no campo da psicoterapia”, (Palma, Richwin, Zanello, 2020) também demonstra que dentre as formas de sofrimento repetidas, destaca-se a alta incidência da queixa amorosa e afetiva em pacientes mulheres.

Que aparece sob diversas faces: amores malsucedidos, não estar amando ninguém e, de forma mais significativa, não ser amada ou desejada. Sofrimento psíquico, ansiedade, sobrecarga, excessiva preocupação, culpa, entre outros, são aspectos que aparecem com recorrência no atendimento clínico a mulheres. Isso demonstra como as experiências afetivas são centrais em sua economia psíquica. (Palma, Richwin, Zanello, 2020, p.108).

“Gênero, além de ser performance orientada por scripts culturais (Butler, 1990), também é emocionalidade” (Zanello, 2020).

Freud afirma que as mulheres aprendem uma forma de amar narcísica, na qual ser objeto de amor do outro é algo fundamental. Em suas palavras: “Sua necessidade não se acha na direção de amar, mas de serem amadas [...]” (Freud, 1914/2006, p. 95).

Podemos fazer uma analogia com o ‘ser escolhida’, o que evidencia medos como aprovação, abandono, substituição e rejeição. Isto é, ser amada, para elas, é um fator identitário, e ser escolhida por um outro é sentido como legitimação de seu valor.

Além disso, Zanello (2018) ressalta que as mulheres são constituídas em torno de uma carência, em uma posição de falta-a ser e de preterimento de si, que somente seria sanada por meio de uma relação afetiva.

No contexto do ‘ser escolhida’, emerge o desejo de brilhar mais ou, paradoxalmente, de apagar o brilho alheio. A disputa, no fundo, não é pelo outro, mas pelo reconhecimento que provém de ser a escolhida. Segundo Palma (2020), esse reconhecimento medeia não só a relação com o outro, mas também a relação consigo mesmas, impactando diretamente a autoestima.

Isso ajuda a explicar por que mulheres independentes e emancipadas ainda enfrentam sofrimento mental: o ‘ser escolhida’ se manifesta em múltiplos cenários, papéis e performances.

São muitos “outros” para se sentir amada e escolhida!

Como uma desigualdade simbólica, internalizada e que tem cobrado um preço cada vez mais alto de sua economia psíquica. E a culpa da não realização das expectativas impostas às mulheres tem um peso e um impacto significativos na saúde mental. (Zanello, 2018).

Desvendar os jogos e relevos da economia psíquica e do investimento pulsional em suas especificidades de gênero faz-se assim fundamental na prática da psicoterapia. Nesse sentido, os estudos de gênero podem promover uma afinação na escuta clínica, possibilitando não apenas identificar certas experiências e emoções, mas acolhê-las, nomeá-las e desnaturalizá-las, instaurando uma possibilidade de elaboração e transformação subjetiva. (Palma, 2020, p.128).

A psicanálise, por essência, propõe uma afinação e aprofundamento na escuta clínica. Com a técnica intitulada “cura pela fala”, Freud (1914/2006) inaugura uma teoria que coloca as mulheres como sujeitos de si. Ao dar voz a essas mulheres no divã, constrói-se o método psicanalítico de tratamento, trazendo à tona a insatisfação afetiva e sexual como causa dos sofrimentos.

No artigo “O que as mulheres buscam na análise hoje?”, Marcia Infante Vieira (2024) aponta que é importante contextualizarmos que a Psicanálise emergiu num contexto social em que a moral decorrente de uma sociedade patriarcal, produzia papéis aparentemente bem definidos.

Cabia à mulher a esfera doméstica, ou seja, o cuidado com a casa e os filhos, o que era do domínio do privado. Aos homens cabia o que era do domínio público, o trabalho e, consequentemente, os proventos da família. Formavam o casal ‘Rainha do Lar e Provedor’. A subjetividade da Rainha do Lar era construída sob as bases do seu papel de mãe e esposa; e, para ser digna do amor de um homem, seu recato sexual era um fator determinante (Vieira, 2014, p.73)

A humanidade avançou e continua avançando.

A revolução industrial já havia lançado as mulheres nas fábricas, incluindo-as no domínio público. A ciência médica inventou os anticoncepcionais, o que deu à mulher o poder de escolha de conceber ou não, possibilitando-lhe a liberdade sexual. A inseminação artificial dispensou a presença do sujeito homem do ato da fecundação, bastando o espermatozoide. A revolução sexual lutou pela igualdade dos sexos. (Vieira, 2014, p.74)

A psicanálise entrou no social e a ‘fala’ dessas mulheres, ao longo dos anos, afetou a construção das relações e parcerias amorosas. Essa entrada da psicanálise no social em meados dos anos 1950/1960, teve um papel relevante na emancipação da mulher, que passou a questionar o autoritarismo do patriarcado. A igualdade de direitos entre os sexos foi uma bandeira importante de luta do feminismo. A conquista dessa igualdade gerou uma desestabilização entre os referenciais que definiam os papéis dos homens e das mulheres no casal e outras relações, o que veio configurando novas subjetividades e, consequentemente, plantando silenciosamente uma demanda de análise. (Vieira, 2014).

Nos tempos atuais, diferentemente das históricas de Freud (1914/2006), temos mulheres ‘bem-sucedidas’ sofrendo de solidão e esgotamento. Gerando para a clínica psicanalítica novas demandas e sintomas assim como um convite para reformulações e transformações para a teoria e método de tratamento.

O sujeito do inconsciente nunca está acabado em si mesmo, na medida em que sofre as vicissitudes do mundo externo. Seus sintomas são constantes conciliações entre o dentro e o fora e, portanto, denunciam os laços sociais. Dessa forma, escutar o dizer dos sintomas é escutar os impasses subjetivos dentro da história. Cabe ao analista comprometido com sua prática estar atento à subjetividade de sua época. (Vieira, 2014, p.74)

As mulheres parecem continuar buscando em análise o deslizamento da posição de que é o outro que porta o desejo. Das seduzidas históricas de Freud às solitárias e esgotadas contemporâneas, é a apropriação do próprio desejo que redireciona o percurso analítico. Enquanto as primeiras apropriaram-se do “sou eu que desejo”, as segundas, parecem se apropriar do “sou eu que não quero”, e do “se faz sentido pra mim”.

Reflexões finais

A psicoterapia psicanalítica é o lugar de acolhimento, elaboração e transformação de sujeitos. Ao observarmos as falas das emoções e sentimentos dessas mesmas pacientes mulheres no decorrer ou término da terapia, ouvimos histórias bem diferentes. Essas pacientes permanecem mais tempo em terapia, e, em muitos casos, entram em Análise. Afinal são muitas camadas de elaboração e ressignificação, como ondas que se atravessam.

Os trechos abaixo, extraídos das anotações das sessões dessas mulheres, a maioria com mais de três anos de tratamento, revelam um pouco dessa travessia:

“Já entendi que não dá para fazer tanta coisa ao mesmo tempo.”

“Hoje escolho priorizar minha vida pessoal e o meu descanso.”

“Vi que posso falar não, sem me justificar.”

“Estou satisfeita do jeito que fiz, não agradou a todos, mas sai me sentindo bem e sem dores.”

“Essa louça pode ficar para depois.”

“Tem momentos que o mais importante a fazer, é dar espaço e pausas. Hoje respeitamos bem mais nossos limites.”

“Depois que percebi que ele não era minha única chance, as coisas ficaram mais leves. Continuamos juntos, mas não faço as coisas pensando só nele.”

Então podemos identificar um ponto de conexão e intersecção entre a Psicoterapia Psicanalítica e as Teorias de Gênero: observar e compreender o ser humano como sujeitos que se formam nas relações. Intersecção como definição, e não conceito, é o cruzamento de duas linhas ou duas superfícies. Na Psicoterapia temos o recorte do sujeito mais voltado para suas relações afetivas e emocionais; nas Teorias de Gênero o recorte do sujeito mais voltado para suas relações sociais e culturais. Mas o ponto que liga essas duas linhas é o sujeito, com sua subjetividade e singularidade, que se forma e se transforma nas relações.

Referências

- Butler, J. (2012). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Coelho dos Santos, T. (2001). *Quem Precisa de Análise Hoje? O discurso analítico: novos sintomas e novos laços sociais*. São Paulo: Bertrand Brasil.
- Doctoralia Press, (2020). *Telemedicina ajuda a cuidar da saúde mental em meio à pandemia*.
<https://press.doctoralia.com.br/102339-telemedicina-ajuda-a-cuidar-dasaudentememio-a-pandemia>
- Doctoralia, (2023). *Perfil do Paciente Digital*.
https://442271.fs1.hubspotusercontentna1.net/hubfs/442271/br-ebook-paciente-digital.pdf?__hstc=139242156.3a5e38fab674e150159ca62cfdca0ed.1695730321025.1721910827303.1722080198224.359&__hssc=139242156.2.1722080198224&__hsfp=1312400497
- Ferreira, I. (2021). *Mulheres foram mais afetadas emocionalmente pela pandemia*.
<https://jornal.usp.br/ciencias/mulheres-foram-mais-afetadas-emocionalmente-pela-pandemia/>
- Freud, S. (2006, Original publicado em 1914). *Sobre o Narcisismo: uma introdução*”. Edição Standard Brasileira. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. XIV, pp. 77-108). Rio de Janeiro: Imago.
- López, M. L. (2020). *Crescem busca por terapia e número de projetos envolvendo o tema*, Jornal do Campus/USP. <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2020/07/crescem-busca-por-terapia-e-numero-de-projetos-envolvendo-o-tema/>
- Organização Panamericana de Saúde, (2022). *Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo*.
<https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em>
- Ockrent, C., & Treiner, S., (2011). *O livro negro da condição das mulheres*. Rio de Janeiro: DIFEL.
- Opinion Box e Histórias de Ter.a.pia, (2023). *Relatório Saúde mental e bem-estar*. <https://content.app-us1.com/JY8yY/2024/03/08/82751311-7424-417f-9d9e-758f149e059c.pdf>.

- Osório, F. L., Fonseca, A. I., Pavan-Candido, C. C., & Silva, U. C. A., (2017). *Psicoterapias: conceitos introdutórios para estudantes da área da saúde*. Medicina (Ribeirão Preto) [Internet]. 4º de fevereiro de 2017 [citado 27º de julho de 2024];50(supl.1):3-21. <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/127534>
- Palma, L., Richwin, I. F., & Zanello, V. (2021). *Dispositivos de subjetivação e sofrimento das mulheres: para uma escuta gendrada das emoções no campo da psicoterapia*. Caderno Espaço Feminino, 33(2), 107–130. <https://doi.org/10.14393/CEF-v33n2-2020-6>
- Sarti, C. A. (2004). *O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória*, Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 264. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000200003>
- Serafim, A. P., Durães, R. S.S., Rocca, C. C. A., Gonçalves, P. D., Saffi, F., Cappellozza, A., Paulino, M., Dumas-Diniz, R., Brissos, S., Brites, R., Alho L., & Lotufo-Neto, F. (2021). *Estudo exploratório sobre o impacto psicológico da COVID-19 na população brasileira em geral*. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0245868>
- Think Olga. (2022). *Esgotadas: o empobrecimento, sobrecarga de cuidado e o sofrimento psíquico das mulheres*. <https://lab.thinkolga.com/wp-content/uploads/2023/08/LAB-Think-Olga-Esgotadas.pdf>
- Vieira, M. I. (mai. a out. 2014). *O que as mulheres buscam na análise hoje?* Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana, Rio de Janeiro, 9(18), 72-84.
- Zanello, V. (2018) *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris.
- Zanello, V., & Silva, R. M. C. (2012). *Saúde mental, gênero e violência estrutural*. Revista Bioética, Brasília, v. 20, n. 2, p. 267-279. http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/745

Neoliberalismo e subjetividade: O individualismo que adocece e inventa curas

Ricardo Biz¹, São Paulo

Resumo: O autor aborda as modificações da subjetividade que vêm ocorrendo desde a chamada modernidade, enfocando como o individualismo tende a atribuir tudo a si (o sucesso e o fracasso), além de enfraquecer os laços sociais e catapultar problemáticas sociopolíticas para o plano individual. Apoiado em Marcuse (1973/2015), o autor mostra como vários fatores confluem para a dessublimação e para as economias pulsionais. O autor argumenta que o individualismo é o mesmo fio condutor que adocece o sujeito e que é evocado para oferecer formas de cura. Não só a psicologização e a medicalização são oferecidas como tratamento, mas a identidade do empreendedor também flamula como um modelo de felicidade, independência e liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo; Subjetividade; Psicologização; Empreendedorismo; Dessublimação.

Modernidade e pós-modernidade

O humanismo renascentista fez emergir o sujeito moderno: racional, autônomo (autônomo, autodeterminado e não heterônomo), agente e responsável deliberativo de seus atos. É nesse cenário que ocorre a “irrupção do indivíduo” (Renaut, 1998) clamante por liberdade e democracia, além de refratário às tradições do *Ancien Régime* (monarquias).

¹ Hilda Del Nero Bisquolo, 102 - Jardim Flórida, Jundiaí - SP, Sala 1011- CEP: 13208-703 - Telefone: (11) 99595-0191 E-mail: contato@psiquiatria.jundiai.com.br - Psiquiatra e membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP)

Um marco do nascimento do sujeito moderno costuma ser as concepções de Descarte, pois, no “penso, logo existo”, reúnem-se elementos que explicariam as alterações subjetivas nascentes: deslocamento dos referenciais de certeza da existência do meio exterior – cultura, tradição, Deus, religião – para o “interior”, ao pensamento. Ou seja, o sujeito se determina por suas próprias referências. Evidentemente, esse deslocamento traz repercussões ideológicas e políticas, já que os referenciais, não sendo dados pelo exterior, este passa a perder poder de influência.

Esse autorreferenciamento – narcísico, poderíamos dizer – não seria inócuo. Na verdade, trouxe as mais complexas repercussões nas mais amplas ramificações que compõem a subjetividade.

As transformações intensificaram inúmeras tensões entre o sujeito e o *corps socialis*, ou mesmo impasses no próprio sujeito.

Por exemplo, a intensificação do individualismo demanda que o sujeito ganhe mais e mais expressividade, impulsionando o sujeito a contar sua história, tomar o palco, exigir mais espaço e, conseqüentemente, mais direitos e liberdades. Ocorre que tais reivindicações, invariavelmente, chocar-se-ão com as demandas do sujeito ao lado, que também quer seu espaço e liberdades.

Nesse sentido, o “esvaziamento do espaço público” derivaria da “crise de Eros”, ou da “corrosão do caráter”. Outros ingredientes engrossaram a “sopa de letras” que tentam traduzir as transformações advindas da era moderna, como “cultura do narcisismo”, “sociedade do espetáculo”, “sociedade das especializações”, “modernidade líquida” etc.

Na busca por bordões que possam elucidar os enigmas da modernidade, até o livro de quase quinhentos anos de Étienne de La Boétie (1576/2022) voltou a circular nos debates sobre pós-modernidade, talvez mais pelo seu autoexplicativo título *Discurso da servidão voluntária* do que pelo conteúdo do livro, que não se refere, obviamente, a nenhuma questão da pós-modernidade, mas aborda, sim, a tendência de certos povos a se submeterem, por “costume” – sem a esperada revolta – a governantes: povos que nascem servos e são criados como tais.

É curioso que as discussões sobre a liberdade não são novas; no entanto, é inegável que, da modernidade para cá, o tema se tornou central, como se o sujeito requeresse mais liberdade, mas, paradoxalmente, se afogasse nela.

Os novos arranjos subjetivos pós-modernos carregam em si várias contradições, que são manifestadas nas novas formas de sofrimento psíquico. Este também se tornou mais individualista, bem como suas formas hegemônicas de abordagem e cura.

A narrativa auto-ontogênese leva o sujeito a atribuir somente para si os louros das conquistas, mas também o responsabiliza integralmente pelos seus fracassos, dificultando que estes possam ser partilhados. Conjectura-se, assim, um solo fértil um solo fértil para culpas, imputações extremas e, claro, o esgotamento do caldo social.

Podemos chamar de patologias sociais aquelas em que os sintomas e o sofrimento são veiculados coletivamente, bem como suas formas de tratamento.

É aqui que o ciclo se fecha, já que as formas de alívio buscadas para o sofrimento na atualidade também estão no âmbito individual. Busca-se um psicólogo ou um médico, e o que se põe em marcha, não raro, é a psicologização e a medicalização, inclusive com terapêuticas que surfam nas ondas da atualidade e que oferecem, inclusive, a gratificação pulsional (“terapias perverso-compatíveis”, na expressão de Dufour, 2013, p. 353)

Até poucas décadas atrás, se alguns assalariados enfrentassem pressões no trabalho e baixos salários, tentavam mitigar sua insatisfação recorrendo aos sindicatos, ou mesmo organizando, com seus pares, alguma greve ou alguma outra reação reivindicatória. As soluções buscavam alguma inserção no coletivo. Hoje, um trabalhador combalido procura individualmente um médico que pode lhe dar um diagnóstico de burnout, prescrever algum medicamento e encaminhá-lo para psicoterapia.

As teorias psicologizantes (em especial aquela adotada por muitos *coaches*) dobra a aposta no individualismo, promovendo uma espécie de renascimento pela via da positividade e da ultrarresponsabilização. Cria-se, portanto, o mito moderno do empreendedor, que alcança tudo por meio dos seus esforços próprios.

A concepção de empreendedorismo, hegemônica no imaginário coletivo atual, une ideais de potência, produtividade e riqueza. Essa autorrealização objetivada vem na esteira da satisfação individualista, que evidencia como se estabelecem pontes, na atualidade, entre um empreendedorismo pessoal-profissional e soluções no campo psíquico, tornando, num só golpe, o sujeito pleno e realizado no trabalho, mas também feliz, confiante, com relações interpessoais saudáveis e psicologicamente estável. No entanto, o que se observa é que a possibilidade de uma materialização desses ideais empreendedoristas mascara os modos de subjetivação por meios sublimatórios.

O trabalho e a família

As transformações a partir do século XVIII na indústria, no consumo, nas relações de trabalho e nas formas de produção impactaram sobremaneira a constituição da família.

O pai, que tinha uma ocupação mais caseira e artesanal, foi intimado para o trabalho fora de casa, nas linhas de produção das indústrias nascentes, deixando o cuidado dos filhos com a mãe ou com empregadas.

Entretanto, a estada materna em casa também não duraria muito. Os ganhos adquiridos pelos movimentos feministas – o voto, a liberdade sobre seu corpo, à sexualidade, a “libertação” pela pílula anticoncepcional, o direito de ocupar postos de trabalho anteriormente só ocupados por homens etc. – também desafixaram a mulher do lar.

A maternagem sofreu um processo de terceirização, inflando as responsabilidades da escola, que passou a não só transmitir conhecimentos curriculares, mas também a incorporar novas matérias de cunho moral, “preparatórias para vida”, na esteira de um discurso palatável e oportunista de complemento da socialização.

Obviamente, o mercado de escolas captou tais demandas e vem paramentando seu quadro com psicólogos para oferecer algum alento às ansiedades dos pais que não conseguiam exercer a contento o cuidado de seus filhos. A queda do patriarcado acelerou-se com a vacância da figura paterna dentro de casa.

Menos pai resulta em mais mãe ansiosa e insegura no trato com seus filhos, menos transmissão da tradição transgeracional e, consequentemente, perda de uma historicidade pessoal².

Passada a primeira fase pós-revolução Industrial, das Indústrias pesadas, a alienação do trabalho e a burocratização foram se intensificando à medida em que o senso de continuidade e a perspectiva de futuro foram se esvaindo. Assim o “culto do presente”, ensina-nos Lasch (1984/1979), funciona como uma moldura suspensa no tempo para enquadrar as selfies da cultura do narcisismo. Na verdade, o que se evidencia é a ruptura com a tradição, uma espécie de vanguardismo canibal que está em curso.

A figura do Pai, no sentido que estamos tomando aqui, define uma estrutura que verticaliza o laço social, ao passo que a dissolução do patriarcado facilita uma horizontalização das relações. Desta forma, os desníveis entre as classes tornaram-se menos nítidos. No campo do trabalho, houve uma miscigenação, outrora colocada nos seguintes termos: “o aburguesamento do proletariado ou proletarização da burguesia”.

² Hoje em dia, o *presente* — a venda de “experiências” gastronômicas, de viagens, shows etc. — é posto na vitrine para homens desmemoriados.

Independentemente das causas, a ilusão de que não existem classes distintas e, por conseguinte, que não existe exploração, serve a um conservadorismo, favorável aos mais fortes e mais ricos. Ao dissuadir a consciência de classe, as lutas por justiça social e mudanças perdem fôlego e legitimidade.

Além disso, nas últimas décadas, a luta entre classes foi camuflada pelo espetáculo (Debord, 1967/1997), em narrativas imagéticas, luminosas e até conflitantes, que acalentam o ímpeto da revolta.

Com a dissolução do patriarcado, emergiu um “matriarcado americano”³, incentivando o consumo que promete a instantânea satisfação pulsional. Na prática, é a comercialização dos vazios existenciais e outras sensações desagradáveis, que devem ser obliteradas com a aquisição de *gadgets*.

O sujeito, então, vê-se sem pai, como nos moldes antigos, que lhe proporcionava alguma segurança, ao vislumbrar um futuro a partir das tradições familiares.

Na verdade, há uma verdadeira ojeriza à tradição, um desrespeito pela autoridade e o gosto pelo novo. “Qualquer estudioso do século XVIII está fadado a observar que, perto do fim do século, as crenças de dois milênios estavam, se não destruídas, ao menos questionadas numa escala cada vez mais ampla; e que muitas estavam solapadas”. (Berlin, 2005, p279)

Nunca se desconheceu tanto a história e os autores clássicos, e nunca as tradições foram tão contestadas, num desejo de surgimento sempre de algo novo. A aposta é toda na inovação, que, com a conhecida “obsolescência programada”, pressupõe uma cadeia consumista que só valoriza o porvir.

Jogado no mercado de trabalho, com leis cada vez mais liberais⁴, que lhe dão menos direitos, garantias e perspectivas de aposentadoria, o sujeito se vê mais oprimido e inseguro. Segue-se a isso a corrosão de seus ganhos pelo aumento inflacionário, a perda de direitos de saúde⁵, a cobrança para obter sucesso e satisfação no emprego, tudo devidamente organizado numa fachada de felicidade nas redes sociais.

³ Dufour (2008) situa a origem de uma “perversão ordinária” (termo de Jean-Pierre Lebrun) na América, por lá se consubstanciar a sua caricatura, com destrutividade do vínculo social, da relação com o outro e com o meio ambiente) posto a serviço dos negócios. Dufour compara a idolatria do Mercado, que sustenta a ideologia do sonho americano do *self-made-man*, com a religião da Mãe, que oscila entre uma boa mãe (que garante o provimento) e uma mãe arcaica (fusionante e dominadora).

⁴ A chamada flexibilização das relações trabalhistas, apontadas por exemplo por Beck (2010/1986) e Sennett (2009/1998-99), acompanha a precarização das relações trabalhistas, cujos modelos atuais de pejetização e uberização são bons exemplos.

⁵ Como mostram Mendes & Carnut (2021), há uma paulatina retirada de financiamento do SUS, ano após ano, mesmo com a pandemia. No cenário privado, os convênios, cada vez mais, são de capital aberto, recebendo recursos de investidores. Assim, há-de se fazer cada vez mais com menos dinheiro, massacrando os profissionais da saúde, oferecendo serviços cada vez mais sem qualidade aos pacientes em prol da rentabilidade dos investidores.

O neoliberalismo

O marco da chamada pós-modernidade é o fim da Segunda Guerra mundial, quando vários pensadores começaram a notar que estava ocorrendo um certo empobrecimento subjetivo no ser humano.

Apesar das diferentes formas de abordagem, sejam eles filósofos, psicanalistas ou historiadores, tais pensadores, surpreendentemente, confluíam nos seus achados no que se refere às modificações na subjetividade. Todos descreveram, guardadas as diferenças de nomenclatura e conceitualizações, uma desidratação mental, um declínio das capacidades imaginativas e da intelectualização.

É como se estivesse em marcha uma mudança do espírito, com uma tendência à passividade, à submissão e à indisposição à rebeldia. E culmina que o sujeito hoje não quer saber de conflitos. Na verdade, sua luta é negar que existam rivalidades e impasses, desejando um aplainamento das desigualdades.

A figura do *Homo zappiens*⁶ – que troca de tela trinta vezes por minuto, alheio ao seu entorno, autômato, numa obediência cega aos algoritmos da big data – representa o inquilino de nossos tempos. É como se fosse uma marionete controlada por fios que lhe são invisíveis.

Dessa forma, o que habita a carcaça do homem contemporâneo são subjetividades frágeis, inconsistentes e moldáveis.

O curioso é que essa mesma vacuidade psíquica se tornou, ela própria, um espaço a ser ocupado por identidades prontas para vestir (*prêt-à-porter*).

O homem pós-moderno tem as mesmas características desde 1945? Ou o homem dos últimos 30 ou 40 anos já é muito diferente do sujeito pós-Segunda Guerra?

Parece, na verdade, que os aspectos (consumismo, imediatismo, individualismo) já em curso sofreram uma intensificação com a onda neoliberal a partir da década de 1980. Essa onda cresceu ainda mais, e hoje utilizamos o prefixo intensificador “ultraneoliberal”.

Em linhas gerais, o marco teórico do neoliberalismo que costuma ser adotado é a queda do Muro de Berlin, decretando a vitória do Capitalismo sobre o Socialismo, que se colocava como um contraponto ideológico. A partir de então, o capitalismo reina absoluto, sem adversários.

⁶ Termo surgido na década de 1990 para ilustrar a influência que a televisão exercia na atenção humana. A primeira referência que tivemos da expressão é Bulloch, A. et al (1998), seguido de René Blind, R. & Michael Pool, M. (2000). A partir dos anos 2000, o termo ganhou conotação mais digital, com as contribuições pioneiras de Dufour, D.- R. (2005/2003) e Veen, W & Vrakking, B. (2009/2006).

Outro marco histórico de início do neoliberalismo é o Consenso de Washington, que reuniu o FMI, o Banco Mundial e o Departamento de Tesouro dos EUA. Embora tal reunião não tivesse caráter deliberativo, influenciou muito na cartilha que as instituições com poder econômico pregavam aos países mais pobres. As diretrizes foram maior liberdade econômica, menos regulação, privatizações etc. O resultado todos conhecemos: endividamento dos países emergentes, perda de autonomia dos governos e concentração de renda.

Depois de 1989, sem restrições, o Capital navega livre na pólis. Neoliberalismo é mais que um regime econômico: é uma estrutura ideológica convincente e aprisionadora. É uma nova religião, que promete a salvação e não exige mais repressão das paixões como faziam as religiões antigas. Eis como a economia de mercado incide sobre a economia psíquica, simbólica e dos laços sociais.

A nova seleção natural

Há 100 anos, era comum uma pessoa iniciar numa empresa aos 18 anos de idade e se aposentar na mesma empresa, com menos de 50 anos, numa posição mais confortável, com algum plano de carreira, o que proporcionava certa previsibilidade na vida do sujeito, assim como na dos seus descendentes, que ocupariam e se identificariam com essas figuras “estáveis”.

O neurótico obsessivo era o protótipo do ser bem adaptado na era da indústria pesada dos primórdios do capitalismo, quando o curso da carreira delineava um projeto existencial e servia de alicerce para a construção da identidade do cidadão-trabalhador.

Desde a década de 1960, alguns pensadores começaram a descrever manifestações no comportamento humano que seriam consequências da crescente sociedade de consumo, impactada pelos meios de comunicação de massa e as modificações nas organizações do trabalho.

Em 1978, McDougall descreveu como “Normapata”⁷ aquele sujeito comandado pelo pensamento operatório, hiperadaptado à realidade exterior, com pouco contato com sua vida subjetiva, apresentando muita dificuldade de falar de sua intimidade (“analizando-robôs”) ou propriamente evitando a própria intimidade (“antianalisandos”). Ferraz descreve assim o normopata:

⁷ *Em defesa de uma certa anormalidade* (1978/1991) é um livro essencialmente clínico. A autora não faz hipóteses etiológicas sociopolíticas do normopata.

Empobrecimento ou, até mesmo, a supressão da vida fantasmática, seja pela via do sonho, seja pela via do fantasiar. Do mesmo modo, o mundo interno encontra-se desinvestido; o sujeito pouco ou nada se refere a ele, demonstra baixa capacidade de introspecção e seu discurso refere-se quase que exclusivamente a objetos concretos do mundo exterior... ocorre uma cisão entre a realidade interna e a realidade externa, a primeira sendo suprimida e a segunda sobre investida de modo compensatório. O sujeito perde o contato consigo mesmo, passando a funcionar à moda de um robô. (Ferraz, 2002, p. 48)

Em 1980, voltado a entender a psicopatologia do trabalho e as implicações no sujeito, Dejour constatou também a invasão da vida fantasmática do sujeito⁸: “Nós propomos a seguinte hipótese: a organização do trabalho e, em particular, sua caricatura no sistema taylorista e na produção por peças é capaz de neutralizar completamente a vida mental durante o trabalho.” (Dejour, 1980/1992).

A percepção destes diferentes autores, com distintas abordagens – ao estudar as transformações culturais, clínicas, trabalhistas ou do próprio período de descanso e lazer – converge para ele: o esvaziamento da vida fantasmática do sujeito.

Percorrem-se, portanto, trilhos que passam por estações de narcisismos, esvaziamento da vida fantasmática, individualismo, e, atualmente, o trem encontra-se num túnel que fomenta a perversão, dadas as inúmeras tendências de gratificação pulsional (“goze!”), a apologia à indiscriminação (“somos todos iguais”), o ódio às tradições, objetificação do outro como instrumento de satisfação e dificuldade de os pais se colocarem numa posição de exceção, segundo Lebrun (2008). Ora, se esse trem hipotético se encontra na estação da perversão, sabe-se que, do ponto de vista psicopatológico, essa é a última “barreira” antes da psicose.

Dufour (2013) e Lebrun (2008), por exemplo, defendem que as tendências atuais favorecem o aparecimento de funcionamentos perversos; ou seja, a defesa em que se fundamentam é a de negação. A posição do Pai, esvaziada, não conseguiria impor um limite à busca incessante de um gozo; a busca, na verdade, de um objeto perdido (das Ding).

E, sem esse limite, o sujeito acredita poder encontrar o que lhe falta num gozo desenfreado. O sujeito constituído no entorno da falta, castrado pela metáfora paterna, barrado para o gozo infinito, parece não ser mais a regra na atual conjuntura.

⁸ Se as imagens fantasísticas não são formadas dentro do paciente, há, no entanto, uma oferta incessante de imagens na pós-modernidade. Até as imagens que o sujeito tem de si mesmo são dadas para se confeccionar uma colcha de retalhos da psicologização, que põe o sujeito a acreditar em entidades metapsicológicas como outrora acreditava em monstros e super-heróis. Obviamente, tal racionalização pode fomentar a coisificação ou reificação.

Para nomear esse novo sujeito, sem enquadrá-lo nos perfis tradicionais (neurose, psicose e perversão), Melman (2003) recorreu à expressão “nova economia psíquica” (NEP), no intuito de apreender os fenômenos do comportamento contemporâneo.

Nesse sentido, a ideologia neoliberal contribui para a constituição de estruturas perversas? Ou o caldo em que as pessoas estão imersas não interferiria em nível estrutural, mas em manifestações sintomáticas? Então, seriam atitudes perversas perpetradas por neuróticos – que apaziguaram seus superegos para sentir menos culpa diante do gozo –, estando mais à vontade para gozar, quando o meio (ou o Outro) os estimula?

O que postula Melman (2003) é que não se trata de estruturas clássicas perversas ou eventualmente psicóticas (no sentido do sujeito não barrado, com recalque bem estabelecido pela metáfora paterna). Trata-se de reconhecer uma nova economia psíquica (NEP), diferente do que já foi postulado por teorias psicanalíticas prévias.

Um excerto clínico pode ilustrar essas novas tendências apontadas. Um paciente de pouco menos de 40 anos me procura devido a um “déficit de atenção” (autodiagnosticado). Na primeira consulta chega com mais de 30 minutos atrasado devido a um “imprevisto no trabalho”. Inicia uma descrição de sua vida operacionalmente.

Relata importante ganho de peso, insatisfação no trabalho – fazia uma função X, abandonou o emprego para empreender; não deu certo e agora retorna a um outro emprego com uma função Y – e conflitos conjugais, pois sua esposa queria ter filhos, e ele, não. O que mais chama a atenção é que não emerge durante a consulta a voz de um sujeito desejante, que parece soterrado por sintomas e demandas concretas.

Minha ação foi, sem chance de romper tais verdades de seu discurso, prescrever antidepressivo e estabilizador do humor.

Dias depois, a consulta “continua” por Whatsapp, pois quer trocar o antidepressivo por um estimulante chamado Venvanse (“vivanse”, escreve ele na mensagem): “Tomei o vivanse de um amigo meu por uns dias. Muito bom. Dá um ânimo. Produzo bem. Acordo feliz. Animado. Consegue mudar minha receita por favor?”.

Chamei-o para conversar pessoalmente devido às dúvidas que iam surgindo. Um dia antes da consulta, fez mais uma solicitação: “Pode ser metade do tempo?”.

As reivindicações se amontoaram e ele não veio nem na metade do tempo. Não pude nem sequer esboçar qualquer indício de posicionamento acerca do desejo desse sujeito.

Uma questão que Melman (2003) sustenta é a inexistência de um inconsciente estruturado pelo recalque tal qual conhecemos classicamente:

Lidaremos, de certo modo, com um inconsciente que não terá mais interlocutor. Não haverá mais nem vontade de se fazer reconhecer, nem enunciação a título do sujeito. Teremos um singular, um estranho retorno ao que era a situação pré-cartesiana de antes da aparição do “eu [je]” do cogito. Haverá vozes das profundezas, vozes diabólicas que o sujeito não reconhece como suas. (Melman, 2003, p. 124)

O sujeito operaria no Real e este o influenciaria diretamente, tal como os pacientes psicóticos descritos por Clèrambault (ilustre professor de Lacan). O sujeito estaria sob delírios de influência, descritos fenomenologicamente como automatismos mentais. Assim se assemelham às pessoas com fone de ouvido, falando sozinhas, sob efeito de propagandas selecionadas pela big data, hipnotizadas pelas telas, despregadas de uma tradição que proporcionava certa historicidade e certa referência para seus destinos. Funcionam agora como brinquedos de modas com demandas inventadas.

Voltando para a vinheta, o ato falho “vivanse” mostra um inconsciente, porém com uma atuação muito explícita, o que torna a abordagem analítica, que visa alguma sublimação, pouco crível por parte do paciente. É como se a linguagem tivesse o único objetivo de transmitir informações, tais como os manuais de instrução, e os lapsos, os erros de grafia e os chistes – que nos permitem entrever o sujeito por um instante – não significassem nada. O sujeito fica, portanto, eclipsado.

O sujeito da atualidade experimentaria uma percepção da própria inconsistência⁹, dada a dificuldade de se situar num lugar/espaco/função na vida pessoal ou profissional¹⁰. Sua existência está marcada por um movimento errático, browniano, sem a ancoragem de um recalque bem estruturado. Dessa forma, os pedidos “secos” do paciente por mais medicamentos e menos laço social (comigo, com ele mesmo, com a esposa e um possível filho) mostram a sua inconsistência. Ele situa, pois, no Real a sua falta, desidratando o Simbólico.

A consulta que continua via Whatsapp, evidencia o borramento de limites temporais ou espaciais de um sujeito diluído, etéreo, poroso, mas cheio de reivindicações.

⁹ Lebrun (2008) analisa como o discurso da igualdade entre os sexos, o desfalecimento hierárquico transgeracional e a recusa da subtração do gozo força o sujeito a ocupar uma posição de inconsistência (em relação a um alicerce de filiação e identificatório) e completude (em relação ao seu desejo). Assim, o sujeito hoje figura-se no “maior abandonado”, solto no mundo, órfão de um passado que o cancelava; angustiado, iludindo seus desejos com a sensorialidade. Sem pais para prestar contas e com o mundo a lhe oferecer benesses, o sujeito não tem mais dívidas com seus ancestrais. Na verdade, são os pais pós-modernos os devedores, que suplicam pelo amor de seus filhos.

¹⁰ A oscilação da vida profissional do paciente remete-nos às observações de Beck (2010) acerca da generalização de formas plurais e flexíveis de subemprego, bem como suas incertezas, riscos e precarização.

Chamar-se-iam de demandas se tais reivindicações fossem endereçadas para um Outro, formando assim algum tipo de laço social, mas não parece ser o caso, já que o outro serve unicamente para atendê-lo.

Outro aspecto ilustrado com essa vinheta é o fato de o analista ser solenemente destronado do lugar de sujeito do suposto saber. O paciente sabe seu diagnóstico, sabe como resolver seu problema, ele mesmo escolhe seus medicamentos; e o laço social que estabelece, se não é repellido, é um mero fio condutor em direção à sua satisfação.

Dessa maneira, a transferência¹¹ não se apresenta, e a atitude analítica fica praticamente impossibilitada. Portanto, seria possível uma análise sem transferência? Essa pergunta é realizada no livro *O homem sem gravidade* (2003), no contexto em que Melman ilustra suas reflexões com exemplos da sua clínica, trazendo pacientes com “uma transferência real demais” (p. 146) e para cujas demandas endereçadas ao analista eram esperadas realizações no plano concreto.

Subjetividade no neoliberalismo: Dessubjetivação

Se as conjunturas socioeconômicas até o fim da década de 1970 beneficiavam estruturas narcisistas, encorajavam-nas e até lhes reservavam um pódio, a progressão para tempos neoliberais agregou a facilitação a dinamismos perversos, com a objetificação das relações – não gostou, deleta! –, o enfraquecimento dos laços sociais e maior exploração da sensualidade, tudo às custas de um depauperamento subjetivo.

Na trilha da dessubjetivação, imagens estéticas perfeitas dão sustentação a identidades débeis, como propôs Debord (1997), mas não é apenas o desbunde imagético que orienta os sujeitos neoliberais. Há também a premência a quantificação, tendência a valorar tudo que existe (seres vivos ou inanimados) em moedas tangíveis e unificadas: número de seguidores, likes, views, compartilhamentos etc. A quantificação puramente numérica¹² exclui a multidimensionalidade.

¹¹ Sobre este tema ver Lacan (1985) *Livro 11 Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, especialmente o capítulo 18.

¹² A obsessão pela objetividade também se manifesta na linguagem, seja na preferência atual por siglas, abreviações, condensamentos entre sujeito e seu predicado, o uso de hífen que funde significados, consumo apenas de títulos de notícias, slogans comerciais e políticos, num imperativo acéfalo à ação. Invariavelmente, a pregnância simbólica e poética da palavra é atacada, restando o esqueleto seco de uma linguagem utilitarista radical de contratos e documentos que alimentam as máquinas burocráticas. A Palavra passa fome em tempos neoliberais. É maltratada, excluída e morta a sangue frio. O poder sedutor imediato das imagens solapou a palavra. O Instagram e o TikTok captaram bem essa tendência e lucram com isso.

Dessa forma, o homem unidimensional força o nivelamento de polos muitas vezes inconciliáveis, favorece o achatamento de extremos em prol da “Consciência Feliz” e do “conformismo”, tal como um repúdio à revolta, ou um clamor ao *status quo* (exploratório) neoliberal que, no fundo, promete a satisfação imediata, não mediada, atípica da sublimação. A pulsão torna-se mais sexual e menos erótica, mais genital e menos lírica.

Numa palavra: pornográfica. Além disso, os apelos consumistas e as tecnociências atuam limitando o escopo da sublimação e, conseqüentemente, desidratando as possibilidades de manifestação das subjetividades. “Realização é destruição”, é precisamente neste ponto que Marcuse (1973/2015, p.101) argumenta que a dessublimação aproxima complexos subjetivos distintos, unifica condutas e massifica.

A dessublimação institucionalizada parece, assim, ser um aspecto da “conquista da transcendência” conseguida pela sociedade unidimensional. Assim como essa sociedade tende a reduzir e até a absorver a oposição (a diferença qualitativa!) no âmbito da política e da cultura superior, também tende a fazê-lo na esfera instintiva. O resultado é a atrofia dos órgãos mentais, impedindo-os de perceber as contradições e alternativas e, na única dimensão restante da racionalidade tecnológica, prevalece a Consciência Feliz. (Marcuse, 1973, p. 88)

Para unir os polos contraditórios nessas gramáticas simplistas, usam-se, do ponto de vista psicanalítico, defesas do feitio da denegação: “eu sei, mas...”. Obviamente, o equilíbrio entre polaridades opostas, numa formação de compromisso, por assim dizer, manifesta-se num regime entrópico da economia libidinal.

Assim, o menor nível possível de energia entre as esferas conflitantes em prol de uma posição identitária frankensteiniana, fixada num gozo, complexo de ser entendido. Ao mesmo tempo, tal fixação oferece ao sujeito um pertencimento a um estereótipo, uma aceitação, além de uma chancela ao seu individualismo libidinal. Trata-se de um arranjo cimentado sobretudo pelo gozo fálico (identificatório).

Talvez o disfarce mais adaptado aos tempos atuais, que abarca a ambição individual (pulsional) e a posiciona como propulsora do desenvolvimento social, seja a ideologia que se convencionou chamar de “eu-empresa”. Aqui, o campo é vasto para o galope do individualismo. Lucro, sucesso, riqueza, marketing pessoal – do campo do empreendedorismo – são linkados despudoradamente ao campo da psicologização.

O ideal empreendedor consegue incorporar valores individualistas neoliberais como liberdade, autonomia, esperança de riqueza e fama.

O sujeito sobressair-se-ia do caldo social, pelos próprios esforços. Ouvi de um motorista de aplicativo que vivia na Argentina, fugido da autocracia de Nicolás Maduro da Venezuela, que “o funcionário trabalha para obter um salário, enquanto o empreendedor trabalha para fazer crescer seu negócio”. Definição precisa e atrativa vinda justamente de uma vítima da uberização, que resulta de um complexo jogo de poder político-econômico, pendendo a balança para a precarização e flexibilização do trabalho.

O empreendedorismo se alimenta do sonho de crescimento e destaque. Não apaga, pois, a chama de uma singularidade, mas a coloca em cenários ilusórios. Também lembramos do excerto clínico: o paciente, desconsolado com a vida, buscou empreender, tal como se muda de avatar num videogame.

Não deu certo, retornou a um outro emprego e agora pede a prescrição de estimulantes que lhe faça suplência a uma potência perdida. Sim, trata-se de um vazio identificatório, sobretudo porque o disfarce fálico já está esgarçado, e não se encontra outra indumentária possível. O empreendedorismo se oferece como um ideal identitário fálico, investido de potência, sobredeterminação, ativo e descolado da desgraça mundana. “Não existe sorte, existe esforço e competência”; ou “a sorte ocorre quando a preparação encontra a oportunidade”.

O Destino perde sua força diante de um sujeito agente (agency) e dominante. Com o empreendedorismo contemporâneo, até Freud é contradito: o eu é senhor em sua própria morada!

Quando a subjetividade falha em sua apresentação, seja pela debilidade identificatória ou pela dessubjetivação, não há vácuo: a figura do empreendedor pode ser implantada como uma subjetividade protética.

Referências

- Beck, U. (2010). *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade* (Trabalho original publicado em 1986). Editora 34.
- Berlin, I. (2005). *A força das ideias*. Companhia das Letras
- Bulloch, A. et al (1998) *Homo Zappiens Zappiens*. Pu Rennes
- Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Contraponto
- Dejours, C. (1992) *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Cortez: Oboré. (Trabalho original publicado em 1980)
- Dufour, D.- R. (2005). *O homo zappiens na escola: a negação da diferença geracional. Em A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal* (Trabalho original publicado em 2003). Companhia de Freud.
- Dufour, D.- R. (2013). *A cidade perversa: liberalismo e pornografia*. Civilização Brasileira.
- Ferraz, F. C. (2002). *Normopatia: sobreadaptação e pseudonormalidade*. Casa do Psicólogo.
- La Boétie, E. (2022). *Discurso da servidão voluntária*. Instituto Rothbard (Trabalho original publicado em 1576)
- Lacan, J. (1988). O seminário, Livro 11: *Os quatro conceitos da psicanálise*. Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1963-1964)
- Lasch, C. (1984). *A cultura do narcisismo*. Imago. (Trabalho original publicado em 1979)
- Lebrun, J.- P. (2008). *A perversão comum: viver juntos sem outro*. Campo Matêmico.
- Marcuse, H. (1973). *O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada*. Zahar.
- McDougall, J. (1991). *Em defesa de uma certa anormalidade: teoria e clínica psicanalítica*. Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1978)

Melman, C. (2003). *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*. Companhia de Freud.

Renaut, A. (1998). *O indivíduo: reflexão acerca da filosofia do sujeito*. DIFEL

René Blind, R. & Michael Pool, M. (2000). *Eduquer l'homo zappiens: l'enfant et la télévision*. Jouvence

Veen, W & Vrakking, B. (2009). *Homo Zappiens: educando na era digital*. Artmed. (Trabalho publicado originalmente em 2006)

Fragilização do psiquismo em tempos de precarização do trabalho

Kátia Barbosa Macêdo¹, Goiânia

Resumo: O trabalho é considerado como constituinte identitário e psíquico importante. A pandemia acelerou o processo de precarização das relações de trabalho. Em decorrência da crise econômica, milhões de trabalhadores buscaram o trabalho uberizado, que pressupõe exploração e a total falta de comprometimento com a saúde do trabalhador. A OMS indica que houve um aumento de casos de transtornos mentais e suicídios, sinalizando uma fragilização psíquica da população. O objetivo do estudo foi analisar o impacto do trabalho uberizado na subjetividade do trabalhador. Foram realizadas 30 entrevistas com trabalhadores uberizados, utilizou-se a análise clínica do trabalho embasada na Psicodinâmica do Trabalho. Os dados indicam que a adesão ao trabalho uberizado decorre do desemprego e da situação de crise econômica. As condições e relações de trabalho descritas apontam perda de direitos trabalhistas, falta de acesso à seguridade social, gestão via algoritmos. Os trabalhadores se submetem às condições precarizadas que comprometem sua saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Organizações; Trabalho; Saúde do trabalhador; Pandemia; Precarização.

¹ Analista Didata da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Goiânia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Membro do COC- *Clinical Observation Committee* IPA. Consultora Ad Hoc do *IPA's Research Grants Committee*. Avenida Universitária, 1069. Setor Universitário. Goiânia GO CEP 74605-010. (62) 999738495. E-mail katiabarbosamacedo@gmail.com. Esses dados advêm de uma pesquisa da autora, aprovada pelo CONEP- Conselho Nacional de Ética e Pesquisa com número 3.919.229.

A importância do trabalho e seu impacto no psiquismo

Em uma de suas últimas entrevistas, ao ser perguntado sobre o que seria recomendável para preservar a saúde mental, Freud respondeu que, além de a pessoa ter uma vida emocional e sexual satisfatória, também deveria desempenhar um trabalho com o qual se identificasse, já indicando a importância do trabalho no funcionamento psíquico do indivíduo.

O trabalho ocupa posição central na vida do ser humano, e desempenha várias funções: além da sobrevivência, a inclusão social, a constituição identitária e psíquica e a manutenção da saúde mental. O trabalho possui diferentes dimensões, como a divisão técnica, social e hierárquica, que influenciam a subjetividade e impactam na saúde dos trabalhadores.

A Psicodinâmica do Trabalho, fundada por Christophe Dejours, possui como foco a relação entre trabalho e saúde mental. Nessa abordagem, nenhum trabalho é neutro no que se refere à saúde do trabalhador. Dejours afirma que ela

se ocupa da análise das relações entre o trabalho e a saúde mental dos trabalhadores, considerando o trabalho como uma atividade social e psicológica que envolve as relações interpessoais, as condições de produção e as estratégias de defesa dos trabalhadores. (Dejours, 1992, p.11).

Essa abordagem também busca compreender a subjetividade do indivíduo e como sua relação com a organização afeta a saúde mental e a qualidade de vida no trabalho. Analisa as práticas de gestão e políticas organizacionais para identificar situações que podem contribuir para a promoção ou adoecimento do trabalhador. E para isso, utiliza duas categorias de análise: a organização do trabalho, que considera as condições de trabalho e as relações de trabalho e a mobilização subjetiva do trabalhador, que considera as vivências de prazer-sofrimento, as estratégias defensivas e as patologias (Machado & Macêdo, 2022).

A mobilização subjetiva do trabalho caracteriza-se por um processo permanente de relação entre sofrimento e prazer, passível de gerar estratégias defensivas para que o indivíduo lide com sua subjetividade no contexto da realidade objetiva do trabalho (Fleury & Macêdo, 2015). Segundo Dejours (1992), na abordagem psicodinâmica, as vivências de prazer e sofrimento funcionam como indicadores de saúde.

As vivências de prazer estão associadas a maior liberdade e autonomia, que possibilitam o engajamento do sujeito no trabalho, de forma a desafiá-lo em aplicar sua inteligência, garantindo-lhe toda sorte de satisfação pulsional — (psíquica, visceral e motora).

O prazer no trabalho pode ser entendido como uma vivência individual resultante da satisfação dos desejos e necessidades do corpo-mente. A relação entre as vivências de prazer-sofrimento indica um caráter dialético, ambivalente e complementar, sendo a partir dela que o sujeito busca dar sentido ao seu trabalho. O sofrimento pode ser criativo, quando o trabalho permite ao trabalhador transformar o sofrimento em ajustes na organização do trabalho, gerando prazer; pode também ser patológico, que ocorre quando falham todas as estratégias para lidar com o sofrimento, podendo levar a patologias. Se exposto a vivências de sofrimento, o indivíduo utiliza estratégias de defesa para lidar com esse contexto, que podem ser individuais, como a negação e a racionalização, ou coletivas, quando envolvem o grupo de trabalhadores (Macêdo, 2015).

A precarização das relações de trabalho

A partir da segunda metade do século XX, a economia brasileira passou por adaptações para acompanhar as mudanças do mercado global, o que influenciou a flexibilidade das jornadas e regimes de trabalho, bem como a desregulamentação da legislação que garante os direitos trabalhistas (CLT). A população de baixa renda foi a que mais sofreu com essas mudanças, uma vez que ela carece de mecanismos para se inserir nos processos formais do capitalismo (Costa, 2005). A precarização é um processo multidimensional que altera a vida dentro e fora do trabalho, caracterizando-se por diversos indicadores no contexto social. Relatórios da OIT (2018, 2019) que analisam os mercados de trabalho apontam uma desaceleração econômica e ampla variação dos indicadores.

Há geração insuficiente de postos de trabalho, mesmo com crescimento da população economicamente ativa (PEA); aumento do desemprego e informalidade; expansão dos empregos temporários e sem contrato, trabalhadores sem acesso à seguridade social; flexibilização das condições para a rescisão dos contratos de trabalho; redução das indenizações por demissão; imposição de limites ao direito de greve; e deterioração dos rendimentos do trabalho em um número significativo de países. Nas organizações a precarização se baseia em vínculos de trabalho com perdas de direitos trabalhistas; precarização da saúde dos trabalhadores; fragilização identitária; falta de reconhecimento social e do processo das identidades e fragilização dos agentes sociais. (Franco, Druck & Seligmann-Silva).

A Uberização configura-se como uma forma de precarização que tem se ampliado mundialmente. O termo uberização passou a ser amplamente utilizado a partir da popularização da plataforma digital Uber; contudo, trata-se de um processo iniciado há muitos anos e se estende a muitas profissões. A uberização é considerada a amplificação do processo de informalização do trabalho, promovendo mudanças qualitativas na conceituação desse modelo de trabalho, e resulta em uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho.

Nessa perspectiva, juntamente com o processo de terceirização do trabalho, ela pressupõe a flexibilização das relações de trabalho, o que implica a potencialização da exploração do trabalho por meio da legitimação da transferência de custos e riscos para os trabalhadores (Franco & Ferraz, 2019; Luvisa & Moraes, 2020).

Slee (2017) comenta que a Uber surgiu nos Estados Unidos da América (EUA), na cidade de São Francisco, em 2008. A ideia por trás da Uber parece ser bem simples: nas cidades, há pessoas que têm tempo disponível para trabalhar como motorista *freelance* (seja porque estão desempregadas, seja porque querem complementar sua renda para além da ocupação principal) e há passageiros em potencial. Quem precisa se deslocar pela cidade analisa as opções disponíveis.

Escolhendo o serviço da Uber, com poucos toques no *smartphone* o motorista surge e deixa o solicitante no destino solicitado. O pagamento é abatido no cartão de crédito cadastrado pelo cliente e o motorista recebe o valor já com o desconto percentual do Uber. Com esse “simples” modelo de negócio a Uber já alcançava, em 2017, um valor de mercado de 70 bilhões de dólares.

Derivado do fenômeno social que tomou visibilidade com a entrada da empresa Uber no mercado, o termo uberização se refere a processos que não se restringem a essa empresa nem se iniciam com ela, e que culminam em uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho. A uberização refere-se às regulações estatais e ao papel ativo do Estado na eliminação de direitos, de mediações e controles publicamente constituídos; resulta da flexibilização do trabalho, aqui compreendida como essa eliminação de freios legais à exploração do trabalho, que envolve a legitimação, legalização e banalização da transferência de custos e riscos ao trabalhador.

Para Howe (2008), a uberização é um termo embasado em diferentes definições que se referem ao trabalho por plataforma, à *gig economy*. Atualmente, essa transferência de trabalho está explícita em diversas plataformas digitais que contam com a adesão da multidão de usuários, sendo de dois tipos: de um lado, os usuários trabalhadores e de outro os usuários-consumidores.

Desse modo, as empresas se apresentam como mediadoras quando, na realidade, operam novas formas de subordinação e controle do trabalho, isso possibilita o gerenciamento algorítmico, no qual softwares substituem a função de gestão de pessoas, antes desempenhada por gestores humanos.

A Uberização é uma tendência global de transformação do trabalhador em trabalhador autônomo, e resulta de regulações do Estado. Definida como uma nova forma de organização, as empresas designam sua atividade principal como *mediadoras* que detêm meios tecnológicos para a promoção e organização do encontro entre oferta e procura de diferentes atividades econômicas, baseia-se na eliminação de direitos, na dispersão centralizada de cadeias produtivas e no desenvolvimento tecnológico.

Introduziu o gerenciamento algorítmico, que possibilitou a extração, processamento e administração de dados de uma multidão de trabalhadores, de forma centralizada e monopolizada. Gera trabalhadores desprotegidos socialmente, que arcam com riscos e custos de sua atividade, vivem na incerteza sobre sua própria remuneração e carga de trabalho e estão subordinados a novas lógicas de empresas que têm alto poder de monopolização e centralização.

Apesar de adotar um discurso de “parceria” e “empreendedorismo”, as práticas de seleção e contratação de trabalhadores que aderem às plataformas que sinaliza uma relação precarizada das relações de trabalho, que inclui um autogerenciamento subordinado, o qual “deixa mais evidente que o que está em jogo é a terceirização de parte do gerenciamento do trabalho para o próprio trabalhador” (Abílio, 2019, p.49). Esse mecanismo utilizado pelas organizações dos aplicativos também contribui para a exploração e adoecimento do trabalhador.

A organização do trabalho das plataformas digitais utiliza como sistema de gestão o gerenciamento algorítmico que intensifica a flexibilização do trabalho devido à ausência de regras pré-estabelecidas. Todavia, de modo análogo, a plataforma administra a distribuição do trabalho, a extensão das jornadas e determina o valor repassado aos trabalhadores, estabelecendo uma nova forma de subordinação. Além disso, o gerenciamento via algoritmo é capaz de fiscalizar e analisar dados, substituindo decisões que antes eram realizadas por gestores humanos com o objetivo de traçar procedimentos e ajustes (Abílio, 2020a).

Trabalhadores precarizados se caracterizam pela sua instabilidade. Sua presença no mundo do trabalho e da Uberização é intensificada com as crises econômicas mundiais, como a causada pela Pandemia da COVID-19, a Reforma Trabalhista e Previdenciária Brasileira, conforme Batista, 2021; Castro, 2021; Standing, 2014; Uchôa-de-Oliveira, 2020.

No cenário da uberização, o trabalhador ao se deparar com as prescrições do mercado de trabalho, utiliza sua própria inteligência e criatividade para se inserir nele, mesmo tendo que renunciar a um contrato de trabalho seguindo as normas da CLT.

Para sobreviver, vincula-se aos aplicativos uberizados e adere ao seu discurso de liberdade e autonomia (Jardim, 2021). Todavia o fato de não assinar um contrato de trabalho formal ou não ser obrigado a cumprir determinada carga horária diária não representa, de fato, autonomia para os trabalhadores, nem garante vivências de prazer (Lourenço, 2022).

No Brasil, a Nova Legislação Trabalhista aprovada em 2017 e a medida provisória MP 905/2019 contribuíram para a expansão da precarização das relações de trabalho, ao regulamentar práticas de espoliação de direitos do trabalhador.

Dados recentes do IBGE/PNAD- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios contínua (2019,2020) indicam que 44% das pessoas ocupadas encontram-se na informalidade, 26% trabalhando por conta própria e 8% subocupados. O objetivo do estudo foi analisar o impacto do trabalho uberizado na subjetividade do trabalhador.

Método

Trata-se de um estudo de caso que teve o caráter descritivo e exploratório. Foram realizadas 30 entrevistas com trabalhadores uberizados, utilizando-se a análise clínica do trabalho embasada na Psicodinâmica do Trabalho.²

Participaram da pesquisa trinta trabalhadores que prestavam serviços para plataformas ou organizações de aplicativos. Desses, dez atuavam como entregadores de alimentos, dez atuavam como motoristas de aplicativos e dez atuavam como faxineiras. A maioria (90%) era do sexo masculino; a idade variou de 20 a 46 anos, com idade média de 22 anos. Em relação ao estado civil, houve uma predominância de pessoas solteiras (76%), seguidas por casadas (19%) e em união estável (5%). Quanto à escolaridade, observou-se uma diferenciação entre os grupos: entre os motoristas de aplicativo, predominavam os trabalhadores com ensino médio completo ou superior (68%); já entre os entregadores de alimentos e faxineiras, a maioria possuía ensino fundamental incompleto (62%).

² Esses dados advêm de uma pesquisa da autora, aprovada pelo CONEP com número 3.919.229

Todos os participantes aderiram voluntariamente à pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Resultados e discussão

Os resultados serão apresentados a partir das seguintes categorias de análise: a precarização das relações de trabalho expressa na organização do trabalho, abordando as condições e relações de trabalho, sinalizadas pelo tipo de contrato, uso de máquinas e equipamentos, avaliação por algoritmos e mobilização subjetiva dos trabalhadores em relação ao trabalho com aplicativos, indicando suas vivências de prazer-sofrimento e as estratégias de enfrentamento.

Os resultados indicam que a busca pelo trabalho uberizado decorre do desemprego e da situação de crise econômica. A precarização das relações de trabalho inclui a perda de direitos trabalhistas, falta de acesso à seguridade social, mediação por plataformas, gestão via algoritmos. Foram relatadas situações de precarização das relações de trabalho relacionadas à inexistência de contrato formal de trabalho, falta de treinamento, de equipamentos adequados, metas inalcançáveis que acarretam à sobrecarga física e psíquica.

Os dados do presente estudo demonstram que a organização do trabalho no modelo uberizado adota um discurso ideológico de “parceria” para atrair os sujeitos que desejam maior rendimento monetário e flexibilidade de horários. Frente ao desemprego causado pela falta de qualificação profissional e/ou pela crise sanitária mundial da COVID-19, muitos aderem ao discurso propagado e se vinculam às plataformas de aplicativos.³ Esse fator é exemplificado pelo fragmento: “Veio a pandemia, eles me mandaram embora e eu fui pro aplicativo.” (E5)

Ao descrever o trabalho atual, o termo autônomo esteve presente no discurso de todos, mas somente de um motorista de aplicativo ele foi acompanhado pelo termo empresário autônomo. Na descrição da trajetória profissional, percebeu-se que no grupo dos motoristas predominavam aqueles que já haviam trabalhado anteriormente, mas que optaram pela atividade como forma de enfrentar o desemprego e escassez de oportunidades, principalmente após o início da pandemia.

³ Para preservar o anonimato dos participantes, adotou-se a legenda E para entregador de alimentos, M para motorista de aplicativos e F para faxineiras, seguidos do número do participante no banco de dados para a análise.

Dentre os motivos declarados para a decisão de trabalhar com os aplicativos, tanto no grupo dos motoristas quanto no dos entregadores de alimentos e das faxineiras emergiu nos discursos como fator principal, o desemprego (40%).

Em seguida, destacaram-se a sugestão de familiares e amigos (20%), a falência de negócio próprio (20%), além dos que responderam que era a primeira experiência profissional movida pela necessidade de uma renda, principalmente no grupo de entregadores e faxineiras.

Esse dado indica que o fator econômico do país cria condições para a expansão da uberização, uma vez que o aumento do desemprego, que constitui um dos elementos que levam os trabalhadores a se submeter a essa forma de trabalho, inclusive aqueles que já foram empresários e sofreu uma falência.

A precarização das relações de trabalho se expressa na organização laboral e engloba aspectos ligados às condições de trabalho e as relações socioprofissionais. Em relação às condições de trabalho, foram levantados dados relacionados ao tipo de contrato de trabalho, carga horária e jornada laboral, à importância da tecnologia, ao uso de máquinas e equipamentos e os riscos ocupacionais.

Ao serem perguntados sobre a forma de contratação e treinamento, todos os participantes dos três grupos responderam que não há contrato de trabalho, pois são autônomos. Enviam os dados de cadastro, que são avaliados, baixam o aplicativo e começam a trabalhar. Há monitoramento das entregas e avaliação dos serviços, e o aplicativo retém uma porcentagem do faturamento do trabalhador.

Todos afirmaram não ter recebido treinamento, e dois entregadores relataram que, ao configurarem o aplicativo de entrega, havia uma breve descrição dos procedimentos, enviada digitalmente. A precarização das relações de trabalho estava presente na ausência de contrato formal de trabalho, sendo necessário apenas aceitar os termos do aplicativo; na falta de treinamento e de equipamentos adequados.

No grupo das faxineiras, verificou-se a existência de um contrato de prestação de serviços explicita a ausência de vínculo empregatício e transfere a elas a responsabilidade por eventuais danos ocorridos na residência do cliente, isentando a plataforma de qualquer custo.

O termo cunhado por De Stefano (1998), *'work on demand'*, contribui para a presente análise. Como demonstram os entrevistados, ao iniciar sua jornada de trabalho, eles não têm qualquer garantia sobre quanto de trabalho/remuneração terá recebido até o final do dia, embora permaneçam disponíveis em tempo integral; ou seja, observa-se uma mudança na distinção entre o que é e o que não é considerado tempo de trabalho.

O fato de o trabalhador não ser mais contratado e sim um “parceiro” carrega nesse termo uma ideologia de alienação, solicitando uma adesão e submissão à situação de trabalho precarizado. O trabalhador uberizado encontra-se inteiramente desprovido de garantias, direitos ou segurança associados ao trabalho; arca com riscos e custos de sua atividade; está disponível ao trabalho e é recrutado e remunerado sob novas lógicas, Abilio (2020) e Belém, Macêdo e Santos (2022).

A jornada de trabalho é flexível, sem horário ou local fixo, cabendo ao prestador de serviços a sua própria gestão. Dependendo do horário, a demanda aumenta, e os valores pagos são diferenciados como forma de incentivar maior disponibilidade para aceitar as chamadas dos clientes.

Como o rendimento líquido resulta diretamente dessa disponibilidade para atender às solicitações, os prestadores de serviço tendem a ampliar a jornada laboral. A média de rendimento líquido variou entre os grupos, sendo quase equivalente ao valor do salário-mínimo vigente à época da coleta de dados. Ressalta-se que esses trabalhadores estavam excluídos de qualquer acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, inclusive em casos de acidentes laborais, que se mostraram bastante frequentes.

Esse fator gera sobrecarga de trabalho, levando motoristas a realizar jornadas excessivas, com uma variação de 8 a 16 horas diárias. Do total de entrevistados, 80% relataram sofrer sobrecarga de trabalho. Essas condições contradizem os parâmetros do Trabalho Decente da OIT (ONU, 1999), que tem finalidade de promover oportunidades de trabalho, de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana; aspectos esses que não são priorizados no trabalho uberizado, conforme Santos, Macêdo e Belém (2022).

O fato de a jornada de trabalho não ser previamente fixada não retira, assim, do capitalista o papel de comprador de força de trabalho, nem do trabalhador o papel de vendedor de força de trabalho. O que se altera é a necessidade de capital adiantado pelo capitalista, sendo transferido ao trabalhador o investimento inicial para prover as condições para execução da tarefa ou trabalho, de acordo com Signes (2017).

A tecnologia se configura como o suporte de toda a atividade desse trabalho por aplicativos, tanto no planejamento e gestão do negócio, que utiliza vários algoritmos, quanto para os prestadores de serviço. É por meio de máquinas e equipamentos conectados à internet que se viabilizam o cadastro para prestação de serviços, a análise das fichas cadastradas pela organização, a checagem de antecedentes criminais, o envio do aplicativo para configuração, o monitoramento de toda a atividade (da solicitação do serviço ao aceite, do tempo de execução à avaliação da entrega), o recebimento do pagamento e o repasse ao trabalhador.

No processo de trabalho sob os moldes da Uberização, os elementos físicos do custo de produção necessário para desenvolver a atividade produtiva são transferidos/terceirizados para os próprios trabalhadores motoristas – sendo, portanto, parte do valor de reprodução da sua força de trabalho necessários à execução do trabalho de transporte de passageiros, de modo a tornar sua força de trabalho vendável.

Esses equipamentos, portanto, em vez de constituírem capital constante do capitalista para a execução da atividade de transporte, tornam-se instrumentos indispensáveis para que o trabalhador possa manter-se ativo. Todos os participantes declararam que dependem da tecnologia para o desenvolvimento de seu trabalho. No que se refere à estrutura física do trabalho e os recursos utilizados pelos trabalhadores para executar a atividade, os principais equipamentos apontados foram o celular e o GPS, nenhum deles fornecido pela plataforma. Cabe, portanto, ao trabalhador arcar com a aquisição e a manutenção desses instrumentos.

A uberização baseia-se no gerenciamento dos trabalhadores “parceiros” por meio de tecnologias. Eles são subordinados e controlados por meio das programações algorítmicas, que extraem, manipulam, monitoram e processam dados, inserindo novas formas de gerenciamento, controle e vigilância do trabalho. Utilizando a proposta do *crowdsourcing*, as empresas designam sua atividade principal como *mediadoras* entre o trabalhador e os clientes em potencial.

O trabalhador deve estar disponível, mas não tem qualquer possibilidade de negociação ou influência na determinação da distribuição de seu próprio trabalho nem sobre o valor dele. Tal condição o transforma em um *trabalhador just-in-time*, a serviço da plataforma, totalmente destituído de sua autonomia e seus direitos. É quase como se tornasse mais uma peça na engrenagem da máquina, o que representa um retrocesso nas conquistas de direitos trabalhistas (Abilio, 2019; Howe, 2008; Castel, 1998).

No que se refere às relações socioprofissionais de trabalho, foram levantados dados relativos ao estilo de gestão, à comunicação e às interações entre trabalhadores. Com o desenvolvimento de programas que utilizam inteligência artificial, várias funções que anteriormente eram desempenhadas por gestores humanos foram sendo transferidas para softwares que utilizam algoritmos para o monitoramento, avaliação e gestão dos prestadores de serviço.

Esse tipo de vínculo impacta até mesmo as relações entre colegas e superiores. Alguns participantes relataram que simplesmente não existe, em função das características do trabalho. Ao mesmo tempo a comunicação pessoal entre a organização e os prestadores se torna cada vez mais dificultada, também sendo substituída por esses sistemas automatizados de call centers, o que contribui para uma relação mais distanciada e impessoal.

O modelo de gestão por algoritmo determina as relações socioprofissionais, porém no cotidiano mantém-se distante do trabalhador. Nesse viés, durante seus discursos os participantes abordaram aplicativo como um fiscalizador constante de suas atividades: sempre presente, regulando o trabalho, mas sem estabelecer uma relação humanizada entre sujeitos.

Percebe-se que mesmo se tratando da execução da mesma atividade, há diferença na remuneração entre parceiros iniciantes e experientes. Essa condição é determinada pelo sistema de gestão e controle por algoritmo usado pelos aplicativos, o qual pune aqueles que permanecem pouco tempo logados e realizam poucas entregas de alimentos, independentemente de ser em razão de saúde física, mental ou acidentes diários.

Essa fiscalização realizada pelo algoritmo dos aplicativos resulta em longas jornadas de trabalho dos indivíduos, haja vista que o tempo logado e a quantidade de alimentos entregues são diretamente proporcionais à remuneração recebida, configurando um ato de exploração daqueles que acreditam estar trabalhando por conta própria.

Outro aspecto central da uberização é que as empresas não podem demitir, pois não contratam. Mas podem desligar o trabalhador da plataforma. As avaliações realizadas pelos usuários também alimentam o controle e o gerenciamento do processo de trabalho. Possibilitam um ranqueamento dos trabalhadores, elemento que será utilizado como critério automatizado na distribuição do trabalho e em determinações da remuneração.

Um fator abordado por todos os participantes se refere aos riscos ocupacionais decorrentes da atividade realizada. Todos relataram que as condições em que realizam o trabalho são influenciadas por mudanças climáticas, trânsito perigoso, riscos de acidentes, assaltos, e indicaram que nesse quesito há uma falta de suporte da organização no sentido de proteger e cuidar de seus parceiros.

Pode-se perceber que uma parcela dos participantes possui uma visão crítica sobre alguns aspectos da estrutura da plataforma e do seu relacionamento com os parceiros associados. Nesse sentido, constatou-se que 40% dos entrevistados possuem conhecimento que terão que arcar com gastos financeiros causados por doenças e acidentes, além de saberem as desvantagens de não realizarem a contribuição previdenciária. Outros 20% dos participantes comentaram sobre as condições inseguras da atividade e os riscos ocupacionais presentes, o que indicou uma análise crítica em relação à conjuntura ofertada pelas plataformas.

No tocante às vivências de trabalho, a maioria relatou que gosta da atividade e sente gratidão por ter emprego. Como indicadores das vivências de sofrimento, a consciência de que esse tipo de relação de trabalho pressupõe falta de estabilidade, de acesso e perdas de direitos trabalhistas contribuiu para um sentido negativo.

O medo pela exposição ao trânsito, a riscos de acidentes e assalto também configuram aspectos dessas vivências, além de relatos ligados à falta de educação dos clientes, em que são maltratados, principalmente no grupo dos entregadores, como nos relatos abaixo: Porém, predominaram as vivências de sofrimento decorrentes da sobrecarga que gera cansaço, além da percepção de exploração.

Já a respeito da falta de reconhecimento da empresa diante dos parceiros, é evidente que a teoria se concretiza, quanto ao sentido atribuído ao trabalho como consequência da forma que a empresa age diante dos colaboradores. Durante as narrativas dos sujeitos participantes as vivências de sofrimento estiveram presentes em numerosas ocasiões. Nessa perspectiva, as longas jornadas de trabalho resultantes da necessidade de estar logado extensas horas seguidas para alcançar uma remuneração suficiente e satisfatória, acarretam grave sobrecarga.

A ausência de descanso diário e semanal adequado, ignorado pelos trabalhadores, potencializa a sobrecarga. Por conseguinte, os relatos de cansaço, estresse e desgaste físico e psíquico estiveram presentes em vários dos relatos.

Todavia, apesar de realizarem e se exporem a um trabalho intenso e predominar uma análise crítica sobre o papel e a influência das plataformas de aplicativo nesse aspecto, observa-se a continuidade do discurso de autonomia propagado pela plataforma, assim como a falta de perspectiva para trocar de ofício.

Para lidar com essas vivências de sofrimento advindas da organização, os indivíduos se mobilizam e criam estratégias de enfrentamento. Esses recursos podem ser de caráter individual ou coletivo. Quando é individual acontece a negação da realidade que está posta ou a construção de argumentos internos para poder racionalizá-la. As estratégias de enfrentamento individuais mais recorrentes foram a aceleração, negação e a racionalização, e a exposição a riscos desnecessários.

Em decorrência da falta de suporte das plataformas, os entregadores buscam suprir essa lacuna solicitando informações e a ajuda do grupo de entregadores e amigos, visando aprender o ofício e resolver problemas que ocorrem. Além deles, buscam suporte também em seus familiares, os quais fornecem apoio moral e emocional durante o cotidiano.

Para a Psicodinâmica do trabalho, quando as estratégias de enfrentamento ao sofrimento advindo do trabalho falham, ou quando o trabalhador não encontra uma organização do trabalho que permita a transformação desse sofrimento ocorre a fragilização da saúde.

O surgimento de sintomas, patologias em forma de doenças ocupacionais, aumento da rotatividade, absenteísmo, acidentes de trabalho são indicadores da necessidade de ajustes e intervenções visando à promoção de ações voltadas à saúde mental do trabalhador.

Em decorrência desse contexto, o impacto na saúde do trabalhador decorre dos riscos ocupacionais na atividade realizada. Todos relataram que as condições em que realizam o trabalho são influenciadas por mudanças climáticas, trânsito perigoso, riscos de acidentes, assaltos e indicaram que nesse quesito há uma falta de suporte da organização no sentido de proteger e cuidar de seus parceiros.

Os participantes dos grupos relataram acidentes e o surgimento de sintomas após o início das atividades. Todos foram unânimes em dizer que nenhuma organização forneceu nenhum tipo de suporte aos mesmos, nem em decorrência dos acidentes de trânsito nem a partir de seu adoecimento, evidenciando novamente a relação de uso do trabalhador para alcançar suas metas, e o descarte deles quando não é possível que realizem o trabalho, com sua consequente substituição.

Dentre os relatos dos participantes dos três grupos pesquisados, há fortes indicativos da necessidade de que se desenvolvam essas ações para promoção da saúde do trabalhador.

Considerações finais

Pode-se afirmar que o objetivo do presente estudo foi alcançado, uma vez que os dados permitiram analisar a precarização das relações de trabalho em plataformas digitais, tanto em relação às condições e vínculos laborais quanto ao impacto na subjetividade dos trabalhadores. Conforme os dados analisados acima indicam, o avanço da Uberização no Brasil apresenta características compartilhadas com a de outros países em desenvolvimento, sinalizados nos relatórios da OIT, e tem como suporte uma postura não intervencionista do Estado, expressa na aprovação de leis e medidas provisórias que contribuem para a destituição de direitos trabalhistas e acesso à previdência aos trabalhadores, por um lado, e para o aumento da exploração e do lucro dos empresários.

O ambiente virtual amparado pela internet ensejou, como movimento prévio ao da Uberização, o trabalho do tipo *crowdwork*, isto é, a atividade coletiva integrada ao sistema produtivo, podendo atuar direta ou indiretamente no processo de valorização do valor.

Também conhecido como *crowdsourcing*, tal modalidade se refere ao tipo de trabalho em que a função normalmente desempenhada por um único trabalhador (ou pequeno grupo de trabalhadores) se torna indefinidamente descentralizada, de modo que possa ser realizada uma convocatória para que o serviço seja executado por uma ampla quantidade de pessoas, as quais se responsabilizam por uma reduzida parte da tarefa.

A Uberização se sustenta a partir de três elementos de base: os “solicitantes”, que representam as companhias ou as pessoas que demandam o serviço; as plataformas virtuais, que reúnem oferta e demanda em um espaço digital e, por isso, retêm um percentual do valor pago aos trabalhadores (Howe, 2008).

Ao analisar os dados obtidos no presente estudo, compreende-se que a organização do trabalho das plataformas de aplicativo utiliza padrões pouco exigentes para o indivíduo se tornar parceiro, mas após iniciar seu trabalho estabelece critérios e metas inalcançáveis. Por meio de um discurso atrativo de autonomia, flexibilidade de tempo e promessa de alto retorno financeiro, as plataformas seduzem trabalhadores desempregados.

Em 2015, os Estados Membros das Nações Unidas, adotaram a Agenda 2030 para a sustentabilidade e desenvolvimento, que estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), descritos como “um ambicioso plano de transformações estruturais, econômicas e sociais em todo o mundo” (ILO, 2019).

Existe a urgência de uma agenda centrada no ser humano com um foco renovado nas amplas capacidades das pessoas, bem como no potencial das instituições do mercado de trabalho, prioritariamente em atendimento a uma demanda de investimentos em áreas negligenciadas da economia nos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

As questões de igualdade, sustentabilidade e inclusão na apresentação e a análise de tendências do mercado de trabalho tornaram-se necessariamente o ponto central de atenção, “os novos dados globais coletados, apontam para alguns progressos, mas acima de tudo revelam a persistência de déficits significativos no trabalho decente, com as várias regiões enfrentando desafios de muitos tipos” (ILO, 2019).

A partir da proposta, a ideia é estimular nos países que mercados de trabalho inclusivos que funcionem bem sejam considerados nas políticas públicas, e vistos como essenciais para a missão de oferecer trabalho e apoiar a justiça social, entendendo que o trabalho remunerado é a principal fonte de rendimento para a maior parte da população do mundo, e porque assim se “pode reafirmar os *princípios de igualdade, democracia, sustentabilidade e coesão social* [grifo nosso]” (ILO, 2019, p.1).

Referências

- Abílio, L. C. (2019). *Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado*. Psicoperspectivas, 18(3).
- Abílio, L. C. (2020) *Plataformas digitais e Uberização: Globalização de um Sul administrado?* Contracampo, Niterói, v. 39, n. 1, p. 12-26, abr./jul. 2020.
- Abílio, L. C. (2020a). *Uberização: a era do trabalhador just-in-time?* Estudos Avançados, 34(98), 11–126.
- Batista, T. J. (2021). *A reforma trabalhista e as mudanças no trabalho de uma organização em gestão de saúde: Uma Análise Psicodinâmica* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.
- Belém, T.; Macêdo, K.B. & Santos, M.S. (2022) *O trabalho dos entregadores de alimentos por aplicativos: impactos da precarização na saúde do trabalhador*. EITA- Encontro Internacional sobre o trabalho. João Pessoa: Editora do EITA.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- Castro, M.F. (2021) *A pandemia e os entregadores por aplicativo: algumas considerações sobre a precarização do trabalho*. Revista Espaço Acadêmico- Edição especial, Ano XX, fev. pp. 70-80
- Dejours, C. (1992) *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo. 5º ed. São Paulo: Cortez-Oboré.
- De Stefano, V. (2016). *The rise of the “just-in-time workforce”: On-demand work, crowdwork and labour protection in the “gig-economy* Conditions of Work and Employment Series, n. 71, Geneva, Suíça: ILO, 2016
- Franco, T. Druck, G. & Seligmann Silva, E. (2010). *As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado*. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 35, n. 122, pp. 229- 248.

- Fleury, A. R. D. & Macêdo, K. B. (2015). *A clínica psicodinâmica do trabalho: teoria e método. O diálogo que transforma: a clínica psicodinâmica do trabalho*. Goiânia: PUC Goiás.
- Franco, D. & Ferraz, D.L.S. (2019). *Uberização do trabalho e acumulação capitalista*. Cadernos EBAPE.BR [online]. vol. 17, n. especial, pp. 844-856.
- Howe, J. (2006). *The rise of crowdsourcing*. Wire magazine.
- Howe, J. (2008). *Crowdsourcing: how the power of the crowd is driving the future of business*. New York, NY: Random House.
- IPEA. (2019) *Estudo do Ipea traça perfil do trabalho doméstico no Brasil*. 2019
- International Labour Organization (ILO) (2019). *World Employment and social Outlook: Trends 2019*, Geneva: ILO. Recuperado em 12 janeiro, 2021,
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2019). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Indicadores para população de 14 anos ou mais de cidade*. PNAD Contínua.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*.
- Jardim, M. P. M. (2021). *As vivências dos empreendedores de Startups em uma incubadora da Região Centro-Oeste do Brasil: Uma Leitura Psicodinâmica* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.
- Lourenço, L. R. (2022). *Os órfãos da justiça: a precariedade do trabalho dos oficiais de justiça e a luta contra o sofrimento* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.
- Luvisa, A. K., & Moraes, L. F. N. (2020). *Involução das Relações de Trabalho: A Era da Uberização Just in Time*. *Anais Semana Acadêmica de Direito da Univille (SADU)*, Joinville, SC, Brasil, 5. Recuperado de
- Machado, L. de S.; Macêdo, K. B. (2022). *As relações de trabalho em tempos de crise: o olhar da Psicodinâmica do Trabalho – Teoria, Método e Casos*. Curitiba-PR

Fragilização do psiquismo em tempos de precarização do trabalho

Mesquita, S. M., Macêdo, K. B. (2016) *Riscos psicossociais*, Editora da Puc Goiás, Goiânia.

Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2018). *Panorama Laboral 2018*. Lima: OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe. 132p.

Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2019). *Panorama Laboral 2019*. Lima: OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe. 152p.

Santos, M.S.; Macêdo, K.B. & Belém, T. (2022). *Uberização do trabalho: impactos na saúde do trabalhador. X CBPOT – Congresso Brasileiro de Psicologia, Organizações e Trabalho*, São João Del Rey: Editora da SBPOT.

Signes, A. T. (2017). *O mercado de trabalho no século XXI: on-demand economy, crowdsourcing e outras formas de descentralização produtiva que atomizam o mercado de trabalho*. in: Leme, A. C. R. P.; Rodrigues, B. A. and Chaves Júnior, J. E. R. *Tecnologias disruptivas e a exploração do trabalho humano*. São Paulo: LTr.

Slee, T. (2017). *Uberização: A nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Elefante.

Standing, G. (2014). *O Precariado e a Luta de Classes*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103.

Uchôa-de-Oliveira, F. M. (2020). *Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia*. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 45.

World Health Organization (2018). *Mental health atlas 2017*. Geneva. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.

World Health Organization (2020) *A year without precedent: WHO's COVID-19 response*.